



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas



Universidad Nacional del Litoral

Facultad de Ciencias Económicas

Wagner Lopes Dias

ANÁLISE DOS INFLUENCIADORES DOS PARLAMENTARES: UM ESTUDO COMPARADO

Brasília – DF

2020

WAGNER LOPES DIAS

**ANÁLISE DOS INFLUENCIADORES DOS
PARLAMENTARES: UM ESTUDO COMPARADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília - Brasil e ao Mestrado em Administração Pública da Universidade Nacional do Litoral - Argentina, em programa de dupla titulação, como requisito parcial à obtenção dos títulos de Mestre em Administração pela Universidade de Brasília e Mestre em Administração Pública pela Universidade Nacional do Litoral.

Professor Orientador: Dr. Edgar Reyes Junior (PPGA-UnB)

Professor Orientador: Dr. Bruno Ariel Rezzoagli (MAP-UNL)

Brasília – DF

2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que sabe, melhor que nós, a hora certa para tudo acontecer. Ou como sempre me lembra minha esposa, “tudo tem seu propósito e seu momento”.

Falando nela ... À Patrícia, minha paixão e cúmplice de todas as horas, e aos nossos filhos, Gustavo, Beatriz e Luísa, pelo apoio e torcida, sem os quais nem teria começado o curso, quanto mais passar uma temporada longe de casa.

Ao professor Edgar, meu orientador no Brasil, pela amizade, pelos conhecimentos e pela confiança em meu trabalho, às vezes maior que a minha.

Ao professor Bruno, meu orientador na Argentina, e a toda sua família principalmente pelo empenho em tornar minha estada em Santa Fé a mais proveitosa possível.

Aos amigos do grupo de pesquisa, o GERIR, pelas enormes contribuições no projeto. Em especial aos professores Emil, Daniel e Cleidson e aos colegas Carol, Andréia, Fagner, André, Guilherme e Anderson.

Aos amigos “sobreviventes” do PPGA pelo apoio e compartilhamento das alegrias e angústias do processo de aprendizagem, em especial à Juliana e à Anna Carolina.

Aos entrevistados pelo tempo disponibilizado em suas agendas sempre concorridas e pela condescendência em compartilhar suas visões sobre a atividade parlamentar, e aos muitos intermediários que ajudaram a negociar essas agendas.

Aos amigos Cláudio e José Leandro pelas informações sobre os parlamentares.

Por último, pero no menos importante, a los argentinos, especialmente a la clase MAP 2018, a los maestros y el personal de UNL, que fueron muy pacientes con mis limitaciones con el castellano y generosos al presentar su país y su cultura (política, asados, Fernet, ...).

Resumo

A atividade parlamentar envolve a deliberação de projetos sobre várias matérias que impactam em toda a sociedade. Se, de um lado, os parlamentares precisam de informação para construir seus posicionamentos, de outro, os diversos atores sociais buscam influenciar tais posicionamentos na direção de seus interesses. Há componentes culturais na influência social o que suscita questionamentos de como o ambiente impacta na relação legislador/influenciador. A distância entre os atores influencia na confiança e que pode diferenciar o fenômeno em função da esfera de poder. Assim, o objetivo do presente trabalho é descrever a contribuição dos influenciadores no processo decisório de parlamentares regionais. Com uma abordagem qualitativa e apoiada nas Teorias da Influência Social e do Ator-Rede (ANT), a pesquisa investigou os relacionamentos dos deputados distritais brasileiros e dos deputados provinciais de Santa Fé - Argentina com seus influenciadores. As informações coletadas nas 15 entrevistas foram analisadas com o emprego da Análise de Conteúdo e da Análise Textual (Classificação Hierárquica Descendente – DHC e Análise de similitude). Dentre os principais resultados há o reconhecimento do ordenamento jurídico como um influenciador que interage com os demais atores em um espaço específico, o espaço das normas legais. O cidadão e a base eleitoral foram classificados como atores não humanos. As redes sociais são relevantes na atividade parlamentar, mas como canal de comunicação e não como influenciador. Foram evidenciados três espaços onde a influência é exercida, além do espaço físico e o espaço das normas legais, também há o espaço político. Quanto aos mecanismos da influência, os parlamentares, as lideranças e os partidos utilizam a maior variedade. Foi evidenciado ainda que os parlamentares brasileiros da amostra são mais sensíveis a influenciadores no nível individual, enquanto os argentinos atribuem maior poder às organizações e às normas legais. A principal contribuição teórica foi a utilização da ANT e da Teoria da Influência Social na identificação dos influenciadores e caracterização da ação de influência. Do ponto de vista empírico, a contribuição mais importante é a comparação de parlamentares de uma região historicamente consolidada com os de outra onde a identidade local ainda está em formação.

Palavras-chave:

Poder Legislativo; deputado regional; influência social; Teoria do Ator-Rede; estudo comparativo; Brasil; Argentina.

Resumen

La actividad parlamentaria implica la deliberación de proyectos sobre diversos asuntos que impactan en toda la sociedad. Si, por un lado, los parlamentarios necesitan información para construir sus posiciones, por otro, los diferentes actores sociales buscan influir en dichas posiciones de acuerdo a sus intereses. Existen componentes culturales en la influencia social, lo que plantea cuestionamientos sobre cómo el ambiente impacta en la relación legislador-influenciador. La distancia entre los actores influye en la confianza y puede diferenciar el fenómeno dependiendo de la esfera de poder. Por lo tanto, el objetivo del presente trabajo es describir la contribución de los influenciadores en el proceso de toma de decisiones de los parlamentarios regionales. Con un enfoque cualitativo y apoyada en las teorías de la Influencia Social y del Actor-Red (ANT), la investigación analizó las relaciones entre los diputados distritales brasileños y los diputados provinciales de Santa Fe - Argentina con sus influenciadores. La información recopilada en las 15 entrevistas fue analizada mediante Análisis de contenido y Análisis textual (Clasificación jerárquica descendente - DHC y Análisis de similitud). Entre los principales resultados, está el reconocimiento del sistema legal como un influenciador que interactúa con otros actores en un espacio específico, el espacio de las normas legales. El ciudadano y la base electoral fueron clasificados como actores no humanos. Las redes sociales son relevantes en la actividad parlamentaria, pero como un canal de comunicación y no como influenciador. Se destacaron tres espacios donde se ejerce influencia, además del espacio físico y el espacio de las normas legales, también está el espacio político. En cuanto a los mecanismos de influencia, los parlamentarios, líderes y partidos utilizan la mayor variedad. También se demostró que los parlamentarios brasileños de la muestra son más sensibles a influenciadores a nivel individual, mientras que los argentinos atribuyen un mayor poder a las organizaciones y normas legales. La principal contribución teórica fue el uso de ANT y la Teoría de la Influencia Social para identificación de los influenciadores y la caracterización de la acción de influencia. Desde un punto de vista empírico, la contribución más importante es la comparación de parlamentarios de una región históricamente consolidada con aquellos de otra donde la identidad local todavía está en formación.

Palabras clave:

Poder Legislativo; diputado regional; influencia social; Teoría de la Red de Actores; estudio comparativo; Brasil; Argentina.

Abstract

Parliamentary activity involves the deliberation of projects on various matters that have an impact on society as a whole. If, on one hand, parliamentarians need information to build their positions, on the other, the different social actors seek to influence these positions in the direction of their interests. There are cultural components to social influence, which raise questions about how the environment impacts the legislator/influencer relationship. The distance between the actors influences trust and can differentiate the phenomenon depending on the sphere of power. Thus, the aim of this paper is to describe the contribution of influencers in the decision-making process of regional parliamentarians. With a qualitative approach and supported by Social Influence and Actor-Network (ANT) Theories, the research investigated the relationships between Brazilian district deputies and Santa Fe – Argentina provincial deputies with their respective influencers. The information collected in the 15 interviews was analyzed using Content Analysis and Textual Analysis (Descending Hierarchical Classification – DHC and Similarity Analysis). Among the main results, there is the recognition of the legal system as an influencer which interacts with other actors within the space of legal norms. The citizen and the electoral base were classified as non-human actors. Social networks are relevant in parliamentary activity, but as a channel of communication and not as an influencer. Three spaces were highlighted where influence is exercised, in addition to the physical space and the space of legal norms, there is also the political space. As for the mechanisms of influence, parliamentarians, leaders and parties use the greatest variety. It was also shown that the Brazilian parliamentarians in the sample are more sensitive to influencers at the individual level, while the Argentines attribute greater power to organizations and legal norms. The main theoretical contribution was the use of ANT and the Social Influence Theory to identify influencers and characterize the influence action. From an empirical point of view, the most important contribution is the comparison of parliamentarians from a historically consolidated region with those from another where the local identity is still in formation.

Keywords:

Legislative power; regional deputy; Social influence; Actor-Network Theory; comparative study; Brazil; Argentina.

Lista de Figuras

Figura 1.	Síntese teórica.....	35
Figura 2.	Perfil sociodemográfico dos entrevistados	39
Figura 3.	Projetos citados nos roteiros de entrevista	40
Figura 4.	Ajustes no texto para análise textual	43
Figura 5.	Influenciadores e suas características.....	78
Figura 6.	Influenciadores por espaço.....	79
Figura 7.	Classes de palavras	81
Figura 8.	Conexão das palavras nas entrevistas	84
Figura 9.	Nuvens de palavras por nacionalidade.....	85
Figura 10.	Conexão dos termos nas entrevistas dos brasileiros.....	86
Figura 11.	Conexão dos termos nas entrevistas dos argentinos	87
Figura 12.	Influenciadores x entrevistados	88
Figura 13.	Relevância dos influenciadores por nacionalidade.....	89
Figura 14.	Modelo revisado	90

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Problematização	10
1.2	Objetivos	11
1.2.1	Objetivo Geral.....	11
1.2.2	Objetivos Específicos	11
1.3	Justificativa	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	O Processo Decisório na Política.....	14
2.2	Influência Social.....	17
2.3	O Ator-Rede.....	20
2.4	Fatores de Influência dos Parlamentares.....	23
2.4.1	Características pessoais.....	23
2.4.2	Fatores associados à proposição	25
2.4.3	Stakeholders.....	26
2.5	Síntese Teórica	35
3	MÉTODO	36
3.1	Caracterização da Pesquisa	36
3.2	População	37
3.3	Instrumentos de Coleta	39
3.4	Procedimentos de Análise de Dados	40
3.4.1	Preparação dos dados.....	41
3.4.2	Análise de conteúdo	41
3.4.3	Análise textual	42
4	ANÁLISE.....	45
4.1	Identificação dos Influenciadores.....	45
4.1.1	Características pessoais.....	45
4.1.2	Características da proposição	51
4.1.3	Stakeholders individuais	54

4.1.4	Stakeholders organizacionais.....	66
4.1.5	Síntese dos influenciadores.....	77
4.1.6	Relacionamento entre os Influenciadores.....	81
4.2	Comparação por Nacionalidade.....	85
4.3	Modelo revisado.....	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
6	REFERÊNCIAS.....	95
	APÊNDICES.....	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problematização

Uma das principais atribuições dos parlamentares é a deliberação das proposições de competência da casa legislativa para qual foram eleitos. Tais projetos podem versar sobre uma grande variedade de temas e os parlamentares precisam estar seguros quanto aos seus posicionamentos porque tais proposições têm significativos efeitos na sociedade. A construção dos posicionamentos é um processo onde estão presentes variáveis complexas e diversos fatores de influência (Canfield-Davis & Jain, 2010; Canfield-Davis, Jain, Wattam, McMurtry, & Johnson, 2010).

A teoria sobre processo decisório destaca a seleção das fontes de informação, a coleta das informações desejadas e a análise e combinação das mesmas (Newell, Lagnado, & Shanks, 2007). Descobrir quais informações são mais relevantes e como combiná-las é o aspecto mais difícil da decisão. Ainda mais considerando que as fontes têm diferentes reputações e, conseqüentemente, distintas capacidades de influência junto ao decisor (Higgins, 1999; Newell et al., 2007).

As fontes informação influenciam, mas não determinam o resultado. Caso contrário, dois agentes chegariam à mesma decisão se utilizassem as mesmas fontes. Isto não ocorre porque há o efeito do perfil pessoal do indivíduo, seu processo cognitivo, sua história de vida, suas crenças (Kenrick et al., 2009; Newell et al., 2007). Cada pessoa tem sua forma de processar as informações, sendo mais sensíveis a determinados influenciadores que a outros.

A influência social tem componentes culturais que a tornam dependente do ambiente relacional no qual a pessoal está inserida. Assim, é possível que diferentes atores ou mecanismos de influência se manifestem em grupos semelhantes (Cialdini & Trost, 1998; Moussaïd, Kämmer, Analytis, & Neth, 2013). Sendo assim, investigar relacionamentos em sociedades diferentes permite captar os efeitos dos aspectos culturais. Ainda que as nações não possam ser equiparadas às sociedades quanto à

coesão, desenvolvem uma significativa programação mental comum entre os cidadãos e são de mais precisa delimitação (Hofstede, Hofstede, & Minkov, 2010).

Ao selecionar parlamentares de ambientes diferentes deve-se observar que a distância entre os agentes do relacionamento afeta na confiança. Quanto mais próximas estiverem as partes, maior a confiança. Então, políticos locais tendem a inspirar mais confiança do que aqueles que ocupam cargos nacionais (Hansen, 2015). Para fins de metodologia científica ou se define os objetos de pesquisa em esferas de governo semelhantes ou deve considerar a diferença de confiança associada à variação na distância.

Dado o exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: **como os influenciadores contribuem no processo decisório dos parlamentares regionais brasileiros e argentinos?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever a contribuição dos influenciadores no processo decisório dos parlamentares regionais brasileiros e argentinos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os influenciadores dos parlamentares.
- Analisar os mecanismos da influência.
- Comparar os parlamentares regionais brasileiros e argentinos quanto à interação com os influenciadores.

1.3 Justificativa

A atuação dos parlamentares envolve, necessariamente, a interação com diversos atores sociais. Tanto por desejo dos atores em influenciar as decisões, quanto por necessidade dos políticos por informações que embasem suas deliberações. Mesmo com tal relevância, o conhecimento acadêmico sobre a rede de suporte à atuação parlamentar está desatualizado. O último estudo identificado que abordou todo o conjunto de fatores de influência data de 2010 (Canfield-Davis et al., 2010). Várias mudanças ocorreram nas sociedades nesta última década sem que seus impactos na relação parlamentar x influenciador fossem refletidos na literatura. Questões como o engajamento político do cidadão, o fluxo da informação, o papel dos partidos ou as redes sociais virtuais, carecem de melhor investigação (Esteve Del Valle & Borge Bravo, 2018; Wojcik, 2017).

Pesquisas mais recentes investigaram questões pontuais relativas aos influenciadores como a relevância das redes sociais virtuais no exercício do mandato e a predominância de determinados perfis de seguidores conforme o partido de apoio (Heiss & Matthes, 2017; Kratzke, 2017); a efetividade da participação nas audiências públicas (Zorzal & Carlos, 2017) e do *crowdsourcing* ou colaboração coletiva (Maboudi & Nadi, 2016); ou a mobilização da população visando o financiamento coletivo de um projeto, o *crowdfunding* (Jacquet & Reuchamps, 2018).

O papel das redes sociais virtuais no contexto político tem chamado a atenção há muitos anos. Em 2008, Konijn *et al.* (2008) já identificavam o potencial das novas tecnologias de desafiar os meios tradicionais de comunicação interpessoal, tornando confusa a fronteira entre a comunicação interpessoal e a comunicação de massa. Eles também declararam que as novas tecnologias mudam a maneira das pessoas interagir e são facilitadoras dos relacionamentos (Konijn et al., 2008). Para o contexto da política, há um efeito dominó no uso das novas formas de comunicação. Quanto maior a discussão política, maior o interesse na participação tanto por parte dos agentes políticos quanto pelos cidadãos (Komodromos, 2015).

A Teoria do Ator-Rede com seu entendimento amplo dos conceitos de ator e de espaço de relacionamento permite uma análise alternativa dos influenciadores e

de seus mecanismos de atuação (Latour, 2004; Law, 2002). Além disso, a influência tem componentes culturais (Cialdini & Trost, 1998), investigar grupos distintos permite enriquecer a discussão. Para a definição da população com legisladores de parlamentos diferentes é importante considerar que a distância entre os atores afeta o grau confiança. A população tende a confiar mais em políticos locais do que nos regionais ou nacionais (Hansen, 2015), e confiança é base para outros fatores (Canfield-Davis et al., 2010). Ou se seleciona parlamentares que atuam na mesma esfera de poder, ou se avalia o efeito que a diferença de distância tem sobre a confiança e, esta, sobre os relacionamentos. O presente estudo escolheu a primeira opção.

Dado o exposto, é relevante atualizar o conhecimento sobre os influenciadores no processo decisório dos parlamentares, tanto em função das alterações ocorridas na sociedade nos últimos anos, como para inclusão de atores não humanos. Avançar no entendimento de como se dá a influência abre espaço para discussões importantes como o efeito dos novos canais de comunicação na importância relativa dos influenciadores e a qualidade do exercício da democracia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os pilares teóricos da pesquisa divididos em quatro partes. A primeira discute o processo de tomada de decisão com foco no ambiente político. A segunda trata da influência social e de seus componentes. Em seguida é apresentado o conceito do ator-rede, útil para uma melhor identificação dos atores e dos espaços de relacionamento. Por fim, aborda-se os diversos fatores de influência dos parlamentares presentes na literatura.

2.1 O Processo Decisório na Política

A tomada de decisão é um processo corriqueiro, realizado diversas vezes ao dia e normalmente não se apercebe de sua complexidade (Saaty, 1988). A estratégia de decisão, operações que o decisor emprega para realizar uma escolha, envolve a identificação das alternativas, a coleta das informações e a seleção da melhor alternativa (Lau, 2019). Esta seção tratará do processo de tomada de decisão, em especial no meio político.

O estudo da cognição humana identifica dois modos de pensar. Os processos do Sistema 1 são realizados pelas regiões evolutivamente mais antigas (sistema límbico, tronco e cerebelo), com respostas emocionais e fisiológicas involuntárias e muitas vezes inconscientes. Eles também são automáticos, rápidos, demandam pouco esforço para executar e não estão relacionados à inteligência e à capacidade de memória. O neocórtex cuida dos processos do Sistema 2 que são voluntários, gerais, abstratos, lógicos em orientação e baseados em linguagem. Eles são relativamente lentos e envolvem grande esforço. Inclui processos de funcionamento executivo, que nos permitem prestar atenção, recordar, atualizar informações e utilizar essas informações para tomar decisões conscientes. Assim, o pensamento do Sistema 2 envolve aprendizado consciente, apoiado pela memória acessada intencionalmente. As decisões são tomadas utilizando-se os sistemas 1 e 2 individualmente ou em conjunto (Lau, 2019; Stanley, 2018).

A primeira teoria que se propôs explicar o processo de tomada de decisão, a escolha racional, originou da Economia e defendia que o decisor precisa de

completo conhecimento sobre todas as alternativas para que ele escolha a que produzirá os maiores ganhos. Esta teoria não é realista, pois, normalmente, não se detém todo o conhecimento necessário e há limitações cognitivas que impedem a análise de tanta informação (Stevens, 2019). A escolha racional também não considera as diferenças de personalidade dos indivíduos, assim, duas ou mais pessoas chegariam, necessariamente, à mesma decisão se utilizassem as mesmas informações, o que não é verdade (Kenrick et al., 2009).

Ao longo do tempo outros modelos foram elaborados, como a “Racionalidade Limitada” onde o objetivo é tomar uma boa decisão, mas que seja de maneira fácil. Neste caso não há todas as informações como na escolha racional, apenas as suficientes, tendo parte da lógica sendo substituída pela intuição. Este modelo ainda considera que a maioria das decisões são respostas semiautomáticas a situações frequentemente. A “Contagem Positivos menos Negativos” contabiliza, a partir da memória, os aspectos positivos e negativos de cada alternativa. O “Eleitor Americano” consiste em uma avaliação tendenciosa fortemente influenciada pelas identificações sociais. Na “Avaliação Orientada por Impressões de Cognição” o julgamento utiliza as impressões que as alternativas deixaram na memória. No modelo “Rápido e Frugal” ou “Heurístico” busca-se uma decisão mais fácil a partir de poucos critérios, de interesse do decisor. A “Votação por Questão Única” decide com base em um único aspecto. Na “Satisfação” as alternativas são analisadas, uma por vez, até que uma atenda a todos os requisitos. Se nenhuma atender, baixa-se as exigências (Lau, 2019; Lau & Redlawsk, 2006).

Os modelos acima ignoram o papel da aquisição das informações no processo decisório (Lau & Redlawsk, 2006). Dessa forma, eles deixam de observar que a limitação da capacidade cognitiva dos indivíduos restringe suas capacidades de buscar informações. Esta característica, combinada com o fato que a disposição para aprofundar em um assunto depende da motivação do indivíduo, leva à noção de satisfação. Ou seja, as pessoas se contentam com alternativas que são "boas o suficiente", em vez de buscar a “melhor” alternativa. As boas escolhas, mas também escolhas fáceis. A busca pela satisfação, no lugar da maximização, é um traço estável da personalidade (Lau, 2019; Payne, Bettman, & Johnson, 1988; Stevens, 2019). Na verdade, o excesso de informações, ou seja, além da capacidade de lidar

com elas é prejudicial à tomada de decisão, confundindo o decisor e dificultando a lembrança das questões importantes (Lau & Redlawsk, 2006).

As dificuldades de se fazer escolhas também atingem os tomadores de decisão de elite, como os legisladores, muitas vezes potencializadas pela restrição de tempo e pelo eventual impacto da decisão, levando-os a optar por decisões “boas o suficiente”. Mesmo quando se almeja maximizar o resultado, uma situação satisfatória pode ser aceitável (R. K. Weaver, 2018). Os políticos têm informações incompletas sobre as demandas da população, dificultando a capacidade de adaptação às mudanças (Henderson & Brooks, 2016). Eles utilizam mais frequentemente processos de decisão não compensatórios, como a racionalidade limitada, quando são consideradas apenas as alternativas que atendam aos requisitos importantes. Este tipo contrasta com os modelos compensatórios quando uma avaliação negativa de um aspecto pode ser compensada pela pontuação positiva de outros (Lau & Redlawsk, 2006; Stevens, 2019).

As decisões políticas são incorporadas a padrões estruturados de interação social. Para entender as escolhas políticas é necessário investigar as estruturas das redes sociais e como a informação flui nelas (Shmargad & Klar, 2019). Em função das redes sociais os conhecimentos e até as preferências de uma pessoa dependem do comportamento de outras pessoas, influência ampliada pelo efeito de feedback (Bertrand, Luttmer, & Mullainathan, 2000).

Se, por um lado, a rede social é resultante da preferência do indivíduo, por outro o ambiente desempenha papel fundamental ao limitar sobre quais atores o indivíduo realizará as escolhas. A influência é bidirecional. A preferência política determina o fornecimento de informações, assim como o fornecimento de informações determina a preferência política (Huckfeldt & Sprague, 1987).

O minipúblico deliberativo, assembleia de cidadãos para discutir um tema específico visando a produção de recomendações, é um exemplo da complexidade da interação social envolvendo os agentes políticos. O emprego dos minipúblicos altera as relações de poder estabelecidas, despertando competição de ideias e de interesses. Os políticos podem entender que perderam poder com a introdução outro órgão importante no processo. E os consultores podem acreditar que foram substituídos (Niessen, 2019).

2.2 Influência Social

As pessoas estão expostas a um grande fluxo de opiniões e conselhos e o processo pelo qual elas adaptam suas opiniões, revisam suas crenças ou mudam seus comportamentos como resultado de interações sociais com outras pessoas, é chamado de influência social (Moussaïd, Kämmer, Analytis, & Neth, 2013). Assim, uma etapa importante no processo decisório é a identificação das fontes de informação (Newell et al., 2007).

Os principais componentes da influência são as normas sociais, a conformidade e a *compliance*. As normas sociais são regras e padrões resultantes da interação social que guiam e/ou restringem fortemente o comportamento sem a força de leis. Têm poder de influência porque tornam claros os comportamentos esperados pelos demais membros do grupo (Cialdini & Trost, 1998). As normas governam as interações sociais, estabelecendo uma ampla gama de regras tácitas. Elas estão tão presentes que, muitas vezes, são seguidas de forma inconsciente. As normas são sustentadas pelas expectativas de premiação, inclusão no grupo, ou de punição, ostracismo social, mesmo quando contrariam os interesses pessoais (Young, 2015).

Há dois tipos de normas sociais: as descritivas e as injuntivas. As normas descritivas, também chamadas de subjuntivas, influenciam o comportamento de alguém pela percepção de como a maioria se comporta ou se comportaria em situação equivalente (Cialdini & Trost, 1998; Reno, Cialdini, & Kallgren, 1993). Se o indivíduo percebe que suas atitudes são diferentes das do seu grupo, ele sente desconforto e, geralmente, muda suas atitudes na direção da norma (Prentice & Miller, 1993). Essas normas têm forte influência no comportamento dos indivíduos por duas razões principais. Primeiro, ao definir o que é socialmente aceitável para o grupo, os indivíduos que as seguem têm a garantia de fazerem parte do grupo, de não sofrerem com o ostracismo social. Segundo, descreve comportamentos provavelmente eficazes, validados por outros (Chang, Milkman, Chugh, & Akinola, 2019).

As normas injuntivas são as regras morais do grupo e se caracterizam pela percepção do que a maioria das pessoas aprova ou desaprova, prometendo recompensas e sanções sociais (Cialdini, Kallgren, & Reno, 1991). Uma chave para

a ativação desse tipo de norma é o foco na aplicabilidade de sanções interpessoais ao comportamento não conforme. O agente responsável pela sanção não precisa estar presente. As pessoas geralmente buscam satisfazer as expectativas dos públicos imaginados, um dos quais representa o ponto de vista generalizado da sociedade (Reno et al., 1993).

As normas dependem do contexto, do grupo social e das circunstâncias históricas (Young, 2015). Mesmo em ambientes com alto nível de institucionalização das regras, como as casas legislativas, há espaço para normas tácitas. Os parlamentares podem perder o mandato se tiverem os direitos políticos cassados ou se ausentarem em mais da metade das seções, conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal e o regimento interno da CDPSF (Câmara de Deputados, 1963), respectivamente. Mas, os mesmos regulamentos definem regras subjetivas. O abuso das prerrogativas institucionais, legais e regimentais é considerado incompatível com a ética e decoro parlamentar na CLDF. No parlamento provincial de Santa Fé, Argentina, se um deputado se fizer notado por sua ausência, o presidente apresentará resolução que julgar apropriada (Brasília, 1993).

A conformidade é o componente da influência social que trata da mudança da posição do indivíduo para uma posição contrária como forma de alinhamento a outro indivíduo ou grupo, mediante pressão real ou percebida (Cialdini & Trost, 1998). O fenômeno é mais forte quanto mais amplamente difundido no grupo (Cialdini & Goldstein, 2004). Normas sociais e conformidade são dois lados da mesma moeda, a diferença é que enquanto a conformidade é um comportamento psicológico universal, as normas são vinculadas ao ambiente (Coleman, 2018b).

Há duas motivações para conformar com o grupo. A influência informacional ocorre quando a preocupação é ter uma interpretação mais precisa da realidade para melhorar os julgamentos e reagir de forma adequada. Ela decorre da crença de que as percepções e julgamentos de outras pessoas são, frequentemente, fontes confiáveis de evidência sobre a realidade. A influência normativa representa a conformidade quando a preocupação é buscar a aprovação ou a harmonia social com os demais membros. Apesar da independência conceitual, os dois motivos são tão inter-relacionados que torna difícil distingui-los teoricamente e empiricamente. Vale observar que as duas motivações, precisão e relacionamento, se combinam para um motivo subjacente: manter o autoconceito (Cialdini & Goldstein, 2004). Por

autoconceito entende-se a visão que o indivíduo tem sobre si mesmo (Rogers, 1959).

Conformar com o grupo significa aderir às normas que os demais, pelo menos publicamente, adotam num processo de mimetismo. Mas há situações em que se deseja estar integrado ao grupo e, ao mesmo tempo, ser reconhecido como único, como especial. Assim, cada indivíduo precisa conciliar interesses distintos ao alinhar ao comportamento padrão de cada grupo que faça parte. Em cada grupo social no qual o indivíduo faz parte, há uma identidade social associada ao papel que ele desempenha naquele grupo. Da mesma forma, para cada relacionamento interpessoal há uma identidade pessoal (Blanton & Christie, 2003; Hogg & Vaughan, 2018).

O comportamento não conforme pode gerar benefícios para o indivíduo. Como há custo social em não se comportar da maneira esperada, os observadores podem entender que o indivíduo está seguro de sua situação na hierarquia social a ponto de agir de forma distinta. Se o comportamento não conforme for uma decisão intencional e se o observador tiver ciência do que seria esperado, este tende a atribuir ao indivíduo maior status e competência (Bellezza, Gino, & Keinan, 2014).

O poder de influência da conformidade pode variar tanto no tempo quanto na geografia. Quanto mais universalmente adotada no grupo e quanto mais próximas as pessoas estejam, mais forte o efeito. As normas tendem a propagar para as regiões vizinhas (Coleman, 2018a).

O comportamento humano é direcionado a objetivos e nossas ações visam atingir metas em vários níveis da maneira mais eficaz e gratificante possível. O que exige uma percepção precisa da realidade para reagir corretamente às informações recebidas. Esta necessidade inclui a obtenção de *compliance*, pois as pessoas são, geralmente, recompensadas por se comportarem de acordo com as opiniões, conselhos e diretrizes das figuras de autoridade (Cialdini & Goldstein, 2004; Cialdini & Griskevicius, 2010; Koslowsky, Schwarzwald, & Ashuri, 2001). *Compliance* refere-se a um tipo específico de resposta para uma solicitação específica, que pode ser explícita ou implícita, na qual o alvo reconhece que está sendo solicitado a responder da maneira desejada (Cialdini & Trost, 1998).

São seis os princípios que baseiam as ações de *compliance*. Segundo a reciprocidade, os indivíduos são mais propensos em atender a uma solicitação de alguém que tenha fornecido anteriormente um favor. Este princípio explica porque pessoas fazem favores maiores do que os recebidos ou deixam de pedir um favor necessário, caso se sintam devedores na relação. O indivíduo que deseja influenciar a outro precisa ser o primeiro a oferecer um favor ou presente para ativar o senso de obrigação. Quanto à validação social, as pessoas se avaliam constantemente e, para isso, utilizam evidências objetivas se disponíveis, caso contrário, utilizam a comparação social, principalmente com pessoas semelhantes. Assim, as pessoas usam as crenças, atitudes e ações de pessoas semelhantes como um padrão de comparação para se avaliar. Há a consistência, ou seja, o desejo de manter coerência com comportamentos anteriores (Cialdini & Griskevicius, 2010; Cialdini & Trost, 1998).

Há também a afinidade que trata do fato que as pessoas estão mais favoráveis às necessidades daqueles que elas conhecem e gostam. A escassez torna o recurso mais desejável, mais valioso, mesmo tendo pouca atração por seus próprios méritos. O receio de perder algo parece motivar mais as pessoas do que ganhar de algo de igual valor. Por fim, há mais disposição para seguir as sugestões de uma autoridade constituída, seja ela decorrente do conhecimento, do talento ou da fortuna, a posição revela poder e informação superiores (Cialdini & Griskevicius, 2010).

Concluída a discussão sobre os componentes da influência social, na próxima seção será discutida a Teoria do Ator-Rede, importante para reconhecer os diversos tipos de atores nos relacionamentos.

2.3 O Ator-Rede

Nos últimos anos as instituições políticas tradicionais têm perdido relevância. O poder tem migrado para novos fóruns de debate, com envolvimento de diversos atores sociais. Uma evidência deste comportamento é atenção que a academia tem dado às atividades políticas extraparlamentares e no poder externo ao Estado (Asdal & Hobæk, 2016). Apesar das legislaturas insistirem no status hegemônico da

democracia parlamentar, isso não implica que os parlamentos sejam os únicos lugares onde a política acontece. O parlamento passa a ser um conjunto de lógicas organizacionais constantemente ampliado, transposto e inscrito em outros lugares, um 'meta-site' (Dányi, 2019).

Os parlamentos são instituições com uma infraestrutura em um conceito relacional, fluido. Esta infraestrutura resulta da estrutura existente, moldada pelas normas e convenções do ambiente, dentro de outras estruturas e arranjos sociais (Asdal & Hobæk, 2016; Star & Ruhleder, 1996). As casas legislativas são, de certa forma, desafiadas a se adaptarem também dentro do espaço político, tratando as diversas questões que são de interesse da sociedade e reconhecendo política em todo lugar (Asdal & Hobæk, 2016; Latour, 2004). O poder político é exercido por uma grande diversidade de atores, lidando com toda a variedade de temas (Rose & Miller, 2010). Nesta linha, os papéis não são tão claros. A separação entre sujeito e objeto fica nebulosa a ponto de defenderem a existência de quase-objetos, entre o sujeito ativo e o objeto passivo, cuja capacidade de agência decorre da rede criada em torno de si. Sua existência depende dos relacionamentos (M. Simons, 2017). Esta visão abrangente do exercício da política e de seus atores leva ao que Latour (2003) chamou de “Parlamento das Coisas” (Cardwell & Waterton, 2019).

Callon, Lascoumes e Barthe (2009) também entendem que as discussões precisam extrapolar os parlamentos tradicionais, onde os debates são permeados por assimetrias com reforço dos procedimentos da democracia delegada. Eles defendem uma democracia técnica apoiada em fóruns híbridos, que são espaços públicos abertos com membros heterogêneos criados para discutir problemas específicos. Os membros reconhecem que a criação de conhecimento envolve uma política realizada através do diálogo, em vez de delegação a profissionais políticos ou funcionários eleitos (Cardwell & Waterton, 2019).

O parlamento das coisas permitirá que mundos diferentes se tornem, ao menos momentaneamente, visíveis permitindo-os serem ouvidos pelas estruturas políticas existentes (Callon et al., 2009; Dányi, 2019). Como a discussão a respeito da infestação de bactérias em lago (Cardwell & Waterton, 2019), ou a defesa de sua organização realizada por uma tribo de aborígenes da Austrália (Dányi, 2019). Não se propõe a substituição dos locais políticos tradicionais, pois eles e os demais

órgãos públicos continuam importantes, necessitando apenas serem explorados com novas lentes (Asdal & Hobæk, 2016).

O suporte teórico escolhido para este novo parlamento é a Teoria do Ator-Rede (ANT, em inglês). A ANT permite estender a política para atores não humanos, afinal ela sempre tratou de política (Dányi, 2019; Latour, 2003, 2004). Ela reconhece que humanos e não humanos têm a mesma capacidade de agência e entende que a rede de relacionamentos cria espaços. Ou melhor, os espaços são criados a partir dos relacionamentos dos objetos, desde que estes mantenham sua forma e suas relações ao longo do tempo. Os conceitos de forma e de espaço não estão restritos ao espaço euclidiano. Estão, na verdade, vinculados à rede de relacionamentos. Objetos que se movem e se transformam no espaço tridimensional podem manter suas características relacionais no espaço da rede e serem reconhecidos como atores (Balzacq & Cavelty, 2016; Gershon, 2010; Law, 2002). No espaço criado pelas redes sociais virtuais, por exemplo, há interação sem se saiba a forma física, ou mesmo a localização dos indivíduos, mas as relações construídas permanecem estáveis.

Considerando a abrangência do que pode ser considerado um ator, fica a dúvida de como defini-lo. Tabak (2015, pp. 36–37) consolidou o entendimento de vários autores concluindo que ator é “qualquer agente, coletivo ou individual, que pode associar ou desassociar-se com outros atores”. Pode ser literalmente qualquer coisa desde que possua capacidade de agência. Eles não têm uma essência pré-definida, suas características e, em muitos casos, sua própria existência são definidas em função dos relacionamentos, da rede. Um ator não é um objeto pontual, mas uma associação de elementos heterogêneos, uma rede simplificada, assim como uma rede de relacionamentos pode ser tratada como um ator pontual, uma caixa preta. Na literatura pode-se encontrar variados exemplos de atores (Asdal & Hobæk, 2016; Gershon, 2010; Law, 2002).

A diversidade de atores presentes no processo decisório dos parlamentares é evidenciada na próxima seção, mesmo sem o suporte da ANT.

2.4 Fatores de Influência dos Parlamentares

Como descrito anteriormente, identificar as fontes de informação é uma atividade importante no processo decisório. Esta atividade é particularmente complexa para os parlamentares, dado a diversidade de agentes sociais com variadas opiniões sobre as matérias em discussão (Herrick, 2013).

Há bastante tempo se estuda a relação do legislador com a sociedade. Huckshorn (1965) investigou os influenciadores dos deputados do estado de Idaho, Estados Unidos, concluindo que a atuação legislativa envolve uma complexa rede de pressões e contrapressões. Ele organizou os influenciadores em cinco grupos: os cidadãos, os partidos políticos, os grupos de interesse, os diretores executivos e os demais parlamentares. Outro estudo comparou a influência da imprensa em geral com a de outros fatores considerando como fatores, neste caso, os vínculos não profissionais (principalmente a família e os amigos), os outros parlamentares, individualmente os principais veículos de imprensa à época (jornal, rádio e televisão), os lobistas e os voluntários ou grupos não lucrativos (Riffe, 1988). Mais recentemente, em 2010, uma investigação que buscou identificar os influenciadores com maior capacidade de ação, considerou 18 fatores distintos. Neste rol estavam o impacto financeiro da proposição, a confiança na rede de relacionamentos e a equipe de apoio (Canfield-Davis et al., 2010).

Essas três pesquisas mostram grande diversidade de influenciadores, mas o conhecimento deixou de ser atualizado após 2010. Os estudos identificados após esta data não trataram do conjunto de fatores de influência sobre os parlamentares, apenas de segmentos deles. Esta seção consolida os fatores de influência presentes na literatura, organizando-os em três grupos: os fatores associados às características pessoais dos parlamentares, os fatores vinculados às proposições e os atores sociais interessados nos projetos.

2.4.1 Características pessoais

Foram identificados cinco fatores de influência vinculados ao próprio parlamentar. O primeiro fator é sua personalidade, suas crenças, princípios. Dynes,

Hassell e Miles (2018) evidenciaram relações entre as características pessoais e o comportamento político, como a de que indivíduos que desejam ocupar cargos públicos, ou progredir neles, têm maior nível de extroversão. Em outro estudo, Sheffer e Loewen (2019) perceberam que políticos com excesso de confiança quanto à possibilidade de reeleição demonstraram maior disposição para assumir riscos do que aqueles com uma avaliação mais precisa. Os autores chamaram a atenção quanto ao papel central das personalidades dos políticos e das predisposições cognitivas na explicação da tomada de decisões. Eles ressaltaram que a pesquisa foi realizada fora do período eleitoral, o que pode alterar o nível de confiança. Nas sugestões quanto a novos estudos foram incluídos outros fatores pessoais, particularmente a preferência pela manutenção do *status quo* e o otimismo.

Salinas e Huertas (2018) seguiram a mesma linha e constataram que o local de origem influencia na frequência em que o parlamentar participa dos debates. Eles evidenciaram os efeitos de outras características. A formação como economista é decisiva na deliberação de projetos orçamentários, assim como a quantidade de processos judiciais e se faz parte da base de apoio do governo.

A questão do gênero foi abordada também em outros artigos. Nos últimos anos, as mulheres conquistaram maior participação nos parlamentos de vários países, e há estudos que já evidenciaram efeitos desta mudança. Um destes estudos observou a ajuda humanitária realizada por 28 países ao longo de 45 anos, e relacionou a maior proporção de legisladoras ao maior nível da ajuda e na distribuição dos recursos, com a priorização das áreas de saúde e educação (Hicks, Hicks, & Maldonado, 2016). Igualmente há evidências de que as mulheres estimulam o desenvolvimento econômico, a prestação de saúde e a educação primária (Baskaran, Bhalotra, Min, & Uppal, 2018).

Um aspecto pessoal investigado em separado por Canfield-Davis et al. (2010) foi a religião, definida como crenças filosóficas e sistemas de valores. O estudo indicou que este fator tem pequeno poder de influência para os políticos norte-americanos. Com os brasileiros não é diferente. A religião continua influente em questões que envolvam as convicções individuais, mas perdeu a capacidade estruturar a política e a sociedade. Tanto os cidadãos quanto os políticos com forte viés religioso tendem a fazer escolhas similares àqueles que não têm a mesma

característica na maioria das situações, excetuando apenas quando o tema trata da moral privada (Prandi & Santos, 2017).

O último fator pessoal, já permeando questões políticas, é o interesse do parlamentar de participar do processo eleitoral em busca da reeleição. Não há consenso na literatura a respeito do nível de influência desse fator. Enquanto alguns parlamentares afirmam não serem influenciados pelo período eleitoral, outros são taxativos em afirmar a existência de tal efeito. Há também quem condicione o poder do fator à confiança que o político tem na reeleição. Quanto menos confortável a respeito de suas chances, maior a atenção que se atribui a como os eleitores veem seus posicionamentos (Canfield-Davis et al., 2010).

2.4.2 Fatores associados à proposição

Os dispositivos que a proposição pretende implantar ou alterar são os aspectos chaves para a mobilização e posicionamento dos influenciadores, mas há algumas características que afetam o processo decisório de forma mais específica. O impacto financeiro, ou seja, os custos para o Estado e/ou para os cidadãos decorrentes da aprovação do projeto, é uma dessas características. Não há consenso quanto ao poder de influência dessa característica. Há caso onde o processo legislativo exige que o proponente informe o impacto fiscal, mas a qualidade da informação varia muito e ela é pouco utilizada para a tomada de decisão (Canfield-Davis & Jain, 2010). Mas há quem estabeleça que as considerações econômicas são o fator mais importante na deliberação de um projeto com conotações econômicas, tendo ainda relevância na aprovação de proposições políticas ou sociais (Angeyo, Jehopio, & Ochama, 2014). Há uma terceira vertente que defende que a preocupação com o impacto financeiro é maior em tempos de crise econômica (Mouter, 2017).

Outra característica da proposição que afeta sua deliberação é o momento no qual foi apresentada. A atividade parlamentar segue o calendário eleitoral e há quem identifique diferenças no comportamento dos parlamentares ao longo do exercício do mandato. O fator tempo também está presente na maturação das propostas. Projetos com longo processo de discussão têm maior probabilidade de serem

aprovados. Porém, a longa exposição ao debate sujeita o projeto a muitas alterações o que, por sua vez, reduz as possibilidades de aprovação (Canfield-Davis et al., 2010).

Uma última característica da proposição relevante para a discussão é seu patrocinador, ou seja, o parlamentar que defende o projeto e trabalha para conquistar apoio para ele. Em muitos casos, o patrocinador é o próprio autor da proposta. Quando a proposta tem iniciativa do Poder Executivo, algum deputado da base de sustentação, normalmente o líder do governo, desempenha esse papel. No caso de iniciativa popular os autores não têm a maioria das prerrogativas para encaminhar a tramitação, assim a um deputado são atribuídos os poderes de autor (CLDF, 2005). A capacidade de influência do autor envolve aspectos como confiança, credibilidade ou respeito do político (Canfield-Davis & Jain, 2010).

2.4.3 Stakeholders

Depois de discutir os fatores associados à proposição e ao parlamentar, resta analisar os diversos atores sociais que contribuem no processo decisório dos parlamentares. A Teoria dos *Stakeholders*, ou partes interessadas em português, sustenta que as organizações recebem pressões de diversas fontes, com diferentes expectativas. A teoria lista grande diversidade de atores como possíveis fontes de influência como os acionistas, clientes, fornecedores e concorrentes, defendendo que as organizações se concentram nas demandas daqueles com maior grau de poder, legitimidade e autoridade (Freeman, 1984; Gonzalez-Gonzalez & Ramirez, 2016). Originalmente definida para o setor privado, ela defende que o objetivo de uma empresa é criar valor para as partes interessadas, destacando ainda alguns aspectos relevantes na interação com os stakeholders: o histórico do relacionamento, os objetivos das partes interessadas, a interação no relacionamento, o aprendizado e compartilhamento de informações e a confiança (Freeman, Kujala, Sachs, & Stutz, 2017; Kujala, Lehtimäki, & Myllykangas, 2017).

A Teoria dos Stakeholders tem sido aplicada em diversos campos. Há casos, inclusive, no estudo dos parlamentos. Chikoto-Schultz e Uzochukwu (2016), discutiram a regulamentação das Organizações não Governamentais (ONGs) na

Nigéria e no Zimbábue, identificando como partes interessadas, além das próprias organizações reguladas, diversos grupos de interesse como os religiosos, os de defesa dos direitos humanos e das mulheres, tanto dos próprios países quanto estrangeiros, com destaque para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A legislação que regula o ambiente corporativo afeta os acionistas, os gerentes, os funcionários e os credores, e cada um deseja influenciar de forma diferente o arcabouço legal. Mudanças nessa lei, como as ocorridas no Japão, evidenciaram que os stakeholders não têm a capacidade de implementar qualquer alteração. Para tanto eles precisam sensibilizar os legisladores que têm seus próprios incentivos e não seguem necessariamente as ordens das partes interessadas (Morita, 2017).

Um último exemplo da aplicação da Teoria dos *Stakeholders* no Poder Legislativo é a gestão da energia nuclear na França. O trabalho de Banerjee e Bonnefous (2011) registra o aumento da participação dos cidadãos e de grupos não estatais no monitoramento do serviço, e atesta que a governança pública da energia nuclear também depende da capacidade e disposição dos atores públicos e privados de intervir e de sua autoridade para fazê-lo. Os Estados e suas instituições políticas, chamadas no estudo de fontes tradicionais de legitimidade, também são necessários em uma estrutura de governança porque os atores privados não têm autoridade para criar e manter a estrutura reguladora na qual operam (Banerjee & Bonnefous, 2011).

As próximas seções discutirão os *stakeholders* identificados na literatura com relevância no processo decisórios dos parlamentares. Inicialmente serão tratados os atores com atuação pessoal, e na seção seguinte serão discutidas as partes interessadas que exercem suas influências como organizações.

2.4.3.1 *Stakeholders individuais*

Os cidadãos são, ao mesmo tempo, quem delega poder ao agente político e o alvo das proposições, então é esperado que eles tenham papel de destaque nas decisões. O espaço que o eleitor tem depende da maneira como o político entende o

cargo. Alguns se vêm como porta-voz ou como delegados e precisam estar cientes dos anseios da população para que suas decisões estejam alinhadas. Outros entendem que foram escolhidos por terem maior capacidade de avaliação e decidem com base na sua consciência, são os legisladores fiduciários (Huckshorn, 1965; S. W. Weaver & Geske, 1997). Neste último caso há o tradicional problema de agência em que o agente, no caso o parlamentar, pode priorizar seus interesses em detrimento da vontade do principal, o cidadão, se valendo da assimetria de informação. Tal problema gera o custo de agência com instrumentos de incentivo ou de monitoração (Shapiro, 2005).

A participação política nos estados democráticos é baixa, constatação que não é recente. Em 2011 o Parlamento Britânico já evidenciava que só acessava diretamente a 5% população, parcela pequena e que não era representativa, pois seu perfil era muito diferente da população como um todo (Wilkinson et al., 2011). Quanto maior a desigualdade social e econômica, menor a participação do cidadão. Uma pequena parcela da população tem se feito representar por meio de organizações não governamentais e grupos de interesse. Esse distanciamento tem levado a uma disjunção entre os cidadãos e os agentes públicos e a mudança de uma era de governo para uma de governança. A política nesta nova era é algo feito por outras pessoas em nome dos cidadãos e não pelos próprios cidadãos, deixando de exercer o necessário controle sobre o poder da elite (Jurlina Alibegović & Slijepčević, 2018; Parvin, 2018).

As audiências públicas são um exemplo de esforço para aumentar a interação com a população. Apesar de serem uma porta para manifestação da sociedade, muitas vezes por determinação legal, têm pequena participação com cidadãos sem o preparo adequado, tornando-se pouco efetivas (Zorzal & Carlos, 2017). Para maior integração é necessário a definição de uma estratégia que melhore a comunicação com o cidadão e que o capacite adequadamente para fazer o devido uso dos espaços (Sánchez Medero & Pastor Albaladejo, 2018). Essa linha é reforçada pela análise de um caso de sucesso, onde a participação da população provocou ajustes na política para grávidas e recém-nascidos. O crédito do resultado foi atribuído à capacitação do cidadão, provendo-o com informações (Kirschbaum, 2015).

Há uma atenção especial com aqueles cidadãos que fazem parte da base eleitoral do legislador, ou seja, que têm características em comum com o eleitor

típico do político. Tais características podem ser territoriais ou sociais. A definição de território está associada às características econômica, cultural e política, atribuídas à região e avaliadas positivamente pelos habitantes, que procuram preservá-las, fortalecê-las e desenvolvê-las (Bucher & Nováková, 2015; Koseki, 2018). A discussão do território tem superado as dicotomias urbano/rural ou periferia/centro e passado a tratar a conectividade global dos agrupamentos locais (Koseki, 2018). As pessoas, tanto eleitores e políticos, passaram a se agrupar em função da temática. Esses agrupamentos estão cada vez mais visíveis na sociedade como os casos da Bancada Evangélica (Mariano & Gerardi, 2019) e da Bancada Ruralista (Bruno, 2017), que se empenham para influenciar até na formação da agenda pública (Câmara dos Deputados, 2019).

O próximo fator de influência são as pessoas que têm vínculo pessoal com o parlamentar, seja por uma questão de parentesco ou por afinidade. Uma pesquisa que teve o objetivo de investigar a influência dos meios de comunicação em relação a outras fontes de informação evidenciou que a família, os amigos e os contatos não profissionais, foram as principais fontes para maioria dos tipos de informação (Riffe, 1988).

Outro fator, importante para melhorar a qualidade das decisões, são os especialistas, pessoas que detêm um profundo conhecimento sobre um tema específico que é objeto da proposição em debate (Maia, Laranjeira, & Mundim, 2017). A decisão política combina as evidências científicas com os fatores de natureza política, social, econômica, ética, dentre outros, criando alguns desafios como o convívio da ciência com fatores não científicos, ou se o especialista deve se limitar a passar informações ou deve aconselhar (Montuschi, 2017).

Há um grupo mais restrito de especialistas, são os lobistas, indivíduos que representam organizações e fornecem informações sobre a legislação proposta. São conhecedores do processo legislativo, tendo como umas das principais atividades demonstrar a relevância do tema (Canfield-Davis et al., 2010). Há quem considere o lobby como um componente importante na formulação das políticas públicas fornecendo informações que o agente público talvez não seja capaz de obter, ao mesmo tempo em que ressalta a conotação negativa da atividade em função da associação com escândalos (Keeling, Feeney, & Hogan, 2017). Mas também há quem evidencie pequeno poder de influência desse ator (Canfield-Davis & Jain,

2010). A atividade é regulamentada em poucos países. Em 2013, a OCDE fez uma pesquisa e apenas nove dos 26 países que responderam a ela tinham previsão legal para a atividade (OECD, 2009, 2014), chegando a um total de 17 países em 2017 segundo Keeling et al (2017).

O lobby não é regulamentado nem no Brasil e nem na Argentina. Os defensores da regulamentação defendem que ela traz transparência e permite melhor controle social, inclusive estabelecendo um interstício mínimo para que ex-agentes públicos atue como lobista (Balosin, 2016; Keeling et al., 2017). A última tentativa de regulamentação no Brasil ocorreu com o Projeto de Lei nº 11.025/2018, que foi arquivado com o fim da legislatura (Câmara dos Deputados, 2018). No país vizinho há a proposição 8505-D-2016 (Câmara de Diputados, 2016), que procura obter melhor resultado que as proposições 4148-S-2006 e 2949-S-2017, arquivadas após caducarem. Talvez por ter uma conotação negativa associada ao termo, há quem utilize uma nova expressão, “relações institucionais e governamentais”, para designar a atividade (Santos, Mancuso, Baird, & Resende, 2017).

Até este ponto discutiu-se os agentes da sociedade que se destacam no exercício de influências sobre os parlamentares. Agora serão abordadas as partes interessadas que fazem parte do poder público. As Casas Legislativas disponibilizam ou contratam servidores que apoiam a atividade parlamentar, tais servidores dominam um ou mais assuntos de interesse do agente político, incluindo regimento interno, redação parlamentar e assessoria de imprensa. Dependendo da organização da Casa, estes servidores podem assessorar exclusivamente a um único parlamentar ou podem interagir com vários (S. W. Weaver & Geske, 1997). O estudo da relevância dos fatores realizado por Canfield-Davis et al. (2010) evidenciou que a equipe de apoio tem uma das menores relevâncias, mas os autores levantaram a possibilidade de que este resultado estaria associado ao pequeno contingente de pessoal disponível no parlamento investigado.

Uma importante fonte de influência no processo decisório de um legislador são os colegas de parlamento, em especial daqueles que são reconhecidos pela experiência na temática (Huckshorn, 1965), sendo fonte de informação para entender as preocupações e opiniões dos cidadãos (Riffe, 1988). Esta influência depende, em parte, de como as normas, estruturas e regulamentos afetam os processos decisórios de cada legislador (S. W. Weaver & Geske, 1997). Há estudos

que chamam esse fator de influência de camaradagem legislativa, onde os parlamentares buscam se apoiar mutuamente formando uma irmandade (Canfield-Davis & Jain, 2010).

A atividade legislativa implica na existência de algumas funções que atribuem destaque aos parlamentares que as desempenham. Há os cargos de direção do parlamento, as presidências de comissão, de partido ou de bloco, líder da maioria, líder da minoria, dentre outros. Tais cargos implicam em mais atribuições e maior visibilidade, aumentando o poder de influência do parlamentar. Um dos depoimentos coletados por Canfield-Davis e Jain (2010) foi taxativo em afirmar que é importante manter o líder informado sobre as ações, porque ele pode facilitar ou impedir o andamento de processos. Nem toda liderança decorre de um processo formal. Um exemplo é o Senado dos Estados Unidos onde havia um pequeno grupo de parlamentares, o “Inner Club”, que selecionava novos membros do clube, definia as tradições e realizava determinações políticas (Huckshorn, 1965).

Há casos extremos sobre o efeito que uma liderança pode ter. Campbell Newman foi o líder do Partido Nacional Liberal de Queensland, Austrália, quando seu partido conquistou a maioria no parlamento, em 2011. Com um estilo baseado no “líder forte” e decisões autoritárias acabou se afastando dos eleitores, principalmente quanto discutiu políticas impopulares. Como resultado, seu partido saiu derrotado na eleição seguinte, 2015, e ele próprio perdeu a cadeira no parlamento (Winther, 2015).

O último influenciador individual a ser discutido é o chefe do Poder Executivo. O presidente, o governador ou o prefeito, conforme a esfera de poder, interage com o processo legislativo por ter prerrogativas de iniciativa de determinados temas e de vetos de todos os projetos. Ele exerce influência principalmente sob os parlamentares que formam sua base de apoio, procurando alinhar as decisões aos seus interesses. Se a base de apoio for fiel e se tiver votos suficientes, o chefe do Poder Executivo passa a ser um “legislador-chefe” (Huckshorn, 1965). A troca de comando no Executivo pode provocar a mudança no posicionamento de parlamentares, ou de toda uma bancada, a respeito de um determinado tema (Freitas, 2017). Considerando o escopo da pesquisa, por chefe do Poder Executivo entendem-se os governadores do Distrito Federal e da província de Santa Fé, no Brasil e na Argentina, respectivamente.

2.4.3.2 Stakeholders organizacionais

Prosseguindo com a discussão sobre as partes interessadas no processo legislativo, esta seção tratará dos atores organizacionais cuja influência personificada. A seção anterior iniciou com o cidadão, nesta seção o primeiro ator organizacional tratado é o que agrupa os cidadãos: os grupos de interesse. Eles são instrumentos que conectam o governo e os cidadãos, para que estes expressem seus desejos visando influenciar as políticas (Meissner, 2016) com uma lógica de troca de informações e apoio político para consideração na tomada de decisões políticas (Gründinger, 2017). Têm suas peculiaridades e acabaram recebendo nomes diferentes na sociedade. Além dos grupos de interesse há os grupos de pressão, *lobbys*, as Organizações Não Governamentais (ONGs) (Meissner, 2015).

Os grupos de interesse vêm substituindo as organizações tradicionais, por exemplo, os partidos e os sindicatos, no papel de representação dos atores sociais como resultado da diminuição do interesse do cidadão pela atividade política. As novas organizações utilizam métodos diferentes de atuação. No lugar do ativismo de base elas empregam sofisticadas iniciativas de relações públicas e de fornecimento de consultoria especializada (Parvin, 2018). O resultado é o aumento do poder de influência junto aos parlamentares. Há legisladores que atribuem à participação da sociedade civil, através dos grupos de interesse, uma forma de combater o extremismo (Abdel-Samad, 2017).

Como visto na seção anterior, os parlamentares exercem a influência uns sobre os outros individualmente. Mas há também a ação exercida de forma coletiva através dos partidos. Uma das funções dos partidos políticos é relacionar os anseios da população e a ideologia política às decisões legislativas, exercendo influência sobre como votam seus parlamentares. Algumas vezes, a aquiescência é obtida mediante a realização de pressão. O poder do partido pode ser moderado tanto por questões internas ao parlamento, como as características das lideranças políticas, quanto por aspectos externos, como o nível de alinhamento ao chefe do Poder Executivo (Huckshorn, 1965; Mielcová, 2016). Os partidos precisam estar atentos para acompanhar as mudanças nas sociedades, como as novas ferramentas de comunicação com o cidadão. Por um lado elas aumentam a agilidade e reduzem

custos, por outro devem obedecer aos limites impostos pelo sistema político (Huhtanen, 2015).

Outro fator de influência organizacional que tem correspondência no nível individual é o Poder Executivo. Neste caso, a influência é exercida por diversos agentes que trabalham em variadas unidades que torna difícil a individualização. Weaver (1997) relacionou as agências governamentais e o gabinete do governador como influenciadores.

Uma parcela da comunicação político/cidadão é realizada através das mídias tradicionais (jornal, rádio e televisão). O poder de influência da mídia é tão destacado que ela já foi chamada de “quarto poder”. Nas sociedades democráticas, a mídia estende a sociedade na relação com o poder público, sendo seus olhos e ouvidos. Nos países não democráticos ela estende as autoridades. De qualquer forma, seu poder só é legitimado se houver o consumo de seus produtos. Se a sociedade não comprar o jornal, ou não ouvir o rádio, ou não assistir a televisão, a influência não se concretiza (Gackowski, 2014).

Os meios de comunicação definem o que/quem aparece e quem é deixado de fora. Um caso emblemático foi o da Declaração de Pequim produzida durante a 4ª Conferência Mundial das Mulheres realizada em 1995. Através dessa declaração, a ONU reconheceu que as mulheres estavam sub-representadas nas notícias, com reforço dos estereótipos de gênero, e esta era a principal preocupação no sentido de buscar a igualdade dos gêneros nas sociedades (Jóhannsdóttir & Einarsdóttir, 2015).

Ser divulgado pela imprensa é o primeiro desafio, o segundo é a forma em que é apresentado. São frequentes as discussões quanto ao viés dos veículos de comunicação. Tema discutido por Spyridou (2015) que evidenciou diferenças gritantes em como os veículos apresentavam uma série de manifestações populares segundo suas ideologias políticas. Não se buscava informar o cidadão, mas sim doutriná-lo.

A tecnologia adicionou novos meios de comunicação e mudou a forma de interação dos indivíduos. A comunicação online começou com a introdução da Internet nos anos 90, aumentando a interação com a Web 2.0 em meados dos anos 2000. As redes virtuais e comunidades de interesse aprimoraram práticas democráticas conectando os cidadãos e viabilizando suas participações, auxiliando

a tomada de decisões por parte do agente público. Quanto maior a discussão política via redes sociais, maior o interesse na participação por parte de políticos e cidadãos engajados, produzindo um efeito dominó (Komodromos, 2015; Konijn et al., 2008).

A utilização das redes sociais virtuais como suporte à atividade legislativa pode ser influenciada por questões ideológicas. Um exemplo é a utilização mais intensa das redes pelos partidos populistas na Alemanha, quando comparados aos partidos adversários (Kratzke, 2017). Os seguidores também podem ter perfis bem definidos, como o caso dos adolescentes austríacos que seguem os partidos populistas. Características orientadas para o comportamento foram mais fortemente relacionadas ao seguimento de partidos populistas. Em termos demográficos, foram encontradas evidências de que estudantes com menor escolaridade e homens tinham maior probabilidade de seguir os partidos populistas (Heiss & Matthes, 2017).

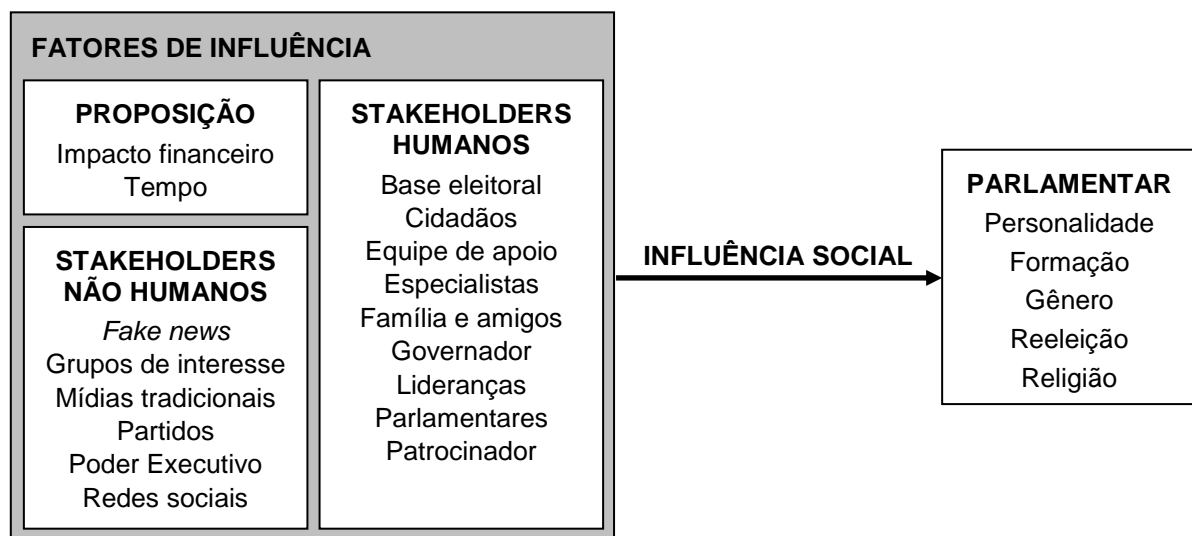
Um fenômeno existente nos meios tradicionais de comunicação foi potencializado pela Internet: as *fake news*. Este fator de influência ganhou destaque a partir da eleição presidencial nos Estados Unidos em 2016. O estudo de Gaumont, Panahi e Chavalarias, (2018) concluiu que as notícias falsas alcançam mais pessoas do que outras notícias políticas, mas elas espalham mais localmente, chegando a menos comunidades. Essa é uma boa notícia porque as contramedidas podem atuar de forma pontual. Outro achado do estudo, é que pelo menos no Twitter, as notícias falsas políticas não parecem ser tão populares.

A dinâmica da sociedade já colocou em discussão a própria expressão *fake news*. Há quem defenda que é um termo mal definido por englobar desde erros não intencionais até interferências estrangeiras em processos eleitorais. Termos mais adequados para se referir às informações falsas e/ou de fontes duvidosas é desinformação e manipulação on-line. Desinformação é a criação e o compartilhamento deliberados de informações falsas e/ou manipuladas com os objetivos de enganar o público, de causar danos ou obter ganhos políticos, pessoais ou financeiros (House of Commons, 2019).

2.5 Síntese Teórica

A Figura 1 consolida as informações extraídas da literatura. O objetivo da pesquisa é descrever a contribuição dos influenciadores no processo decisório dos parlamentares regionais brasileiros e argentinos. Os fatores de influência que tratam de características pessoais do legislador não se enquadram nesse critério. No caso específico da confiança a definição é abrangente e pode se referir à credibilidade construída pelo parlamentar ou ao grau de confiança nas pessoas que compõem sua rede de informações. No primeiro caso se confunde com os demais aspectos que formam a personalidade. A segunda opção não é em si um fator de influência, mas uma característica dos influenciadores. Por isso, os fatores de influência que tratam do perfil do parlamentar estão indicados como atributos deste, e não como influenciador.

Figura 1. Síntese teórica



O *lobby* não foi incluído pela possível subavaliação e porque se confunde com o grupo de interesse representado, dificultando isolar o poder do representante do poder dos representados. Por fim, o patrocinador, apesar de ser uma característica da proposição, não deixa de ser um parlamentar, um ator humano, sendo mantido no mesmo grupo dos demais parlamentares.

3 MÉTODO

Este capítulo descreve o método de pesquisa a ser utilizado. O tópico está dividido em quatro seções: a primeira trata da caracterização da pesquisa, a segunda descreve a população e o processo de amostragem, a terceira detalha os instrumentos de coleta de dados e, por fim, os procedimentos de análise de dados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

O objetivo da pesquisa é descrever a contribuição dos influenciadores no processo decisório dos parlamentares regionais. Ela é classificada como uma pesquisa exploratória porque tem, como objetivo principal, o aprimoramento de ideias (Botelho & Cruz, 2013; Jupp, 2006; Marconi & Lakatos, 2003). A abordagem será qualitativa mais adequada quando se deseja entender a experiência vivida por pessoas que compartilham tempo, espaço e cultura, concentrando na história natural de eventos ou relacionamentos (Frankel & Devers, 2000).

A pesquisa teve uma abordagem dedutiva e transversal. Ela partiu da literatura existente sobre os influenciadores dos parlamentares e verificou como ela é suportada pelas informações coletadas nas entrevistas. Também procurou identificar novos fatores de influência a partir do referencial teórico selecionado (Kennedy & Thornberg, 2018).

A técnica de coleta escolhida foi a da entrevista qualitativa, porque ela é voltada para capturar a forma que o entrevistado vê o mundo, explorando sua individualidade, com objetivo de revelar suas categorias mentais, sem referência a ideias preconcebidas. O entrevistado deve ter liberdade para expressar seu ponto de vista e entendimentos usando suas categorias mentais e sua própria linguagem (Corbetta, 2003; Patton, 2014).

3.2 População

Trata-se de estudo comparativo abrangendo políticos de parlamentos regionais, com a população formada pelos deputados distritais da 7ª Legislatura (2015-2018) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Brasil, e pelos deputados da legislatura 2016-2019 da Câmara de Deputados da Província de Santa Fé (CDPSF), Argentina. A CLDF e a CDPSF são parlamentos regionais de países vizinhos organizados politicamente como federações com três esferas (federal, estadual ou provincial e municipal). A CDPSF está localizada no nível intermediário, enquanto a CLDF acumula os papéis de parlamento municipal e distrital.

As regiões governadas pelos citados parlamentos têm populações parecidas, 3 milhões de habitantes no Distrito Federal em 3,2 milhões na província de Santa Fé (IPEC, 2019). Economicamente são muito diferentes, enquanto a província argentina tem sua economia baseada na indústria manufatureira, no comércio e na agricultura, mais de 90% do produto interno da região brasileira decorre da prestação de serviços (CODEPLAN, 2017; IBGE, 2015; IPEC, 2019).

As regiões que hospedam os dois parlamentos que são objetos deste estudo têm histórias e características bem distintas. O Distrito Federal brasileiro foi transferido para o local atual em 1960, com a mudança da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília. A cidade foi construída em 4 anos, para isso houve o deslocamento de operários de várias regiões do país. Atualmente a Unidade da Federação tem cerca de 3 milhões de habitantes sendo que 44,7% nasceram em outras regiões. A força de trabalho está concentrada no setor de serviços com 53,2%, sendo 21,4% no setor público, 24,8% no comércio, 13,1% na construção civil e 7,4% na indústria. Quase toda a atividade econômica está concentrada no setor de serviços, com 94,3%. Os serviços públicos contemplam a maior parcela, 44,7%, enquanto o comércio tem apenas 6,8%. A participação da indústria é mínima, 5,4%, e a agricultura quase não existe, 0,3% (Brasília, 2015; CODEPLAN, 2017, 2019; IBGE, 2020).

A colonização europeia na província de Santa Fé começou em 1527, tendo a fundação de sua capital em 1573. Ficou vinculada à província de Buenos Aires até 1815 (Santa Fé, 2020). É atualmente a terceira maior população do país, 3,4

milhões de habitantes, e ocupa a mesma posição quanto se trata de participação na economia nacional. Do ponto de vista local, a economia está baseada na indústria manufatureira, no comércio e na agricultura, tripé que responde por 61% do PIB. Quanto à alocação da força de trabalho 36,6% estão em variados serviços, 18,2% no comércio, 16,4% no setor público e 12,6% no comércio (IPEC, 2010, 2019).

Enquanto Brasília é uma cidade jovem com expressiva parcela de imigrantes, em processo de construção da sua identidade, Santa Fé é uma região consolidada e com as normas, referências e identidade tendo sido construídas ao longo de séculos. Assim, os argentinos têm instituições consolidadas para se referirem. Na falta de tais instituições, os brasileiros precisam criar os vínculos no nível do indivíduo.

Utilizou-se uma amostragem intencional para seleção dos entrevistados. O objetivo da amostra intencional é a seleção de casos de onde pode se extrair informações relevantes para a pesquisa (Patton, 2014; Schreier, 2018). O tamanho adequado da amostra na pesquisa qualitativa é aquele que é suficientemente pequeno para permitir uma análise profunda, mas que seja suficientemente grande para compreender o fenômeno (Sandelowski, 1995).

Para garantir a aleatoriedade da seleção da amostra, a população alvo foi contatada e todos aqueles que manifestaram interesse e disponibilizaram um horário em suas agendas foram entrevistados. Nos casos onde se conseguiu o contato de um assessor, a agenda foi negociada através do intermediário. Nos demais casos o contato foi realizado através da conta de e-mail oficial, coletada nos sites dos respectivos parlamentos, tendo o pedido sido reiterado algumas semanas depois para aqueles que não responderam ao contato inicial.

Foram entrevistados oito dos 50 parlamentares argentinos (16%) e sete dos 24 brasileiros (29%). Os 15 entrevistados possuem um perfil diversificado (vide Figura 2): oito homens e sete mulheres; oito faziam parte da base de sustentação do governador e sete ou compunham a oposição ou tinham um posicionamento independente; do ponto de vista ideológico foram seis de direita, seis de centro e três de esquerda. Quanto à idade houve uma concentração na faixa de 50 a 59 anos com oito entrevistados, quatro na faixa de 60 a 69 anos, um entre 40 e 49 anos e outro na faixa de 30 a 39 anos. Para a classificação quanto à relação com o

governador e quanto à ideologia política foram consultados especialistas que acompanham as atividades dos parlamentos, mas que não trabalham atualmente com nenhum dos entrevistados.

Figura 2. Perfil sociodemográfico dos entrevistados

Nacionalidade	Sexo	Posicionamento ¹	Ideologia	Faixa etária
Brasileira	Masculino	Situação	Direita	60-69
Brasileira	Masculino	Oposição/independente	Direita	50-59
Brasileira	Masculino	Oposição/independente	Centro	50-59
Brasileira	Masculino	Situação	Direita	30-39
Argentina	Masculino	Situação	Esquerda	50-59
Argentina	Masculino	Oposição/independente	Direita	40-49
Argentina	Masculino	Oposição/independente	Esquerda	60-69
Brasileira	Feminino	Situação	Centro	60-69
Argentina	Feminino	Situação	Centro	60-69
Argentina	Feminino	Oposição/independente	Centro	50-59
Brasileira	Masculino	Oposição/independente	Esquerda	40-49
Argentina	Feminino	Oposição/independente	Centro	50-59
Argentina	Feminino	Situação	Direita	50-59
Brasileira	Feminino	Situação	Centro	50-59
Argentina	Feminino	Situação	Direita	50-59

¹ Situação: base de sustentação do governador.

Oposição/independente: oposição ao governador ou posicionamento independente.

Houve grande diversidade partidária com 13 partidos ou blocos diferentes representados, sendo que nenhum partido ou bloco teve mais de dois representantes.

3.3 Instrumentos de Coleta

Os dados utilizados na pesquisa são de fonte primária, tendo sido coletados através de entrevista apoiada em roteiro semiestruturado. Este instrumento é adequado para exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais (Poupart, 2012).

Seguindo a recomendação de que a entrevista deva partir de aspectos mais concretos e familiares para os mais abstratos (Silva & Ferreira, 2012), o roteiro foi

organizado em duas partes. A primeira parte buscou estimular a memória dos entrevistados, listando três proposições que tramitaram durante as legislaturas alvos da pesquisa e que tiveram muita discussão. A segunda parte investigou pontualmente a relevância dos fatores de influência identificados na literatura através de 10 questões. Foram elaboradas duas versões do roteiro, uma para ser utilizada com parlamentares brasileiros (vide Apêndice A) e outra com os argentinos (vide Apêndice B), com duas diferenças: o idioma e os projetos listados.

As proposições escolhidas para compor a primeira parte versavam sobre matérias com diferentes interessados: uma questão restrita à atividade parlamentar, outra com efeito em um grupo delimitado e uma proposição de interesse de toda a sociedade. A escolha dos projetos ocorreu de formas diferentes em cada parlamento. Na CLDF houve acesso às folhas de votação que permitiu identificar os projetos com votação mais equilibrada, com parte dos parlamentares votando favoravelmente e outra parte contrária. Na CDPSF, por não ter acesso às folhas de votação, optou-se por entrevistar alguns servidores da Casa que informaram os projetos com maiores discussões. Os projetos estão listados na Figura 3.

Figura 3. Projetos citados nos roteiros de entrevista

	Projeto	Interessados
CLDF	Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 33/2015, que permitiria a reeleição da Mesa Diretora da CLDF.	Parlamentares
	Projeto de Lei Complementar nº 122/2017, que instituiu o regime de previdência complementar dos servidores públicos do DF.	Servidores públicos
	Projeto de Lei nº 1.486/2017, que instituiu o Instituto do Hospital de Base.	Sociedade
CDPSF	Projeto de Lei nº 35.404, “Lei da Paridade”, que buscava ampliar de 30% para 50% a participação mínima das mulheres nas listas eleitorais.	Parlamentares
	Projeto de Lei nº 34.425, propunha uma alteração constitucional para permitir a reeleição do Governador.	Poder Executivo
	Projeto de Lei nº 34.703, propunha a “Lei da Educação” na província.	Sociedade

3.4 Procedimentos de Análise de Dados

Esta seção descreverá o processo de análise dos dados formado por três etapas, análise de conteúdo e análise textual. Importante observar que as

entrevistas, as transcrições, as traduções e análises, foram realizadas exclusivamente pelo pesquisador. Se, por um lado, este fato reflete uma limitação de recursos, por outro indica a redução de problemas como a perda de informações passadas pelos entrevistados e o viés da análise.

3.4.1 Preparação dos dados

Antes dos dados serem analisados, houve uma fase de preparação que contou com duas atividades: transcrição de todas as entrevistas e tradução para o português das entrevistas em espanhol. A transcrição é uma construção teórica, ela é impactada pelos interesses da pesquisa e pela personalidade de quem realiza o trabalho. Variações na transcrição existirão enquanto seres humanos estiverem envolvidos no processo. Por terem sido realizadas por uma única pessoa, o próprio pesquisador, as variações de qualidade e de viés das transcrições das entrevistas neste estudo foram minimizadas. Optou-se também em realizar uma transcrição aberta, sem suposições a priori (Jenks, 2018).

Neste trabalho, a tradução para português das entrevistas em espanhol foi realizada logo após a transcrição. Dessa forma, toda a análise foi toda realizada em português, ciente que a tradução já é resultado de um processo reconstrutivo (Resch & Enzenhofer, 2018). A opção pela tradução das entrevistas antes da análise é considerada apropriada pelo fato do pesquisador ser brasileiro (Nurjannah, Mills, Park, & Usher, 2014).

3.4.2 Análise de conteúdo

Na primeira análise das entrevistas empregou-se a técnica de análise de conteúdo. Esta técnica busca, de maneira prática e objetiva, inferências de conteúdo a partir dos textos. Pode ter enfoque quantitativo, apoiado na frequência da ocorrência das características, ou qualitativo, quando se observa a presença ou

ausência das características (Caregnato & Mutti, 2006). A segunda opção foi escolhida porque o presente trabalho tem uma abordagem qualitativa.

A análise seguiu as definições de Bardin (2011) para a análise categorial. A unidade de registro foi o tema, uma afirmação sobre o assunto e pode estar contida em uma frase ou em frases compostas. Buscou-se todas as declarações sobre as influências percebidas pelos entrevistados relativas a atividades legislativas. Os excertos foram classificados segundo os fatores de influência identificados na literatura e resumidos na Figura 1. Trechos que citavam mais de uma categoria foram classificados em todas. Categorias não previstas foram acrescentadas ao modelo.

3.4.3 Análise textual

Na segunda etapa de análise foi empregada a Análise Textual com auxílio do software Iramuteq (<http://www.iramuteq.org/>). Todos os trechos de cada entrevista que continham referências ao exercício influência sobre a atividade parlamentar foram reunidos em “textos”, pela nomenclatura da ferramenta, com identificação da nacionalidade e do sexo do entrevistado e se ele fazia parte da base de sustentação do governador. Inicialmente os textos foram reunidos em um único *corpus* para uma análise global dos influenciadores. Para uso adequado do software foi necessário ajustar os textos. Termos compostos precisaram ser conectados por um “_” para que fossem entendidos como um único termo. Além disso, termos com significados semânticos equivalentes foram substituídos por um termo comum. Os ajustes estão listados na Figura 4. O *corpus* continha 292 segmentos de texto, 10.172 palavras, sendo 1.415 palavras distintas e 690 palavras que ocorreram uma única vez, os *hapax*.

Figura 4. Ajustes no texto para análise textual

De	Para
Alter ego	Alter_ego
Brasília (= Distrito Federal)	UF (“Unidade da Federação”)
Câmara dos Deputados	Câmara
Câmara Federal	Câmara_Federal
Câmara Legislativa	Câmara
Casa (= parlamento)	Câmara
Comissão Constitucional	Comissão_Constitucional
DF	UF (“Unidade da Federação”)
Distrito Federal	UF (“Unidade da Federação”)
Educação sexual	Educação_sexual
El Litoral	El_Litoral
Fake news	fake_news
Governo	Executivo
Hospital de Base	Hospital_Base
Ideologia de gênero	Ideologia_de_gênero
Instituto Hospital de Base	Hospital_Base
La Capital	La_Capital
Legislação Constitucional	Legislação_Constitucional
Legislatura (= parlamento)	Câmara
Legislatura provincial	Câmara
Lei da Educação	Lei_da_Educação
Lei da Paridade	Lei_da_Paridade
Lei de Responsabilidade Fiscal	Lei_de_Responsabilidade_Fiscal
Lifschitz	Governador
Meio Ambiente	Meio_Ambiente
Meios de comunicação	Meios_de_comunicação
Mesa (= unidade organizacional)	Mesa_Diretora
Mesa Diretora	Mesa_Diretora
Ministério da	Ministério_da_
Partido político	Partido
Partidos políticos	Partidos
PELO (“Projeto de Emenda à Lei Orgânica”)	Projeto
Projeto de lei	Projeto
Província	UF (“Unidade da Federação”)
Província de Santa Fé	UF (“Unidade da Federação”)
Redes sociais	Redes_sociais
Rolleberg	Governador
Santa Fé (= cidade)	Santa_Fé
Santa Fé (= província)	UF (“Unidade da Federação”)

Para analisar a estrutura do texto e evidenciar as associações entre as palavras que não foram evidenciadas na análise de conteúdo utilizou-se duas técnicas. A primeira foi a Classificação Hierárquica Descendente (DHC) que aplica o Método de Reinert para agrupar os termos em classes lógicas e obter classes com palavras semelhantes entre si e distintas das palavras das outras classes. Também organiza as classes em uma árvore indicando a hierarquia conforme a proximidade léxica (Salviati, 2017). A segunda técnica foi a Análise de similitude que identifica relações entre as palavras, permitindo inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras (Salviati, 2017).

O passo seguinte da análise teve como foco a investigação de semelhanças e diferenças de acordo com a nacionalidade dos entrevistados. Para isso o corpus foi dividido, aplicando-se a Análise de Similitude em cada um e comparando os resultados. O *corpus* dos brasileiros teve 154 segmentos, 5.468 palavras, 916 palavras distintas e 441 *hapax*. Já as entrevistas dos argentinos resultaram em 158 segmentos, 5.423 palavras, 994 palavras distintas e 518 *hapax*.

4 ANÁLISE

Esta seção apresenta os resultados das análises realizadas com os textos das entrevistas. Na primeira parte são discutidas as evidências da presença, ou não, dos influenciadores e dos componentes de influência utilizados identificados a partir da análise de conteúdo. Na segunda parte o objetivo é comparar os resultados conforme a nacionalidade com o auxílio das análises textual e comparativa.

4.1 Identificação dos Influenciadores

Nesta seção são discutidas as evidências declaradas pelos entrevistados sobre as ações de influência das quais são alvo. Os fatores de influência presentes na literatura e a definição de ator oriunda da ANT são a base para o reconhecimento dos agentes de influência. A ANT também participa da discussão dos mecanismos de influência com a ampliação do conceito de espaço de relacionamento, facilitando a identificação dos componentes predominantes da influência social.

4.1.1 Características pessoais

A discussão começará com os fatores de influência vinculados ao parlamentar em si. A expectativa é de eles sejam importantes na formação da personalidade do político, no seu sistema de valores, mas não são influenciadores com capacidade de agência.

4.1.1.1 *Personalidade*

Segundo a literatura, a personalidade dos agentes públicos tem papel central em seus processos decisórios (Dynes et al., 2018), o que foi evidenciado em diversas entrevistas com frases na primeira pessoa, como nos seguintes exemplos:

“Parece-me que, em minha opinião, a renovação é boa.” (Parlamentar #3), “Então pensei que era hora de começar a discutir esse tipo de mecanismo. ... A decisão do momento em que levantei isso foi minha.” (Parlamentar #4) e “Assim eu vejo, e foi a forma que eu vi naquele momento essa disputa, que foi uma disputa política muito grande.” (Parlamentar #9).

Também foram evidenciados os trechos: “Posicionamos-nos contra a tentativa da deputada, que era minha companheira de partido. O que mostra que isso para mim é uma bandeira. ... Sou contra por uma razão histórica.” (Parlamentar #10), “Mas porque eu votei então contra na época e agora votei a favor? Porque eu tinha medo.” (Parlamentar #11), e “Então, na minha visão foi uma decisão acertada. ... Na realidade eu formei minha opinião lendo mesmo o projeto e sabendo como é que é o contexto das finanças públicas do DF. Formei minha opinião com base na responsabilidade.” (Parlamentar #13).

A literatura entende a personalidade como as características inatas do indivíduo, moldadas por seus relacionamentos e experiências, que resultam em comportamentos habituais, em cognições e em padrões emocionais (Cloninger, 2009). As declarações explicitaram a assunção dos entendimentos pelos entrevistados, mas não deixaram claros se seus sistemas de valores, suas crenças, influenciaram nas decisões.

4.1.1.2 *Formação*

Em algumas declarações ficou clara a influência da experiência profissional e da formação política na personalidade: “Por isso, eu ocupei todas as posições partidárias da minha vida radical.” (Parlamentar #1), “Eu trabalho com questões de educação mais orientadas e trabalhistas. Por minha história sindical tenho mais conhecimento e mais chegadas aos espaços das organizações de trabalhadores.” (Parlamentar #4), “Eu já tenho uma grande ação nas redes sociais como professor e eu só transferi esta ação de professor para o político.” (Parlamentar #10) e “Milito na cultura desde que eu me entendo por gente e desde que eu tenho alguma atividade política.” (Parlamentar #11).

As declarações evidenciaram a importância que os entrevistados atribuem às suas formações profissionais e políticas na atividade parlamentar, visão compartilhada com a literatura. Não foram identificadas, contudo, referências às características pessoais como otimismo e confiança. Uma possível explicação é que para identificar tais características como relevantes na definição do seu comportamento, o indivíduo precisa se comparar com outras pessoas e os aspectos nem sempre são evidentes (Salinas & Huertas, 2018).

4.1.1.3 Gênero

O impacto das discussões sobre gênero é tão visível a ponto de um dos projetos identificados como de grande repercussão, e incluído no roteiro de entrevista com os parlamentares argentinos, foi o que garantiria a paridade de gênero nas listas eleitorais (vide Apêndice B). Na defesa da pauta feminina as deputadas se organizaram, superando o aspecto partidário, como declarado pela Parlamentar #2 (“As próprias mulheres de seus partidos pressionaram. Uma mesa de paridade, onde mulheres de diferentes partidos e organizações diferentes. Dizemos às mulheres ‘diga aos seus representantes para definirem essa questão’.”). Também pela Parlamentar #5 (“Obviamente, com uma posição bastante forte do fórum das mulheres do nosso partido e também participando do multipartidário das mulheres.”), e pela Parlamentar #7 (“No caso da lei da paridade, no meu caso pessoal, participei desde minha militância política no movimento de mulheres, movimento feminista, que na Argentina nos últimos anos é muito ativo.”). O Parlamentar #5 manifestou um posicionamento diferente a respeito do projeto: “Na questão da paridade, entendemos que havia um voluntarismo excessivo por parte dos promotores do projeto.”.

Através das entrevistas foi evidenciado outro tema na qual houve união das legisladoras: a nomeação do suplente de uma deputada que faleceu durante o do mandato. Situações similares tiveram decisões contraditórias ao longo da história. Em 2001 foi nomeado o primeiro suplente, um homem, alterando a proporção dos gêneros no parlamento. Já em 2013, os primeiros suplentes foram preteridos com a nomeação da primeira mulher na lista. No caso mais recente todas as legisladoras

defenderam que a substituição respeitasse a cota de gênero, conforme declaração da Parlamentar #3: “Lutamos até morrer para defender uma vaga feminina e continuar sendo ocupada pelo mesmo gênero. Essa foi a nossa luta! ... Independentemente do partido que eles formavam, todas as mulheres apoiaram.” (La Opinion, 2019; Rueda de Prensa, 2019).

Entre os parlamentares brasileiros, não se evidenciou que a questão de gênero estivesse tão presente. O tema não apareceu de forma espontânea e, quando perguntado explicitamente, as declarações indicaram um menor nível de engajamento com a da Parlamentar #15 (“Então a gente fazia um trabalho conjunto com as parlamentares. Éramos unidas sim. Quando fazia qualquer evento em relação às mulheres, estavam todas presentes. No mês de março, a prioridade era para a pauta feminina.”) ou da Parlamentar #9:

Então foi muito difícil e tem sido muito difícil. Mulher vinda desse meio social, vinda de comunidade, sem a condição que a maioria tem, sem a condição de grupos porque política é feita de grupos. ... Mas sempre nos assuntos tocante à questão do gênero feminino as mulheres estiveram próximas.

As declarações evidenciam mais o efeito do gênero na definição da agenda do que diferenças no processo decisório. O tema está na agenda na Argentina há muitos anos (Colombara, 2019) e as ações de um importante grupo de combate ao feminicídio repercutiram no comportamento dos legisladores, conforme a Parlamentar #4: “Bem, o dia em que vimos o primeiro tratamento na Câmara dos Deputados foi no dia seguinte à realização de massivas mobilizações do ‘Nem uma a menos’. Isso condicionou a votação e, com isso, tivemos meia sanção.”. Esta agenda está alinhada às discussões realizadas internacionalmente inclusive no âmbito da OCDE (Jütting, Morrison, Dayton-Johnson, & Drechsler, 2008; Mahon, 2015). A agenda feminista também está presente no Brasil (Muñoz-Cabrera & Rangel, 2018), mas foge ao escopo do presente trabalho a discussão sobre os motivos da menor mobilização no país.

4.1.1.4 Religião

A religião, como crenças filosóficas e sistemas de valores, foi citada em uma única entrevista. O Parlamentar #6 reconheceu sua formação religiosa e afirmou que ela não deveria influenciar as decisões:

Tenho uma forte formação católica. No entanto, acho que o olhar do deputado não precisa se concentrar no que alguém acredita, mas no que deve ser e pensar no futuro, nessa governabilidade, e em qual população estará beneficiando ou não.

O Parlamentar #14, que tem um forte vínculo com uma igreja a ponto de reconhecer que “No meu primeiro mandato eu entrei para uma questão específica, única, que era a regularização dos templos religiosos”, destaca a importância social das igrejas:

Nós falamos dos templos religiosos, tem um desconto que chega aí talvez até 60% na compra dos terrenos. Tá, mas se fosse vender para um particular numa licitação não era um valor muito maior? É verdade, mas o trabalho que uma igreja evangélica, o trabalho que uma Igreja Católica, o trabalho que uma Federação Espírita faz em favor do ser humano não tem preço.

Este resultado corrobora o entendimento de que o papel das religiões tem sido reduzido nas sociedades. De fator preponderante na definição do comportamento, são agora um ator periférico. Há um termo específico para referenciar esta redução na relevância das religiões: secularização (Bruce, 2011).

Mas há estudo que defende a relevância da religiosidade no processo decisório, ao menos em questões relativas à moral privada (Prandi & Santos, 2017). Em outro caso se justifica o comportamento dos deputados que compunham a Bancada Evangélica durante a votação do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff a partir da religião, com os discursos apoiados na defesa da tradição (Prandi & Carneiro, 2018). Contudo, é possível chegar a conclusões diferentes. No próprio estudo os autores registram que os eleitores brasileiros são mais conservadores que os parlamentares. Então, é possível que os discursos tenham sido menos a defesa de aspectos que lhes são importantes e mais uma prestação de contas com os eleitores, sendo estes os influenciadores reais. Outra possibilidade é influência não como um componente nas crenças e valores pessoais, mas como um ator com capacidade de agência: a igreja. A ação das igrejas evangélicas

pentecostais, por exemplo, tem sido cada vez mais visível inclusive nos parlamentos (Machado & Burity, 2014; Mariano & Gerardi, 2019).

4.1.1.5 *Reeleição*

Vários legisladores reportaram a prática de se evitar a deliberação de temas complexos no período eleitoral quando a população está mais atenta à política. Alguns entrevistados descreveram o comportamento como uma prática estabelecida. O Parlamentar #2 afirmou que “No último ano, também coincide com o último ano do governo da província, é difícil para eles conseguirem leis importantes. A oposição não lhe dá a possibilidade de tratá-la”. Com o mesmo entendimento, o Parlamentar #5 foi mais direto afirmando que há “[No período eleitoral há] Menos seções, menos atividade. Questões de conflito são adiadas. Não há correspondências, não há movimento. Passa mais avisos”. Outros legisladores confirmaram a prática, mas afirmaram não compactuar com ela, como os casos do Parlamentar #6 (“Alguns sempre atravessam situações eleitorais e não querem ficar mal com a sociedade ou com a igreja, que tem muito peso”), do Parlamentar #7 (“Os cidadãos são mais atenciosos. A imprensa está mais atenta. No meu caso pessoal, isso não me define, não digo uma coisa por ser um ano eleitoral, mas, não conheço outras.”), ou ainda o Parlamentar #13:

Com certeza. Eu não mudei. Até hoje eu continuo no mesmo ritmo, inclusive nas eleições. Você pode ver que nas eleições eu apresentei projeto de lei, apresentei requerimento. Mesmo durante o período eleitoral. Mas assim muda pelo seguinte, o deputado começa a ficar mais esperto, então começa a ver que algumas votações ele não participa, algumas sessões não precisa ir, ele começa a usar das suas prerrogativas para ser valorizado.

Esses relatos reforçam a falta de consenso sobre o poder da influência da reeleição apontado na literatura (Canfield-Davis & Jain, 2010). É possível que tenha havido uma subavaliação do fator porque há certo desconforto em se assumir publicamente a mudança de comportamento em período eleitoral. Esta suspeita decorre das declarações que confirmam o efeito apenas em outros parlamentares. A questão da reeleição parece estar inserida em uma discussão mais ampla: o efeito da sazonalidade do ciclo eleitoral.

4.1.2 Características da proposição

O segundo grupo de fatores de influência a serem discutidos são os vinculados ao projeto em deliberação. A revisão de literatura identificou três fatores neste grupo: o impacto financeiro resultante da eventual aprovação do projeto, o momento em que o projeto foi submetido e seu patrocinador.

4.1.2.1 Impacto financeiro

Houve grande divergência quanto ao efeito do impacto financeiro no processo decisório, reforçando a discordância existente na literatura (Angeyo et al., 2014; Canfield-Davis & Jain, 2010). Alguns deputados não dão uma atenção especial a este aspecto durante a análise do projeto. Um exemplo foi o Parlamentar #2 que disse “Para mim, orçamento é uma decisão política. Quanto dinheiro o Estado aloca para uma lei é uma definição de quão importante é essa política”. Na mesma linha o Parlamentar #4 afirmou que “Quase nunca estamos trabalhando em projetos com essa perspectiva. Não porque, além disso, os projetos que promovemos sejam sempre ambiciosos, mas de aplicação gradual”.

No outro extremo estão os deputados que consideram o impacto uma questão fundamental, abordando os custos e retornos da política não apenas do ponto de vista econômico, mas de forma holística observando os impactos em diversos campos. Neste caso encontra-se uma declaração do Parlamentar #14, já apresentada na seção 0:

Ele é fundamental. Quando você tem a consciência de que um projeto pode trazer grandes benefícios, você também tem que ver o impacto dele. ... Nós falamos dos templos religiosos, tem um desconto de chega aí talvez até 60% na compra dos terrenos. Tá, mas se fosse vender para um particular numa licitação não era um valor muito maior? É verdade, mas o trabalho que uma igreja evangélica, o trabalho que uma Igreja Católica, o trabalho que uma Federação Espírita faz em favor do ser humano não tem preço.

A complexidade do tema fica mais evidente com a declaração do Parlamentar #10 que ressalta a força do jogo político é capaz de contrariar normas legais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que todo projeto de lei que tem impacto financeiro, ele tem que vir com o estudo de impacto financeiro orçamentário, senão ele já é inconstitucional. Para passar aqui, ele deveria vir com esse estudo. Vem na maioria das vezes? Não. E por que se aprova? Porque isso é uma casa política, não uma casa jurídica.

Pelas declarações, o impacto financeiro não é um fator de influência individualmente analisado. Quando tratado como um aspecto importante, está envolto de outras questões, como outros tipos de impactos, não sendo um fator de influência em si. A literatura ainda indica que o impacto financeiro tem maior relevância em períodos de crise econômica (Mouter, 2017). Não foi possível verificar a ocorrência deste efeito porque o presente trabalho tem um recorte transversal.

4.1.2.2 *Tempo*

Segundo Canfield-Davis et al. (2010), o momento em que a proposição é apresentada influencia suas chances de aprovação. Projetos autuados no início da legislatura terão mais tempo para debate, aumentando sua chance de aprovação. Em nenhuma das entrevistas foi evidenciado tal efeito. O início do mandato dos parlamentares coincide com início do mandato do governador, quando ele tem o respaldo das urnas para apresentar os projetos mais controversos segundo o Parlamentar #10:

Porque os projetos mais polêmicos dele, que contrariavam a minha história, surgiram no início do mandato. ... Isso acontece em qualquer lugar do planeta. Você foi eleito e está com a popularidade lá em cima. Você está com respaldo de mais de metade da população. Em tese, você tem a força política e o apoio popular para iniciar projetos de maior impopularidade. Afinal de contas, o Parlamento não vai querer se indispor com um presidente ou governador que tem apoio popular.

Houve mais comentários sobre o efeito das eleições no comportamento do parlamentar. Ou seja, no outro extremo do ciclo eleitoral. No último ano, “Os cidadãos são mais atenciosos. A imprensa está mais atenta.” (Parlamentar #7) também há “Menos seções, menos atividade. Questões de conflito são adiadas.” (Parlamentar #5). Ou seja, “..., assistimos como permanecer imóveis até que a tempestade passe, até que as eleições passem.” (Parlamentar #6).

Outros dois entrevistados levantam questões diferentes sobre o efeito do tempo na atividade parlamentar. O Parlamentar #10 observou que um dos efeitos

das redes sociais é manter a memória do eleitor para o comportamento dos políticos ao longo de todo o mandato:

Então, aquela história que o cara deixava para fazer no último ano que o povo só lembrava daquilo, hoje as redes sociais estão aí para relembrar tudo que o cara não fez, a omissão, ou o que ele fez de errado nos 2 primeiros anos.

Já o Parlamentar #12 chamou a atenção para a volatilidade do conhecimento sobre o processo eleitoral

A mutação do processo eleitoral ela tá num ritmo muito acelerado, então uma fotografia de uma eleição agora não serve para outra. As variáveis que você deveria seguir para que você tenha sucesso numa eleição, na outra praticamente não vale.

Com estas questões, o cidadão de forma geral, e a base eleitoral em particular, têm maior poder de influência no período eleitoral. Ainda que não haja mudanças nos posicionamentos de parte dos legisladores, ele afeta a pauta das votações. Então, o tempo também não é um fator de influência em si, ele potencializa outros fatores. Nesta linha, Rowlands e Wielen (2019) confirmaram que os eleitores estão mais atentos ao parlamento quando a eleição se aproxima, e que o nível de segurança quanto a reeleição influencia na fidelidade partidária.

4.1.2.3 *Patrocinador*

Pelas declarações dos entrevistados, a interação com o patrocinador não tem qualquer diferença do relacionamento com os demais parlamentares. O papel de patrocinador não agrega mais poder, nem si quer impacta nos relacionamentos. As evidências indicam uma boa vontade, uma camaradagem, para apoiar uns aos outros, desde que não vá contra aos princípios ou ideologias de cada um.

O Parlamentar #4 afirmou que “Quero dizer, eu posso acompanhar outros projetos quando são tópicos específicos com os quais eu concordo.” Na mesma linha, o Parlamentar #9 declarou que “Às vezes tem matéria nessa casa que não agrada a todos e aí vem a questão de posicionamento ideológico. Aí as coisas não caminham quanto aquele autor gostaria que caminhasse.” Ou ainda, o Parlamentar #5 afirmou que “Na questão da Paridade, entendemos que havia um voluntarismo excessivo por parte dos promotores do projeto.

Outros parlamentares observaram que é um processo de negociação, de articulação, que precisa ser construído. Nesta linha foram o Parlamentar #11 (“Acaba tendo influência, mas no meu entendimento, é uma influência que deve ser construída, não pode haver uma condição de pressão, imposição de pressão.”), e o Parlamentar #8 (“[O patrocinador tem influência] Sim. Mas pode ser modificado. Se você ouvir o autor do projeto. Mas, em qualquer caso, o autor do projeto pode ter que passar por muitas modificações em sua ideia.”).

Essas declarações discordam da literatura que considera o patrocinador do projeto com um poder de influência destacado e proporcional à sua reputação (Canfield-Davis & Jain, 2010). Tais declarações também indicam em menor nível o efeito de normas sociais que levam os parlamentares a se apoiarem. Porém, o componente da influência social mais evidente é o da *compliance*, em especial, a reciprocidade e a afinidade (Cialdini & Griskevicius, 2010; Cialdini & Trost, 1998), utilizados na construção da rede de relacionamentos e do capital social. Esta análise reforça que o papel do patrocinador como influenciador está inserido no relacionamento entre os parlamentares.

4.1.3 Stakeholders individuais

Depois de discutidos os fatores de influência associados aos parlamentares e às proposições, o passo seguinte é tratar das influências externas, os stakeholders. Por uma opção de organização do texto, foi mantida a mesma divisão do referencial teórico com esta seção tratando dos influenciadores em nível pessoal, individual. Neste grupo estão os especialistas e a equipe de apoio que se sobressaem, principalmente, em suporte de informações técnicas.

Estão também os parlamentares, os líderes políticos e o governador, que são influenciadores no nível político. A discussão começa com os influenciadores com vínculo pessoal ou que são representantes da sociedade de forma ampla, especificamente a família e os amigos, o cidadão e base eleitoral.

4.1.3.1 Família e amigos

O núcleo social mais restrito, a família e os amigos, tem bastante influência junto ao parlamentar (Riffe, 1988). Os entrevistados fizeram várias citações sobre a importância dos relacionamentos no âmbito pessoal. Alguns lembraram apenas da família como o Parlamentar #2 ("Para a família, sim, amigos nem tanto."), o Parlamentar #12 ("Eu acho que a família sempre dá opinião a respeito daquela situação. Sempre quando você se envolve um processo político, até na hora do café, do almoço, alguém tá dando opinião.") e o Parlamentar #13 ("A minha esposa participa muito. Ela na verdade, é meu *alter ego*. Na verdade, ela me prepara para os debates mesmo.").

Teve quem lembrasse apenas de amigos como o Parlamentar #11 ("Fui privilegiado por ter uma grande amiga que era servidora, médica."). E tiveram aqueles que lembraram tanto da família quanto dos amigos. Por exemplo, o Parlamentar #5 ("[Influência da família e dos amigos] Sim. Exatamente."), o Parlamentar #10 ("A esposa está sempre falando. A filha. Os amigos. Os colegas de boteco. Todo mundo quer dar sua opinião e a gente tem que ouvir e, às vezes, tem que levar em consideração.") e o Parlamentar #14 ("Então, a família cobra muito logicamente, os amigos acompanham de perto e a pressão das redes sociais é o tempo todo.").

Apenas um entrevistado, o Parlamentar #1, declarou que não é influenciado pela sua rede de relacionamentos pessoais:

Todo mundo pensa ou quer, me diz ou quer, é muito bom, eles são meus amigos. E ainda falo com eles sobre política e também aprendo com eles. Mas temos um relacionamento delimitado, como deveria ser. ... Agora, temos uma rede compacta de amigos que serve como um suporte mais afetivo e emocional do que um ponto de vista específico.

As declarações evidenciam que os relacionamentos ocorrem no espaço pessoal, nos lares e nos locais de convívio social. Apesar de rotineira a utilização das redes sociais para comunicar com familiares e amigos este meio não tirou o caráter de interação pessoal. Os entrevistados não demonstraram qualquer diferença quanto ao meio utilizado (Law, 2002).

O efeito das normas sociais é percebido quando as pessoas do círculo íntimo do legislador condicionam seu comportamento fazendo o primeiro crivo nos

posicionamentos. Em outro trecho da entrevista, o Parlamentar #14 foi taxativo ao afirmar que “Quem mais cobra de você, sem dúvida, é a família.” (Cialdini & Trost, 1998; Reno et al., 1993). A conformidade também está presente quando a família e amigos são canais de comunicação com a população, permitindo que o parlamentar embase melhor seus posicionamentos, informativa, e se mantenha alinhado ao eleitor, normativa (Cialdini & Goldstein, 2004). O Parlamentar #6 chamou a atenção para esse aspecto quando afirmou que “Sim, a família pelo fato de alguém saber que possui informações em primeira mão, outras são as que dizem ‘olhe desse lado’”. Ao utilizar as informações para avaliar como sua atuação será percebida pela sociedade, o parlamentar está também manifestando a *compliance* de validação social, além da afinidade intrínseca ao ciclo de amizades (Cialdini & Griskevicius, 2010; Cialdini & Trost, 1998).

4.1.3.2 Cidadão

A influência do cidadão é garantida pela democracia. Os agentes políticos são os maiores interessados na interação com a população para aumentar as chances de reeleição, principalmente em época de apatia política (Baquero, 2015). Como esperado, vários parlamentares explicitaram a interação com os cidadãos como relevantes na discussão política, tanto para formulação das propostas quanto no acompanhamento da tramitação.

Alguns entrevistados destacaram a importância dos cidadãos na construção e na aprovação dos projetos, como o Parlamentar #1 (“A resposta técnica, a construção com muito, eu discuto muito e converso com muita gente. Sempre”), o Parlamentar #12 (“Foi uma discussão ampla e eu acho que influenciou bastante porque Brasília toda acompanhou isso, tanto pela mídia como também pelos debates, a posição de cada deputado.”), o Parlamentar #15 (“Primeiramente acho muito importante consultar a Casa. A Casa tem os técnicos que são preparadíssimos aí e depois a gente escuta um pouco da opinião pública. A gente escuta a população.”), e o Parlamentar #7 que explicita os dois momentos do relacionamento:

Todas as iniciativas que levamos ao parlamento surgiram de nossas conversas na sociedade civil. ... Minha percepção é de que a lei de educação da província será publicada porque o assunto já está instalado publicamente. Ninguém pode dizer que não quer a lei, porque estamos falando de educação. E a educação é uma política de Estado. A lei da paridade custará um pouco mais. Nem todas as pessoas, nem os próprios cidadãos relacionam diretamente a violência sexista à necessidade de paridade.

Outros três deputados mencionaram o contato físico com cidadão que faz uso das estruturas dos parlamentos. O Parlamentar #6 afirmou que “Em todas essas leis que são muito importantes esta conferência é feita, esses painéis são feitos. São feitos olhares diferentes da população que usa o salão da legislatura para fazer essas reuniões.”. Já o Parlamentar #10 descreveu a dinâmica de trabalho que implantou em uma comissão quanto “A gente transformava a primeira parte numa espécie de, nem de audiência, de oitiva pública. As pessoas podiam falar e tudo mais para depois a gente começar os trabalhos.”. O Parlamentar #12 afirmou que:

... porque você é avaliado a cada quatro anos. Então você tem que mostrar para aqueles eleitores que você tá trabalhando, que você merece o voto deles. ... E agora com a dinâmica de redes sociais de tudo, se você parar uma semana a sensação que tem é que você ficou para trás. ... O atendimento em gabinete sim, também. Agora os contatos em áreas como feiras, como eventos, como eventos em escolas e faculdades, palestras, você faz uma interação maior do ponto de vista presencial que dá oportunidade das pessoas te perguntarem te inquirir, perguntar alguma coisa.

Em função do alcance, as mídias são importantes canais de comunicação, tanto as mídias tradicionais como jornais e TV (vide 4.1.4.4) quanto as mídias digitais (vide 4.1.4.5). “Hoje o mundo mudou. O mundo participa. Hoje possui ferramentas para tomar decisões em um segundo.”, segundo o Parlamentar #1. Entendimento reforçado pelo Parlamentar #13, “Eu converso muito. Redes sociais. Na rua mesmo. Quando você é deputado, você é deputado 24 horas”. Os novos meios introduziram mudanças na comunicação, mas também criaram uma dificuldade de saber com quem, realmente, se está conversando. Segundo o Parlamentar #11:

Eu acho que eu consigo no Instagram chegar na pessoa. Se eu tenho uma crítica, ou se tenho uma sugestão, uma coisa eu acho que pelo Instagram eu consigo chegar realmente na pessoa. Aí eu estou olhando para pessoa. ‘Pera aí por que você fez essa crítica, qual o problema?’ Seja no privado, seja no aberto. Então eu, pelo menos no que opero, eu estou procurando conversar com uma pessoa, entender o elogio, a crítica ou sugestão.

Como evidenciado nas declarações acima, o relacionamento parlamentar/cidadão utiliza variados canais, mas os papéis são mantidos. Estando

presente no parlamento ou nos eventos, interagindo por uma rede social ou apenas acompanhando a atividade do político por meio da Internet, o cidadão é responsável pela renovação, ou não, do mandato periodicamente.

A “forma” de um indivíduo em um contato presencial não é a mesma quando ele é um usuário. Assim, o espaço do relacionamento não é o tridimensional, o euclidiano. O espaço onde as formas e relacionamentos são mantidos é o da representação, envolvendo os diversos aspectos de seleção dos agentes políticos como representantes da população (Latour, 1996; Law, 2002).

Se por um lado as declarações não evidenciaram de forma clara a manifestação das normas sociais, por outro a conformidade está bastante visível. Quando a preocupação é coletar diferentes opiniões para embasar a decisão, informacional, e quando buscam aprovação social, normativo (Cialdini & Goldstein, 2004).

É possível entender que ao buscar o alinhamento com o cidadão, o político está retribuindo o “favor” de ter sido eleito, numa manifestação de *compliance* reciprocidade (Lawson & Greene, 2014). Porém a descrição do comportamento prevê, ao menos de forma subjacente, que os atores tenham uma relação mais equilibrada. Um parlamentar não está no mesmo nível de poder que o cidadão, este lhe delega a autoridade e se não ficar satisfeito, retira. Assim, as *compliances* mais evidentes são a da autoridade, onde o político tem maior disposição em alinhar ao pensamento do cidadão, a validação social para acompanhar seu desempenho e a consistência para construir e manter relacionamentos (Cialdini & Griskevicius, 2010).

4.1.3.3 Base eleitoral

Por base eleitoral entende-se a parcela da população de onde originou a maioria dos votos que elegeram o agente político. Vários entrevistados declararam a influência de suas bases, como o Parlamentar #1 (“Cada um separa o lugar em que acredita, o que cumpre com o que entende que prometeu ao seu eleitorado, o cidadão.”), o Parlamentar #3 (“Quando você está nas escolas trabalhando com as crianças, com os alunos, vemos as necessidades dia após dia. Então, quando você

começa a ver como agir.”), o Parlamentar #9 (“Eu andei muito, claro que eu centrei mais em Ceilândia que é uma cidade muito grande, eu moro lá já há muitos anos”) e o Parlamentar #11:

Milito na cultura desde que eu me entendo por gente e desde que eu tenho alguma atividade política. Sou militante da cultura. Como é que eu poderia ser aquele cara? ... Mesmo como líder eu falei “olha não posso, não vou fazer isso”.

O Parlamentar #10 foi quem declarou de forma mais explícita:

Eu sou servidor público, tenho muito eleitor servidor público e aí a gente tem de ser honesto. Um parlamentar ele tem que ter foco. Você vai defender a bandeira de quem? O governador, em tese, tem que defender a bandeira de todos. O parlamentar não. Ele não foi eleito por todos. Ele foi eleito por um grupo, por um determinado segmento da sociedade para defender os direitos e demandas daquele segmento. Contanto que aquele também não se contraponha aos interesses da sociedade.

Mesmo o Parlamentar #14, que afirmou “Você não é deputado de quem te elegeu. Você passa a ser deputado de toda a população do Distrito Federal.”, não pode ser considerado como uma posição discordante porque fez declarações contraditórias em outros momentos da entrevista:

Então eu admito que eu votaria de novo hoje contra muito mais pela pressão, vamos assim dizer, daqueles que interagem no serviço da saúde do que por convicção. Naquela época eu votei inteiramente por convicção de que era o melhor votar contra. Hoje não tenho mais essa convicção. ... E é claro que eu trabalho por todos, mas naquilo que é a minha área específica, vou dar uma atenção maior a ela. ... A partir daí eu entrei para uma militância, passei a fazer aquilo que é da minha área de advocacia e acabei assumindo a bandeira da saúde que acabou agregando mais pessoas naquilo que a gente faz, além do trabalho social. E é claro que eu trabalho por todos, mas naquilo que é a minha área específica, vou dar uma atenção maior a ela, seja na advocacia, seja para saúde, seja para a educação, e seja na regularização fundiária, que foram minhas bandeiras.

As declarações corroboram a importância atribuída à base de eleitores pela literatura. Inicialmente tratados apenas como uma questão de território (Bucher & Nováková, 2015; Canfield-Davis & Jain, 2010), os eleitores não são apenas identificados por uma questão geográfica. Koseki (2018) evidenciou uma desregionalização dos votos, com o alinhamento de eleitores de grandes centros aos de pequenas cidades. Mesmo a diferença de idioma não é necessariamente critério de separação. Há trechos extraídos das entrevistas que ainda indicam o território como fator de segregação do eleitor, mas também há caso da igreja (Mariano & Gerardi, 2019), e de grupos sociais.

Este ator é um subconjunto dos cidadãos e tem as mesmas características quanto ao exercício da influência. Ou seja, é um ator não humano, que interage com os parlamentares principalmente no espaço político, onde exerce a conformidade, informacional e normativa, e as *compliances* de validação social e consistência.

4.1.3.4 Especialistas

Os especialistas são atores citados com frequência nas entrevistas. Os principais trechos são os seguintes: Parlamentar #1 ("Pressupõe uma visão global de possíveis conselheiros."), Parlamentar #2 ("O coletivo de todas as mulheres. Sim. Todos os grupos de mulheres de diferentes áreas. Jornalistas. Grêmios. Associações de mulheres. União de dona de casa. Conselheiros."), e Parlamentar #6 ("Dos diferentes painéis, digamos, eles podem ser profissionais, podem ser, digamos, pessoas que estão no assunto da educação. Por exemplo, se falamos de educação, pode ser o ministro."). Evidenciou-se também o Parlamentar #10 ("Professor não frequentava Câmera, diretor de escola não frequentava, diretor de hospital não frequentava, hoje todo mundo frequenta e sabe onde ele deve buscar apoio ou, pelo menos, para se queixar."), Parlamentar #12 ("Chamaram, inclusive, pessoas do governo federal. Trouxeram experiências de dentro e de fora do país."), Parlamentar #13 ("Ouvi sim, aí nesse caso eu ouvi os especialistas na área. Uns contra, outros a favor e tal, mas fui convencido porque o modelo não é privatização.") e o Parlamentar #11:

Então essa construção, eu lembro que eu conversei muito com especialistas. Tentei sair um pouco do foco político. O meu trabalho foi sair do campo político e fui conversar com especialistas e todos me disseram isso que legalmente era possível fazer, só que no ponto de vista de uma saúde de um planejamento para o futuro isso realmente aconteceria. E por isso eu votei contra.

Diferente dos cidadãos, nenhuma das declarações evidenciou a interação com os especialistas sendo realizada pela Internet. Os contatos para o repasse das informações foram presenciais. Em alguns casos ficou perceptível o contexto político do influenciador, enquanto outros foram selecionados por critérios técnicos. Mas não foi possível evidenciar se os especialistas se limitaram a transmitir os conhecimentos

ou se atuavam como conselheiros. De qualquer forma, o espaço utilizado é o tridimensional (Law, 2002; Montuschi, 2017).

Os trechos extraídos não registraram os efeitos de normas sociais e nenhum dos princípios de *compliance*. A natureza do trabalho de um especialista é a conformidade informacional, visando suprir o parlamentar de informações para que ele tome uma decisão mais segura (Cialdini & Goldstein, 2004).

4.1.3.5 Equipe de apoio

A equipe de apoio é formada por servidores que trabalham no parlamento e foi lembrada por vários entrevistados como o Parlamentar #1, (“Portanto, a formação de agendas legislativas precisa de assessores sobre cada tópico específico”), o Parlamentar #4 (“No caso da educação sexual, isso tem a ver com práticas que tivemos, principalmente Susana [assessora], porque ela está diretamente envolvida em treinamento e em um projeto que foi concluído há 22 anos de educação sexual em hábitos educacionais.”), o Parlamentar #12, (“Você tem que ter fontes de informação. Tem que ter a pesquisa de biblioteca, de histórico, de dados e informações. Tem que também ouvir o quadro técnico da Casa.”), o Parlamentar #14, (“Mas, quando chega aqui dentro você tem que ter ideias, tem que ter equipe, você tem que ter as pessoas que compõem de fato aquilo que está acontecendo”) e o Parlamentar #6:

Por exemplo, estou nas Comissões do Meio Ambiente, da Cultura e da Legislação Constitucional, portanto, já sabendo quais atribuições do meu trabalho, também se tenta buscar assessoramento com base nesse perfil e em algumas outras pessoas que também podem ajudar no projeto que alguém pode apresentar.

A equipe de apoio tem um papel similar ao dos especialistas na relação com os parlamentares, tendo como principal mecanismo de influência a conformidade informacional. A principal diferença está na frequência maior das interações, tendo parte da equipe trabalhando exclusivamente para um parlamentar. Nestes casos pode ocorrer também a *compliance* afinidade, mas tal efeito não foi evidenciado nas entrevistas com os legisladores destacando as competências técnicas dos servidores (Cialdini & Griskevicius, 2010).

4.1.3.6 Parlamentares

Os demais parlamentares são uma das principais fontes de informação (Riffe, 1988) e foram frequentemente citados nas entrevistas. A conquista de apoio para aprovação dos projetos é uma necessidade inerente ao jogo político, às vezes tratado como corporativismo ou camaradagem entre os colegas de parlamento (Canfield-Davis & Jain, 2010). A relevância do ator é um resultado esperado em função da natureza da atividade que pressupõe a ação coletiva, conforme observado pelo Parlamentar #14:

Isso é até necessário porque ninguém aprova um projeto sozinho no parlamento. No mínimo, hoje é 13 deputados que precisam votar para aprovar um projeto. Então não vou dizer nem que um corporativismo. Vamos dizer estarem juntos para que um possa ajudar o outro nas suas demandas. Posso ser contra um projeto, achar que ele é ruim, é claro que eu não vou voltar, mas se eu acho que ele traz um benefício para a população, a gente acaba votando.

O Parlamentar #9 seguiu a mesma linha:

Quando você quer vender algum produto, você tem que convencer o seu cliente. Na política não é diferente. Não é produto, mas mostrar os prós e os contras e o que é melhor naquele momento. Qual o objetivo que estão se agrupando, o que está buscando com aquele grupo.

A diversidade ideológica é uma questão que restringe a agregação de apoio. O Parlamentar #13 declarou que “Corporativismo existe. Se o projeto é bom, aqui não se olha a cor dos dentes. Só quando pega alguma questão ideológica mesmo, fere uma questão ideológica, mas quando o projeto é bom, é para a sociedade no geral ...”. O Parlamentar #2 lembrou uma situação em que houve convergência de propostas o que permitiu a fusão de vários projetos: “Em relação ao Direito da Educação, éramos cinco deputados, de cinco partidos diferentes. ... Os cinco projetos foram unificados.”. Já o Parlamentar #7, apesar de observar o lado positivo do corporativismo dos legisladores, ressalta que este comportamento pode comprometer a transparência do parlamento:

Na prática, é um relacionamento muito saudável e excelente. Eu quase diria a você que com o tempo se forma como uma corporação dentro do parlamento, onde todos os 50 fazem. Pessoalmente, acho que isso não é bom, que existe um tipo de legítima defesa da corporação legislativa. E onde acordos são feitos fora da sociedade no sentido, bem, vamos discutir isso, vamos esperar até a outra coisa, vamos dar esse tempo. Eu gostaria de uma legislatura muito mais controlada pela sociedade, que a sociedade tivesse acesso a tudo o que acontece aqui e que era muito mais aberta.

A interação dos parlamentares ocorre normalmente no plenário, nas comissões e nos gabinetes, no espaço tridimensional dos atores humanos. Mesmo a utilização dos canais digitais não altera os relacionamentos ou a forma dos atores. Mas há também um espaço político com outros relacionamentos, onde os atores recebem papéis como “correligionários” e “adversários” (Law, 2002).

São diversos os mecanismos de influência empregados. Por meio das normas sociais são definidas as regras de conduta do legislador, como na construção dos acordos políticos, definindo também quais comportamentos são aceitos. Há conformidade informacional quando se busca conhecimento de um parlamentar mais experiente no assunto. A conformidade normativa rege a busca pela aprovação social dentro do grupo. A conquista do apoio resulta da construção de relacionamentos apoiados nas *compliances* reciprocidade, consistência e afinidade. A aprovação dos comportamentos também implica na validação social (Cialdini & Griskevicius, 2010; Cialdini & Trost, 1998; Law, 2002).

4.1.3.7 Lideranças

Há divergências no poder de influência das lideranças. Alguns deputados entendem que o cargo em si não agrega mais poder, tudo depende da capacidade de articulação do político. Esse entendimento foi expresso pelo Parlamentar #6 ("No nosso caso, não tem mais força. Discute-se o que acontece se você tiver um conhecimento e, às vezes, ele tiver uma experiência, uma especialização, dizer diferentemente para o projeto."), Parlamentar #9 ("Essa questão de liderança e principalmente líder de partido, líder de qualquer segmento vai depender muito do líder, vai depender muito da dinâmica que esse grupo segue."), Parlamentar #10 ("O cargo permite, possibilita, o exercício de mais poder, mas vai depender da capacidade laborativa e criativa do deputado. O cargo em si não garante nada. Os cargos de comissão são altamente importantes se o parlamentar souber usar."), e pelo Parlamentar #8:

Depende de quem tem maioria. ... Por mais que seja um grande orador, ou muito lúcido, ele é minoria e a maioria foi para a oposição. E vale o voto da maioria. A maioria não dará à minoria a presença em uma questão importante.

Outros políticos entendem que as atribuições dos cargos dão aos seus ocupantes maiores poderes, maiores visibilidades, conforme declarações do Parlamentar #4 ("O presidente da legislatura sim, porque ele define o padrão e a periodicidade das reuniões, e toma decisões operacionais. Obviamente, o presidente da câmara faz. Tem mais orçamento, em tudo. Nas comissões não tanto."), do Parlamentar #5 ("Tem mais força a partir do momento em que poderia ter mais repercussão pública quando se transmite a posição de presidente do partido do que apenas como legislador."), do Parlamentar #7 ("Na prática concreta, sim, porque é quem coordena a tarefa legislativa dessa comissão. Portanto, isso pode promover a discussão de certas iniciativas que estão nessa comissão ou não convocar certas audiências para aqueles que precisam se reunir com a comissão."), e do Parlamentar #11:

Tem, claro, obviamente. Tem por questão de acesso, diálogo, discussão, debate. Você está no centro do poder. Em tese. Você tá no centro de discussão. A articulação que você faz enquanto líder de governo ou de partido, isso repercute para dentro da instituição que você tá liderando. ... É diferente do deputado que tá aqui isolado, só na atividade.

Com um entendimento diferente, o Parlamentar #12 defende que o poder dos líderes é menor em parlamentos pequenos como a CLDF, que tem 24 parlamentares:

Como nós temos 10 comissões temáticas, então a maioria dos parlamentares tem uma participação. Aí tem mais os cargos da Mesa, Procuradoria, Ouvidoria. Então, quase a totalidade dos parlamentares tem uma função específica. Quem quer trabalhar, não deixa de trabalhar porque não tem uma função.

Os líderes não são necessariamente parlamentares, mas têm similaridades com os legisladores quanto ao exercício da influência. Utilizam os mesmos espaços e empregam basicamente os mesmos mecanismos. A diferença está na autoridade agregada em função do cargo (Cialdini & Goldstein, 2004; Cialdini & Griskevicius, 2010).

4.1.3.8 Governador

Considerando os períodos estudados, por "governador" entende-se ou Rodrigo Rollemberg, governador do Distrito Federal, ou Miguel Lifschitz, governador

da Província de Santa Fé. As entrevistas evidenciaram diferenças na interação conforme o alinhamento dos parlamentares com os governadores. Os legisladores que compõem a base de sustentação ressaltaram a importância do papel do governador, reforçando a independência dos parlamentares. Neste grupo entram o Parlamentar #4 (“E até o governador da província está envolvido publicamente no dia da mulher em 8 de março do ano passado, mas também não se concretizou.”), o Parlamentar #13 (“O que o governo Rodrigo Rollemberg fez, na minha visão, uma ação inteligente.”) e o Parlamentar #15:

Escuto deputado, principalmente de oposição, falando que o governador pensa que aqui é a extensão da casa dele. Somos três poderes diferentes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, então acho que cada um respeita o outro. Então não tem assim de falar que o governador mandou um projeto para cá que tem que votar. Há tudo um consenso, uma conversa, um alinhamento para se chegar nisso aí.

Já os parlamentares que não fazem parte da base de apoio ao governador, se identificando como independente ou de oposição, consideram a influência como forma de controlar parte do parlamento. O Parlamentar #8 afirmou claramente isso (“Olho por olho, oficialmente, os 28 deputados [da base de apoio] são liderados pelo atual governador Lifschitz!”). Já o Parlamentar #2 se queixou que a pauta do parlamento em determinados períodos é estabelecida pelo governador (“Temos um período extraordinário. Um período comum de sessões e um extraordinário que sempre foi aberto. Aí se trata apenas o que o governador diz.”). O Parlamentar #10 experimentou maior liberdade ao deixar de apoiar o governo (“Quando me tornei puramente independente, ele não quis a minha ajuda, continuei só independente e aí votava absolutamente de acordo com a minha convicção. De acordo com a minha coerência.”).

Um efeito contrário da influência do governador, e exemplo do jogo político, pode ser evidenciado com uma declaração do Parlamentar #14 sobre a votação do projeto que permitiria a reeleição dos membros da Mesa Diretora. O deputado afirmou que é, e sempre foi, contra a reeleição, mas votou favorável apenas porque não era a votação final e tinha o objetivo de marcar posição junto ao governador:

Não teve influência externa. Foi mesmo tentar politicamente já que o governo Rollemberg foi muito difícil no diálogo com a Câmara e nós da Mesa Diretora praticamente éramos todos da oposição ao governo Rollemberg. E a gente tentou fazer uma jogada política para tentar abrir o diálogo com o governo Rollemberg. ‘Olha, ou dialoga conosco ou então vamos continuar na Mesa Diretora’. Foi mais ou menos nesse sentido. Apenas um embate político.

A influência do governador é clara, inclusive para os parlamentares que não fazem parte de sua base de sustentação. Nestes casos há influência em sentido negativo. O principal espaço utilizado é o político e os principais mecanismos são as *compliances* reciprocidade e consistência, inerentes ao jogo político. No caso dos parlamentares que compõem a base de sustentação ainda há a conformidade normativa e a *compliance* validação social e autoridade (Cialdini & Griskevicius, 2010; Law, 2002).

4.1.4 Stakeholders organizacionais

Esta seção discutirá o poder de influência das partes interessadas que não atuam no nível individual. Alguns destes atores são agrupamentos de atores tratados na seção anterior como os cidadãos e os grupos de interesse, os parlamentares e os partidos e o governador e o Poder Executivo. Há também os canais de comunicação, tradicionais e virtuais, e um subproduto: as fake news. Também foi incluído um fator de influência identificado na análise das entrevistas, mas que não foi mencionado na literatura: o ordenamento jurídico.

4.1.4.1 Grupos de interesse

Mesmo com a facilidade de acesso direto oferecido pelas novas mídias, as organizações que agrupam pessoas com interesses em comum e que intermediam a interação com os agentes políticos continuam presentes na atividade parlamentar. A defesa das causas feministas é um assunto que está na pauta nos últimos anos na Argentina (Lima-Lopes & Gabardo, 2019), e esta ação já se fez sentir no parlamento através das declarações de 2 entrevistados. O Parlamentar #2 disse que "O coletivo de todas as mulheres. Sim. Todos os grupos de mulheres de diferentes áreas. Jornalistas. Grêmios. Associações de mulheres. União de dona de casa. Conselheiros."), enquanto o Parlamentar #4 afirmou que:

Bem, o dia em que vimos o primeiro tratamento na Câmara dos Deputados foi no dia seguinte à realização de massivas mobilizações do “Nem uma a menos”. Então pedi a tabela que é um mecanismo que devemos seguir para as comissões e ser tratada com urgência e depois combiná-las para votar em você e ..., bem! Muitos vão votar porque não querem se expor depois de “Nem um a menos” e o impacto que teve que votar contra.

Por sua vez, os sindicatos foram explicitamente citados por três deputados, o Parlamentar #12 ("Acompanha, mesmo porque o sindicato dos funcionários da saúde é muito forte. Então panfletaram, botaram outdoor no balão do aeroporto tentando pressionar os parlamentares, que acha que a criação do instituto enfraqueceria a categoria."), o Parlamentar #14 ("E no meu segundo mandato aí sim eu passei a participar ativamente da vida na questão da saúde, especialmente do Sindicato dos Enfermeiros e dos Técnicos de Enfermagem. Nós fomos fazendo e os sindicatos foram se aproximando."), e o Parlamentar #15 ("Eles vêm até a gente. Vêm no gabinete. Tem nem como não vir. Vem sindicato. Cada um tem sua opinião.").

O Parlamentar #5 citou as associações profissionais quando disse:

Por setor, haverá aqueles que têm mais influência em uma questão e não em outras. Mas, obviamente, eles têm a capacidade de fazer lobby indireto pela mídia, das reuniões solicitadas para cada tópico, as associações profissionais em algumas áreas, as associações profissionais como médicos, contadores, advogados, mais reconhecido.

Outros três parlamentares fizeram referências a grupos de interesse variados. Neste grupo está o Parlamentar #6 ("Porém, não é comum a população participar da apresentação de um projeto ou expressar isso, digamos, de maneira mais direta. Ele sempre faz isso através de alguma associação."), o Parlamentar #7 ("Se existe uma organização da sociedade civil que trabalha sobre o assunto a consultamos permanentemente. Se afeta um espaço, um bairro, um setor, uma cidade, consultamos os cidadãos."), e o Parlamentar #9 ("Mas nós tínhamos três grupos muito claros e esses três grupos se acomodavam em grupos corporativistas, grupos políticos partidários, grupos políticos sociais, e então nós tínhamos isso dentro da questão política e foi difícil.").

O grupo de interesse é um ator não humano que utiliza os mesmos mecanismos de influência do indivíduo: conformidade informacional e normativa e as *compliances* autoridade, validação social e consistência. Ele também atua no espaço político, mas os excetos evidenciaram que, mesmo sendo não humano, as

principais evidências de suas ações ocorrem no espaço físico (Cialdini & Griskevicius, 2010; Law, 2002).

4.1.4.2 Partidos

Este influenciador evidenciou uma grande diferença entre os países estudados. Dentre os argentinos, apenas dois parlamentares declararam seguir as orientações do partido. O Parlamentar #7 (“Sempre juntos. Tudo em coletivo. Entendemos as bancadas como a representação de um espaço coletivo”) e o Parlamentar #2 (“O que me interessa é que sou um representante do Partido Justicialista. Estou interessado em dizer que a aparência do meu partido em certos tópicos é conhecida, que é refletida.”). Os demais entrevistados daquele país chamaram a atenção ou para a crise que os partidos estão passando ou para a dificuldade de se conseguir um posicionamento único. Como exemplos dessas preocupações podem ser citados o Parlamentar #1 (“Hoje não há partidos políticos fortes na Argentina. O partido não representa um conjunto de ideias.”) e o Parlamentar #8 (“Porque nós tivemos nesse sentido muita fragmentação interna. Também nas questões estratégicas e centrais, conseguimos chegar a um acordo com muito esforço, chegamos a um acordo, em questões estratégicas.”).

Os deputados brasileiros entrevistados declararam uma forte influência dos respectivos partidos, mesmo com a pulverização partidária na CLDF. Na legislatura 2015-2018 haviam 12 partidos representados e as maiores bancadas contavam com três parlamentares (CLDF, 2015). Tal característica se acentuou na presente legislatura quando há deputados de 18 partidos diferentes (CLDF, 2019). Os entrevistados apresentaram os partidos como arenas democráticas de debate para definição dos posicionamentos. Porém, quando a decisão é tomada, ela deve ser seguida independentemente da opinião do político, como afirmou o Parlamentar #13:

A gente tem que ser coerente. Por exemplo, o meu partido tem uma definição, posso ser contra, eu particularmente sou contra algumas situações, mas tem que seguir. ... Eu sou um dos autores do projeto da reeleição. Votei em primeiro turno favorável, mas o meu partido é contra a reeleição no legislativo. Então, se o meu partido mudar de opinião ... Mas hoje oficialmente é contra a reeleição.

O Parlamentar #11 ainda ressaltou o risco de perda do cargo que os políticos assumem quando desrespeitam decisões partidárias:

Então, o partido na época, a executiva, se reuniu e fez uma discussão que realmente gerou uma polêmica muito grande e o partido entendeu que aquele Instituto, mesmo com a minha argumentação, aquela situação não era favorável, não era o que o partido entendia como uma questão democrática. E aí fechou a questão. Ele tira uma diretriz partidária e a quebra dessa diretriz pode, aí caso a caso, pode gerar a infidelidade partidária e o partido pode pedir o mandato.

No âmbito do partido, o mecanismo mais visível é a *compliance* autoridade que se soma aos instrumentos utilizados pelos parlamentares: normas, conformidade, reciprocidade, afinidade, consistência e validação social (Cialdini & Goldstein, 2004; Cialdini & Griskevicius, 2010). As declarações evidenciaram que o espaço utilizado pelos partidos é exclusivamente o político, o espaço físico, ainda que necessário para a realização das reuniões, não é relevante para a influência (Law, 2002). Há ainda um estreito relacionamento com as normas legais (seção 4.1.4.7).

4.1.4.3 Poder Executivo

Quando tratando do Poder Executivo com um todo, no nível organizacional e não apenas de seu líder (vide 4.1.3.3), o foco da discussão muda de nível. Sai o jogo político-partidário e entra a democracia. Parte dos entrevistados discutiu a relação entre os poderes, enquanto outro grupo tratou o Poder Executivo como fonte de informações para os projetos que lhes são de interesse. O Parlamentar #15 observou os benefícios para a sociedade quando os poderes se relacionam bem:

Então eu acho que a gente tem um bom relacionamento com o Executivo. E isso é bom para a população porque quem vai ser beneficiado com tudo isso é a comunidade. Porque se os poderes começarem a brigar entre si, não é bom para ninguém. Não é bom só para gente que é parlamentar, para ele que é governador, judiciário não. De uma forma mais geral, isso é ruim para todos.

O Parlamentar #1 inseriu o jogo político na discussão do Poder Executivo, defendendo que a base de sustentação e a oposição têm papéis claros e importantes na relação dos poderes durante o processo legislativo:

Existe uma relação formal com o parlamentar, mas há uma ação que tem a ver com fazer parte de um projeto político. Existem relações entre poderes que funcionam. E funcionam muito bem. Mas, na parte legislativa, eles são um espaço normativo de elaboração de leis e espaço político. Existem pessoas que são do partido no poder e há pessoas que são da oposição. As pessoas que são a oposição também fazem um exercício no parlamento em termos de solicitação de informações públicas, explicações. Está bem.

O Poder Executivo tem uma estrutura muito maior do que a do Legislativo. Existem unidades especializadas em cada área de atuação do governo, com amplo conhecimento técnico sobre o assunto. Ao mesmo tempo, muitos dispositivos precisam tramitar no processo legislativo para terem validade, condicionando-os à aprovação do parlamento, que pode realizar alterações. Neste sentido, o Poder Executivo assume dois papéis, o de especialista e o de parte interessada como explicado pelo Parlamentar #4: "Com relação ao Executivo quando se trata de assuntos relevantes, que são mensagens do Executivo ou projetos que modificam qualquer área que impactará qualquer Ministério, os ministros ou secretários de alguma área importante do assunto participam sim". Segundo o Parlamentar #8 o papel de especialista pode ser invocado pelo deputado quando este não se sente seguro quanto à matéria ("Somente quando são problemas mais pesados, que podem ter um relatório pior. Quando isso acontece e não temos informações, vamos para o que chamamos de período de interpelação. Fazemos em um nível funcional e tiramos a Câmara.").

Dentro desse contexto, o Poder Executivo é um ator não humano com atuação principal no campo político, fazendo uso da conformidade informacional atuando como especialista. Nas declarações sobre convivência harmoniosa dos três poderes também fica clara a conformidade normativa. (Cialdini & Goldstein, 2004; Cialdini & Griskevicius, 2010; Law, 2002).

4.1.4.4 *Mídias tradicionais*

Há parlamentares que reconhecem o poder de influência das mídias tradicionais como os jornais e as emissoras de rádio e televisão. O Parlamentar #6, por exemplo, entende que elas influenciam na formação da agenda ("às vezes a imprensa também faz com que alguns problemas sejam adiados ou tenham outro

foco, ou bem, não é o momento de trabalhar nessa questão”). Com o mesmo entendimento, o Parlamentar #5 entende que a imprensa tem influência ressaltando que os temas provinciais são que tem menor apelo junto à população:

O debate sobre as questões da província na cidade de Santa Fé tem menos relevância e as pessoas têm mais presentes os debates de questões nacionais ou locais. Os meios nas questões que são da província passam mais despercebidos. Enfim, aqui na cidade de Santa Fé e as questões de relevância, obviamente, que se elas têm tratamento jornalístico e que, obviamente, isso os coloca em um nível importante de influência do jornalista.

O Parlamentar #15 atestou de forma clara o poder de influência dessas mídias, em especial da televisão:

A mídia hoje ela demoniza a pessoa. Endeusa e demoniza se quiser. Se você quiser ficar conhecido, se a Globo, se a mídia qualquer, acha que você é uma pessoa maravilhosa você pode com questão de segundos. ... Mas se quiser te derrubar, é um estalar de dedo.

Porém, foram mais comuns declarações que chamam a atenção para comportamentos inadequados das organizações que atuam no setor, afetando uma questão básica que é a liberdade de expressão. Segundo o Parlamentar #7:

Não sei se influenciam. Os parlamentares estão preocupados com o que a mídia diz sim. E muitas vezes, eles tomam iniciativas daquilo que a mídia emerge, sim. O que acontece é que a mídia também é severamente cortada pela diretriz oficial. Não há muita liberdade de expressão porque os governos, nacionais, provinciais e locais, têm muito peso nas finanças da mídia.

O Parlamentar #14 tem a mesma opinião:

Jornais hoje de uma maneira geral não. Além do mais, hoje a TV aberta, jornais, só batem no Estado para receber a sua publicidade. Tá batendo no governo, seja municipal, estadual ou federal, é sinal de que não estão pagando para eles. Não estão soltando a verba. Então não existe jornal que é isento.

Visão compartilhada pelo Parlamentar #13:

Aquela visão romântica que a imprensa é isenta. Isenta nada. Você pega lá uma matéria. Se for negativa, é porque o dono do jornal quer alguma coisa com aquilo. Se ela for positiva, ou é porque tá ganhando alguma coisa ou porque ele precisa falar bem para não dizer que só fala mal. Então, me desculpa, não existe hoje imprensa independente, esquece. Vou ficar influenciado pela televisão? Cada canal ali tem seu interesse. Pela rádio, cada canal aí tem seu interesse. Pelos jornais, cada veículo tem seus interesses.

Os interesses empresariais podem interferir também de forma mais específica a relação com os legisladores, segundo o Parlamentar #4 (“Tenho uma posição bastante crítica em muitas questões que afetam os negócios e, portanto, não sou

bem-vindo na mídia convencional”). Tudo isso gera um descrédito que, combinado com o surgimento de novos canais de comunicação, leva a consequente perda de influência e a uma possível migração de canais, conforme reflexão do Parlamentar #11: “Tava até pensando isso daqui alguns anos para onde vai o jornal impresso. Vai acabar. A tendência é acabar, eu acho. Aí vai virar um portal”.

Independentemente da motivação real por trás do trabalho dos veículos da imprensa, a capacidade deles de construção ou de destruição das imagens dos agentes públicos junto à população é ainda reconhecida pelos políticos. Segundo os entrevistados, o poder das mídias tradicionais não decorre de sua capacidade de alterar o entendimento do legislador, como outros influenciadores, mas sim da capacidade de influenciar o cidadão. O mecanismo da influência, neste caso, é a conformidade normativa na busca de aprovação dos eleitores (Cialdini & Goldstein, 2004). As declarações indicam que o exercício da influência ocorre no nível institucional, no espaço político, com os interesses do veículo de comunicação em jogo e não do jornalista (Law, 2002).

4.1.4.5 Redes sociais virtuais

O peso dos meios virtuais de comunicação foi registrado em declarações de diversos entrevistados de forma categórica como “Muito. Face. Instagram. Twitter. WhatsApp” (Parlamentar #1), “Através da comunicação normal, das mídias de Internet, através das visitas.” (Parlamentar #9), “Muito. É uma das bases do mandato. É chamado de mandato popular digital. Aqui você recebe a comunicação direta. A comunicação mais rápida e mais franca que tem nas redes sociais.” (Parlamentar #10), “Sem dúvida. Hoje é inegável o poder das redes sociais, para o bem e para o mal. Eu acho que veio para ficar. Hoje já rivaliza com os meios de comunicação tradicionais como o jornal.” (Parlamentar #11) e “Hoje você pode falar com deputado, você pode para falar com senador, com quem você quiser pelas redes sociais dele. Se ele não quiser falar, problema é dele. Siga nas redes sociais. Instagram. Facebook. Twitter.” (Parlamentar #13). De todas as declarações, a que atribuiu o maior poder às redes sociais foi feita pelo Parlamentar #14 ao se referir à composição da nova legislatura: “17 novos deputados entraram na Casa. Foram

eleitos num momento específico que não vai se repetir mais. Desses 17 deputados, a maioria deles foi eleita pelas mídias sociais de uma maneira geral.”.

Também é recorrente a percepção do dinamismo das redes sociais virtuais, principalmente na comparação com as mídias convencionais. Segundo o Parlamentar #11 a ascensão e o declínio das redes são muito mais rápidos:

Agora, até a rede social tem um dinamismo muito grande de nascimento e de morte. Hoje você já percebe a queda do Facebook com o avanço do Instagram. Com certeza, na próxima eleição já vamos ter outras redes sociais. Aí vem os aplicativos de mensagens...

Os entrevistados afirmaram perceber diferenças entre as redes e ao longo do tempo em cada rede. Por isso, tratamentos distintos são dispensados em cada caso. O Parlamentar #3 disse que “Também temos um Instagram que usamos mais do que ou o Facebook”, assim como no comentário do Parlamentar #11: “Eu acho que eu consigo no Instagram chegar na pessoa. Se eu tenho uma crítica, ou se tenho uma sugestão, uma coisa eu acho que pelo Instagram eu consigo chegar realmente na pessoa. Aí eu tô olhando para pessoa.” O Parlamentar #15 observou esse dinamismo:

Antes era o Facebook, hoje é o Instagram. Hoje a visibilidade do Instagram está muito maior que do Facebook. ... O público do Instagram era mais diferenciado. Hoje em dia não. O usuário do Facebook migrou muito para dentro do Instagram. Hoje a rede social que tem mais diferenciação é o Twitter. O Twitter é composto mais por formadores de opinião. A informação no Twitter é, muitas vezes, mais qualificada.

Dois legisladores observaram que as redes sociais diminuíram a influência do poder econômico, indo ao encontro do comentário do Parlamentar #14 sobre a renovação do parlamento. O Parlamentar #10 disse que “Sem as redes sociais eu não teria sido eleito, ou teria muita dificuldade de ser eleito. Tenho plena consciência disso. Porque não tenho dinheiro para gastar em campanha, e se tivesse não gastaria”. De forma mais ampla, o Parlamentar #12 afirmou que:

Eu acho que é um instrumento que valoriza e equilibra muito a atuação parlamentar. Às vezes, quem tinha muito recurso, tinha forma de divulgar mais sua atividade do que quem tinha menos. E aí as redes sociais, dependendo da qualidade do que você produz, você tem as mesmas condições de qualquer um. Seja parlamentar mais estruturado financeiramente, seja menos estruturado.

As citações corroboraram tanto a importância das redes sociais virtuais na atividade legislativa, quanto à distinção de perfis de usuários das variadas redes (Heiss & Matthes, 2017; Kratzke, 2017). Elas reiteram o impacto das novas

tecnologias percebido há mais de 10 anos: o ambiente virtual mudou a maneira dos indivíduos interagirem, às vezes facilitando a comunicação, mas em outras vezes imdedindo (Konijn et al., 2008).

Há quem entenda que as previsões de que as redes virtuais seriam um divisor de água revertendo a tendência de alienação política e promovendo a reconexão do parlamento com os cidadãos, não se concretizaram. Esta análise ainda identifica um risco que a maior participação política pela Internet possa aumentar o fosso se as casas legislativas continuarem a utilizar inadequadamente as novas ferramentas (Giraldo-Luque & Villegas-Simón, 2017). Se as organizações não se aperceberam do desafio, e conseqüentemente, da oportunidade imposta, não se pode dizer o mesmo dos parlamentares. Há consciência que a tendência é aumentar a utilização de tais recursos, aumentando também o interesse dos usuários, gerando um “efeito dominó” (Komodromos, 2015).

As declarações evidenciaram a importância das redes sociais virtuais como meios de comunicação. Como canal de acesso ao cidadão. Mas não é um influenciador em si, não têm capacidade de agência junto ao legislador. Elas definem espaços de interação utilizados por diversos atores.

4.1.4.6 *Fake news*

Apesar de alguns parlamentares reconhecerem o efeito das *fake news* e até se sentirem vítimas delas, nenhum deles reconheceu ser influenciado por elas, reconhecendo, todavia, um cuidado com a verificação das informações. Como exemplos pode-se listar o Parlamentar #4 (“A proliferação dessas notícias é muito alta. Mas, não influencia a mim e aos outros. Não porque estamos vivendo muito avisados e alertas.”), o Parlamentar #9 (“[Uso de *fake news*] Que eu me lembre agora não!”) e o Parlamentar #12 (“Eu tenho muito cuidado com isso. Então, para eu repercutir alguma coisa, falar alguma coisa, eu tenho que tá muito seguro, ter confiança pela fonte.”).

Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que os alvos dos ataques das notícias falsas desferidos pelos parlamentares são os veículos de comunicação, e

não outros políticos (Farhall, Carson, Wright, Gibbons, & Lukamto, 2019). Os políticos estão melhor preparados para filtrar as notícias, conforme declaração acima, deixando o cidadão como consumidor das *fake news*. Parte do foco das pesquisas abordam a disseminação e o impacto das notícias na sociedade em geral (Shin, Jian, Driscoll, & Bar, 2018). Van Duyn e Collier (2019) observam que discussão sobre as *fake news* gera um clima de insegurança no cidadão que por ter poucos meios de verificação acaba desconfiando inclusive de notícias verdadeiras. Como cada problema cria uma oportunidade, há investimentos visando desenvolver validadores automáticos das notícias (Figueira & Oliveira, 2017). De qualquer forma, não foi evidenciado o uso das *fake news* para influenciar os parlamentares, portanto ela não será tratada como um ator.

4.1.4.7 Igreja

A religiosidade não se confirmou como fator importante dentre as características pessoais do agente político (seção 4.1.1.4), mas os entrevistados ressaltaram a influência da igreja como grupo de interesse. Um dos projetos que mais chamou a atenção na legislatura 2016-2019 da CDPSF foi o que propunha a Lei da Educação da província. Dentre os temas abordados, a Educação Sexual Integral mobilizou diversos atores sociais, tanto contrários à proposta quanto a favor. Neste contexto, o Parlamentar #2 afirmou que “Das objeções que as igrejas fizeram, na minha perspectiva elas não são objeções corretas”. O Parlamentar #6 foi mais preciso quanto aos interesses das igrejas no projeto:

Houve muitas pessoas de organizações civis e da igreja. Ali precisamente a discussão foi discutir por que a igreja entende que há uma imposição de uma ideia de gênero nessa lei. O que não é para nós. ... O que a igreja suscita, evangélicos e católicos? Que deveriam liberar escolas confessionais.

Outros entrevistados comentaram sobre o poder de influência da igreja de forma mais ampla. Assim o fizeram o Parlamentar #5 (“A igreja tem uma influência sobre questões de educação em geral, onde a igreja tem uma forte participação no sistema educacional, especialmente na educação privada.”), o Parlamentar #6 (“Alguns sempre atravessam situações eleitorais e não querem ficar mal com a sociedade ou com a igreja, que tem muito peso”) e o Parlamentar #7 (“E é por isso

que a igreja, a hierarquia da Igreja Católica sempre foi muito forte na província. E os sucessivos governos não se interessaram em lutar para disputar espaço com a hierarquia católica ...”).

A atuação da igreja não é como um grupo de interesse que consolida as opiniões dos representados. O poder dela decorre da capacidade de influência em seus fiéis, atuando em um nível institucional dentro do espaço político se valendo da conformidade e da validação social (Cialdini & Goldstein, 2004; Cialdini & Griskevicius, 2010; Cialdini & Trost, 1998).

4.1.4.8 Ordenamento jurídico

A vida em sociedade é condicionada não apenas pelas normas sociais, as normas legais formalmente construídas estão tão presentes que nem são percebidas normalmente. Os parlamentares como qualquer cidadão devem seguir todo um ordenamento jurídico (Bobbio, 1995). O que chamou a atenção no estudo das entrevistas é a recorrência em que dispositivos legais impactam no processo decisório, alteram a relação de poder, definem o ambiente.

O condicionamento inicia no acesso ao parlamento. Por exemplo, o Parlamentar #14 se queixou do sistema eleitoral que, ao adotar o sistema proporcional, possibilita que candidatos sejam eleitos recebendo individualmente menos votos que outros concorrentes preteridos na seleção. Segundo ele “Quem validou a entrada de um deputado que tem menos votos que eu foi o sistema eleitoral, e não o eleitor. O eleitor não me rejeitou, fui rejeitado pelo sistema eleitoral”.

A constituição da província de Santa Fé estabelece o sistema bicameral para seu parlamento (Santa Fé, 1962). Há opiniões divergentes sobre as vantagens e desvantagens desta característica. O Parlamentar #4 se queixa da morosidade do processo legislativo:

Pensamos que seria muito melhor ter uma única câmara com representação territorial na mesma câmara. Ou seja, deputados e deputados territoriais em uma única câmara. Essa é a minha ideia que é muito viável. Um sistema misto, mas uma única câmara, que permite, assim, tomar decisões com um pouco mais de velocidade, porque isso nunca acaba.

Enquanto isso, o Parlamentar #5 entende que as duas câmaras dão mais qualidade:

Bicameralidade tem suas vantagens e desvantagens. Uma das vantagens é que existem questões conjunturais que sofrem muita pressão setorial e atingem meia sanção. Mas, posteriormente, o tempo e a modificação de alguma circunstância faz com que haja maior capacidade de análise na outra câmara, sem tanta pressão. Leis que poderiam facilmente ser classificadas como inconstitucionais ou muito voluntaristas em seus objetivos, podem acabar não sendo sancionadas.

O regimento interno também afeta o poder de influência dos atores. Segundo o Parlamentar #2, o regimento da CDPSF dá ao governador o poder de definir a pauta (Câmara de Deputados, 1963): “Temos um período extraordinário. Um período comum dá sessões e um extraordinário que sempre foi aberto. Aí se trata apenas o que o governador diz.”. O regimento interno da CLDF (CLDF, 2005) define vários cargos para serem distribuídos entre seus 24 parlamentares (Brasil, 1988), condição observada pelo Parlamentar #12:

Como nós temos 10 comissões temáticas, então a maioria dos parlamentares tem uma participação. Aí tem mais os cargos da Mesa, Procuradoria, Ouvidoria. Então, quase a totalidade dos parlamentares tem uma função específica. Quem quer trabalhar, não deixa de trabalhar porque não tem uma função.

As leis e regulamentos têm capacidade de agência, eles são atores (Latour, 1996) que interagem com os demais atores no espaço normativo, condicionando-os (Law, 2002). O principal mecanismo em ação é a *compliance* autoridade (Cialdini & Griskevicius, 2010).

4.1.5 Síntese dos influenciadores

A Figura 5 resume as informações dos influenciadores conforme evidências extraídas das entrevistas e suscita algumas discussões. Foram identificados dois influenciadores que não estavam presentes na revisão de literatura: a igreja e o ordenamento jurídico. No primeiro caso é possível que papel como influenciador e sua capacidade de agência tenha sido mascarado ao ser entendido como uma característica do sistema de crenças e valores do decisor (Canfield-Davis et al., 2010). Diferentes disso, os entrevistados se referiram à igreja como um ator defendendo as questões que lhe são sensíveis. Neste ponto há convergência entre a pesquisa e

a literatura porque a igreja só estava presente na discussão de temas que envolviam a moral privada como a educação sexual nas escolas (Prandi & Santos, 2017).

Figura 5. Influenciadores e suas características

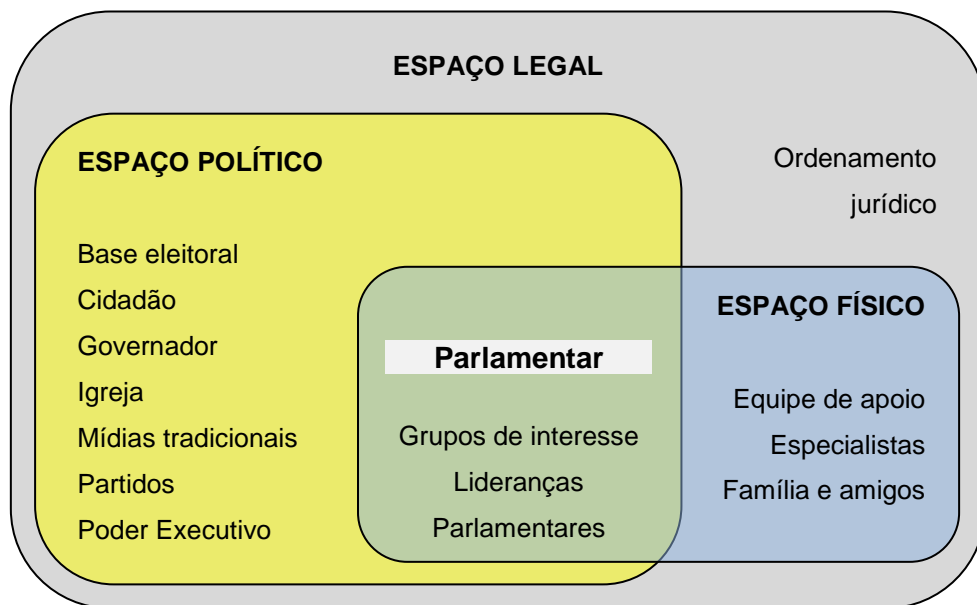
Influenciador	Tipo		Espaço			Normas		Conform.		Compliance					
	Humano	Não humano	Físico	Político	Legal	Descritivas	Injuntivas	Informacional	Normativa	Reciprocidade	Validação social	Consistência	Afinidade	Escassez	Autoridade
Família e amigos	X		X			X	X	X	X		X		X		
Cidadão		X		X				X	X		X	X			X
Base eleitoral		X		X				X	X		X	X			X
Especialistas	X		X					X							
Equipe de apoio	X		X					X							
Parlamentares	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X			
Lideranças	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X			X
Governador	X			X					X	X	X	X			X
Grupos de interesse		X	X	X				X	X		X	X			X
Partidos		X		X		X	X	X	X	X	X	X			X
Poder Executivo		X		X				X	X						
Mídias tradicionais		X		X					X						
Igreja		X		X				X	X		X				
Ordenamento jurídico		X			X										X

Por sua vez, o reconhecimento do ordenamento jurídico como ator é uma consequência do suporte da ATN. O entendimento mais amplo do conceito de ator e possibilidade de identificação de variados espaços de relacionamento (Latour, 1996; Law, 2002) trouxe luz ao papel das normas legais, como as constituições e os regimentos internos, evidenciando como elas restringem ou direcionam as ações de outros atores. Esse suporte teórico amplia ainda o entendimento do que é o parlamento ao promover os objetos das políticas em atores e tornando toda a sociedade em uma arena de deliberação, muito além da estrutura física dos gabinetes e plenários, reconhecendo a política em todo lugar chegando até o Parlamento das Coisas (Asdal & Hobæk, 2016; Cardwell & Waterton, 2019; Dányi, 2019; Latour, 2004).

Quanto aos espaços utilizados pelos atores pode-se identificar um padrão: atores humanos utilizam o espaço físico enquanto os não humanos estão no espaço

político (Figura 6). Há duas exceções a essa regra. Uma delas é o governador utilizar exclusivamente o espaço político para exercer a influência junto aos parlamentares, apesar de ser um ator humano. Uma possível explicação é a delegação da interação corpo-a-corpo para a base de sustentação no parlamento, principalmente para o líder do governo, permitindo que o governador se concentre no espaço político. A outra exceção foram os grupos de interesses, atores não humanos, utilizarem o espaço físico. Esta evidência corrobora a literatura que indica a população como sendo o alvo das ações dos grupos de interesse (Dür, 2019). Este comportamento pode ser reforçado porque os parlamentos regionais e locais tendem a ser menos partidários e ideológicos (Anzia, 2019) aumentando a força da pressão que vem das ruas.

Figura 6. Influenciadores por espaço



Mais uma observação extraída da tabela é a de que todos os atores que evidenciaram o uso das normas sociais empregam os dois tipos: descritivas e injuntivas. Dessa forma, eles buscam influenciar tanto através das referências de comportamento, de exemplos, como as regras punição (Cialdini et al., 2006). A literatura já evidenciou que os diferentes tipos de normas têm efeitos também distintos e que a combinação delas é eficaz (Vinnell, Milfont, & McClure, 2019).

Também desperta a curiosidade do fato que a equipe de apoio, os especialistas, o Poder Executivo e as mídias tradicionais, não utilizarem nenhum

princípio da *compliance* como instrumento de influência. Segundo a literatura, a *compliance* é mais efetiva quando o alvo, o legislador no caso, utiliza processos internos e não interpessoais (Guadagno, 2016). Como visto anteriormente, a equipe de apoio e os especialistas são atores humanos, mas o principal aspecto da interação deles com os parlamentares não é uma relação pessoal e sim profissional de subordinado/chefe ou de fornecedor/cliente. Da mesma forma, não foram evidenciados relacionamentos interpessoais com os agentes da mídia e do Poder Executivo, com exceção de seu chefe.

Uma última constatação ao observar os princípios da *compliance* evidenciados: nenhum ator utiliza a escassez. Este instrumento é utilizado como estratégia de marketing porque produtos escassos tendem a ser valorizados pelos consumidores. A escassez pode ser em função da quantidade como do tempo disponível para aquisição (Guadagno, 2016; Lee, Oh, & Jung, 2018). De forma pragmática o “produto” que os políticos almejam e que se poderia aplicar a escassez, é o apoio do cidadão, ou mais simples, seu voto (Downs, 1957). Mas a disponibilidade desse produto é conhecida por todos e independe da intervenção de qualquer influenciador.

Segundo o Parlamentar #12:

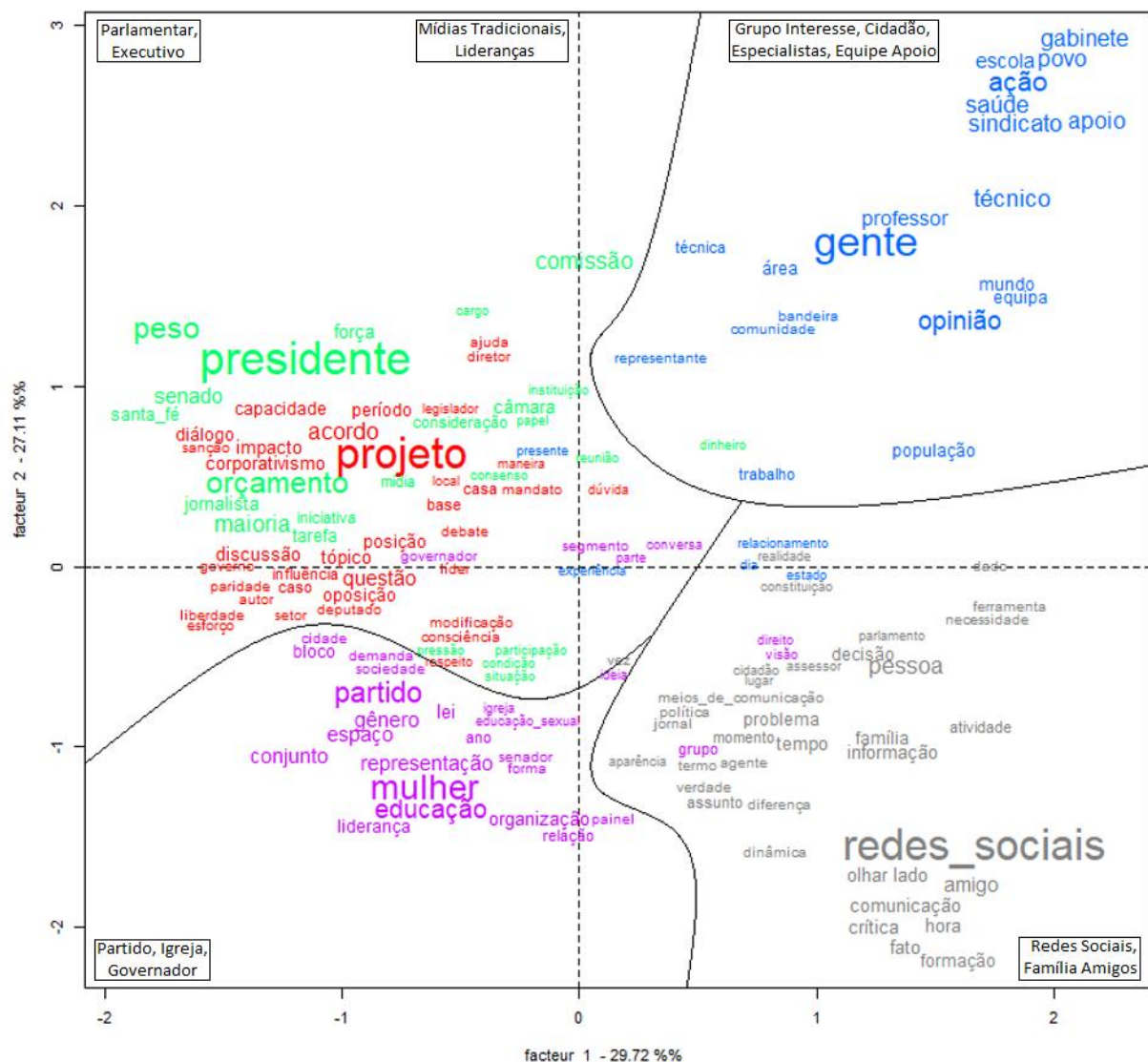
Então você tem que ter para fazer uma boa atuação parlamentar, você tem que ter informação, muita informação, a respeito das políticas públicas e tem que ter informação de qualidade, muitas e boas. E ao mesmo tempo tem que saber se comunicar, desde a comunicação interna com os próprios parlamentares, como a comunicação com a população.

Então, os insumos necessários para se alcançar o produto desejado, o voto, são informação e comunicação e a disponibilidade deles pode ser utilizada como instrumento de influência. O viés dos veículos de comunicação tradicionais identificado na literatura (Spyridou, 2015) e reforçado pelas entrevistas, e o papel cada vez mais importante das redes sociais virtuais, democratizaram a comunicação com a população. Portanto, a comunicação não pode ser tratada como um recurso escasso. Dentre as fontes de informação apenas a equipe de apoio e os especialistas que estão sujeitos a disponibilidade, ainda assim não foi identificada qualquer referência a esse mecanismo de influência. Se as entrevistas tivessem sido aplicadas no início do mandato, quanto as equipes dos gabinetes são definidas, talvez a percepção fosse diferente.

4.1.6 Relacionamento entre os Influenciadores

Para aprimorar as percepções obtidas da análise de conteúdo aplicou-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ao *corpus* formado com os trechos extraídos de todas as entrevistas. Conforme apresentado na Figura 7, foram identificadas cinco classes com a classificação de 228 dos 292 segmentos (78%). As classes foram organizadas em dois *subcorpora*.

Figura 7. Classes de palavras



O primeiro *subcorpus* foi chamado de “Stakeholders Físicos”, reúne duas classes totalizando 42,5% das palavras e estão posicionadas no lado direito do diagrama. A primeira classe contém os influenciadores em nível pessoal, família e amigos, e as redes sociais que, como visto anteriormente, é um canal de

comunicação e não um ator. Na segunda classe estão os atores que oferecem o suporte técnico, a equipe de apoio e os especialistas, e a sociedade, o cidadão e os grupos de interesse. Possivelmente a base eleitoral também esteja incluída nesta última classe, mas é difícil distingui-la pelas palavras isoladas por que ela é um subconjunto do cidadão e se caracteriza pelos mesmos critérios dos grupos de interesse. Os influenciadores desse *subcorpus*, em sua maioria, utilizam o espaço físico para interagir com os parlamentares. A única exceção é o cidadão cuja principal forma de contato é pelas redes sociais.

O segundo *subcorpus* foi chamado de “*Stakeholders* Políticos” porque todos os atores que ele agrupa atuam no espaço político. Ele contém três classes, correspondendo aos restantes 57,5% das palavras classificadas e que intercalam atores humanos e não humanos. A primeira classe contempla o partido, a igreja e o governador. Na segunda estão o parlamentar e o Poder Executivo. Na última classe destacam-se as mídias tradicionais e as lideranças.

Todos os atores têm uma característica em comum: empregam a conformidade normativa como instrumento de influência. Este mecanismo ocorre quando o alvo da influência adota uma posição contrária como forma de obter aprovação ou harmonia social (Cialdini & Goldstein, 2004), comportamento esperado para os atores no jogo político. Há estudo em que a conformidade normativa é considerada uma exclusividade da interação entre humanos (Mahmoodi, Nili, Mehring, & Bahrami, 2019). O presente trabalho, apoiado na ATN, diverge desse entendimento ao identificar efeitos normativos provenientes da igreja e do Poder Executivo, por exemplo (Latour, 1996).

A falta de termos associados às redes sociais nesse segundo *subcorpus* indica que o espaço político interage com o espaço tridimensional principalmente a partir do contato físico dos atores. As mídias poderiam ser um canal de comunicação importante, mas com a sociedade e não com os agentes políticos. Além disso, na opinião dos entrevistados tais veículos de comunicação têm interesses próprios, aparecendo no processo exclusivamente como um ator.

Além da base eleitoral, outro influenciador não foi associado a qualquer classe: o ordenamento jurídico. Na verdade, as evidências deste ator ficaram diluídas em várias classes, principalmente nas classes do *subcorpus* “*Stakeholders*

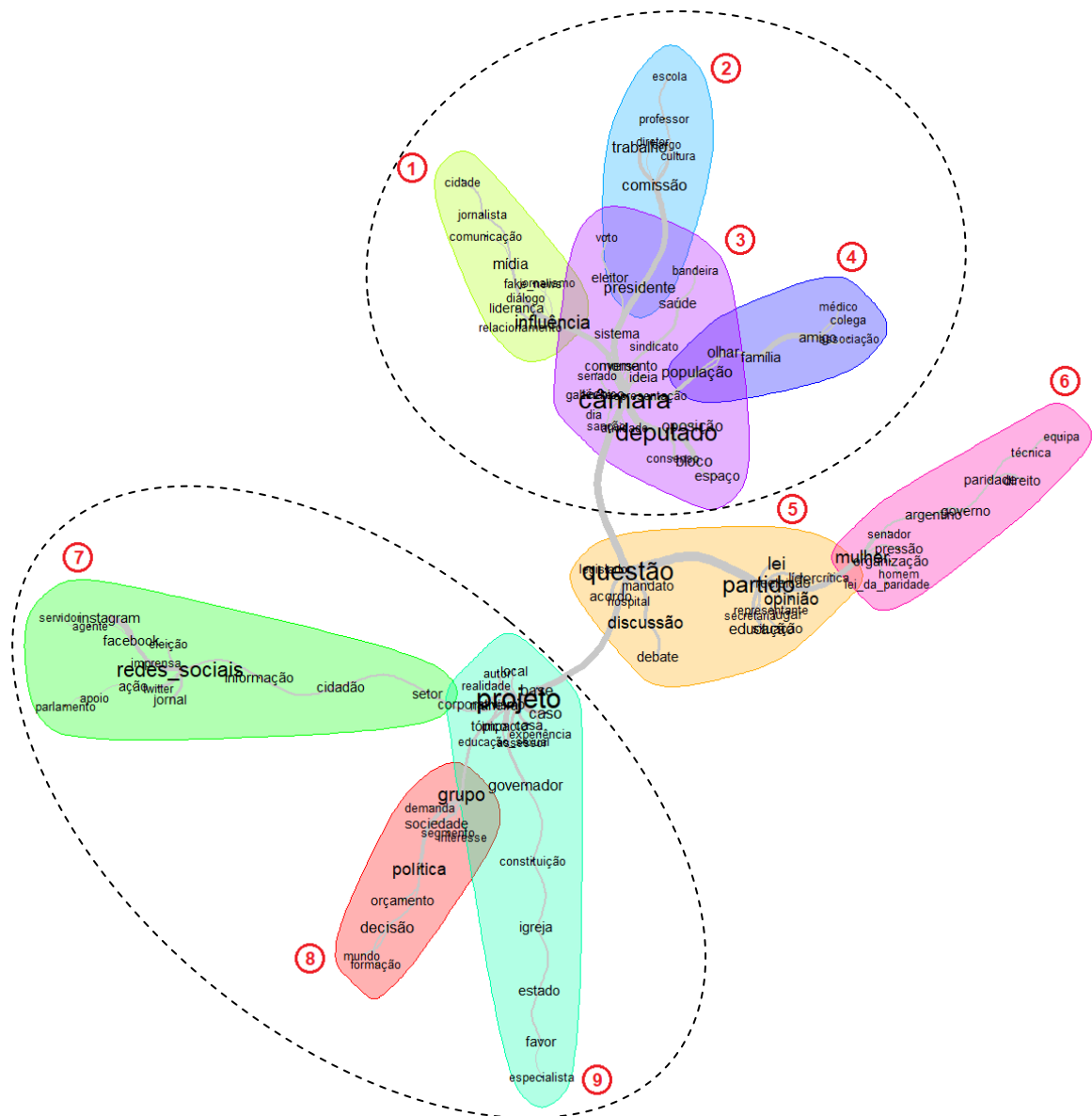
Políticos”, evidenciando um natural vínculo entre a atuação política e as normas legais definidas principalmente nas constituições e nos regimentos.

A classe com os parlamentares e o Poder Executivo está tão associada à classe de mídias tradicionais e lideranças que não é possível separá-las visualmente. Este embaralhamento reflete a interdependência das atividades. O volume de comunicação tanto online quanto presencial é crescente no ambiente político e o espaço social está em constante mudança (Ercan, Hendriks, & Dryzek, 2019; Tretyakova, Salimov, Sidorova, Ivanishcheva, & Pankratova, 2019). Há uma disputa de poder na relação político/mídia, em um jogo de soma zero, com o lado mais forte se alternando ao longo do tempo (Voltmer & Sorensen, 2019). O poder é influenciado pelo nível de concorrência que cada lado enfrenta. Quando há grande competição entre os veículos de comunicação, eles se tornam mais dependentes dos políticos. De forma similar, a competição política aumenta a dependência da mídia (Baugut, Fawzi, & Reinemann, 2017). As redes sociais virtuais afetam esse equilíbrio. Apesar de não ter sido evidenciada nas entrevistas, as mídias tradicionais interagem com os novos meios de comunicação em padrões complexos e heterogêneos, resultando em um sistema híbrido (Chadwick, 2017).

Outra forma de analisar a estruturação do *corpus* é com a aplicação da Análise de Similitude, técnica baseada na coocorrência das palavras. Foram identificados nove agrupamentos de palavras, chamados de halos, conforme apresentado na Figura 8. A evidência mais relevante obtida da análise é que os influenciadores utilizam mecanismos diferentes.

No centro está a operacionalização do processo legislativo com a deliberação das matérias (halo 5). O partido tem posição de destaque no acesso ao suporte técnico mesmo para a equipe de apoio do parlamentar (halo 6). O processo legislativo conecta o projeto à estrutura do parlamento. O projeto é resultado da interação de diversos atores: cidadão (halo 7), grupo de interesse (halo 8) e governador, Poder Executivo, ordenamento jurídico e igreja (halo 9). Associados diretamente ao parlamento e aos deputados (halo 3) encontra-se a família e os amigos (halo 4), mídia tradicional (halo 1), lideranças (halos 1 e 3) e especialistas (halos 2 e 4). Novamente não foi possível identificar a base eleitoral.

Figura 8. Conexão das palavras nas entrevistas



Apesar dos grupos de interesse aparecerem explicitamente no halo 8 exercendo a influência no nível do projeto, há também registros deles interagindo no nível do parlamento. O halo 4 contém a palavra “associação” enquanto “sindicato” está no halo 3. Essas evidências sinalizam que, possivelmente, os grupos de interesse estão se ajustando em função da concorrência de agentes que não utilizam as formas tradicionais de representação (Parvin, 2018). Neste caso, eles precisarão ser segmentados por um ou mais critérios visando melhor caracterizá-los. A literatura identifica mudanças na forma de constituição e de operação e no poder de influência em função do grupo representado (Hernández-Aguado & Chilet-Rosell, 2018; Lesschaeve, 2017), da forma de participação (Linssen, Scheepers,

Grotenhuis, & Schmeets, 2018), ou mesmo a natureza da política e o contexto institucional (Varone, Gava, Jourdain, Eichenberger, & Mach, 2018).

4.2 Comparação por Nacionalidade

Esta seção visa comparar os parlamentares brasileiros e argentinos quanto à interação com seus influenciadores. Como primeira abordagem comparou-se as palavras mais frequentes em cada *corpus* com o auxílio da nuvem de palavras (Figura 9). Desconsiderando os termos comuns aos dois *corpora* pode-se constatar que entre os brasileiros tem força o debate das ideias e a utilização das redes sociais virtuais, evidenciado com os termos "discussão", "grupo", "Instagram", "opinião", "opinião" e "redes sociais". Os argentinos deram importância ao funcionamento do parlamento e ao jogo político: "acordo", "comissão", "educação", "igreja", "lei", "organização", "posição" e "presidente".

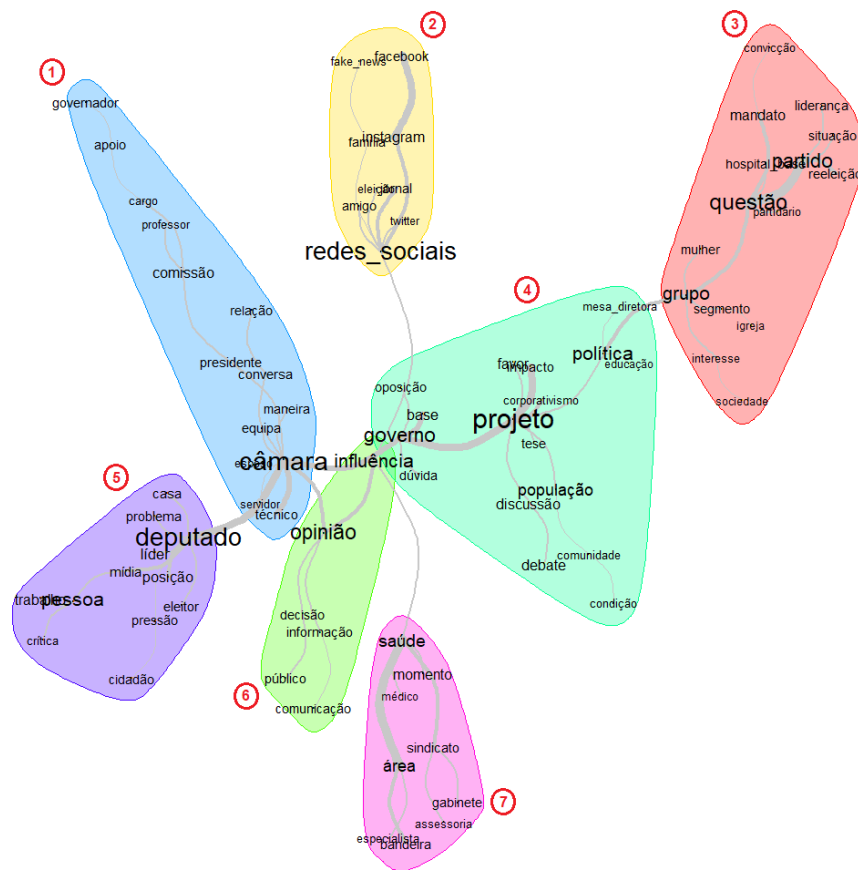
Figura 9. Nuvens de palavras por nacionalidade



A Análise de Similitude foi empregada para aprofundar a comparação. A Figura 10 apresenta o resultado da aplicação da técnica com o *corpus* formado apenas com as entrevistas dos brasileiros. A imagem gerada evidencia que o aspecto central é a deliberação do projeto, com todo o debate envolvido na sua

tramitação (halo 4). Este núcleo tem forte interação com importantes influenciadores (grupos de interesse, igreja, partido, lideranças e sociedade) visando obter convicção na decisão (halo 3). As redes sociais são importantes na interação com os familiares e amigos (halo 2). O processo decisório do legislador (halo 6) também interage com a estrutura organizacional e funcional do parlamento (halo 1) e com os atores políticos e, em menor grau, com o cidadão (halo 5). Há ainda o halo 7 que surgiu apenas em função de um dos projetos discutidos que tratava da mudança na gestão do principal hospital da região.

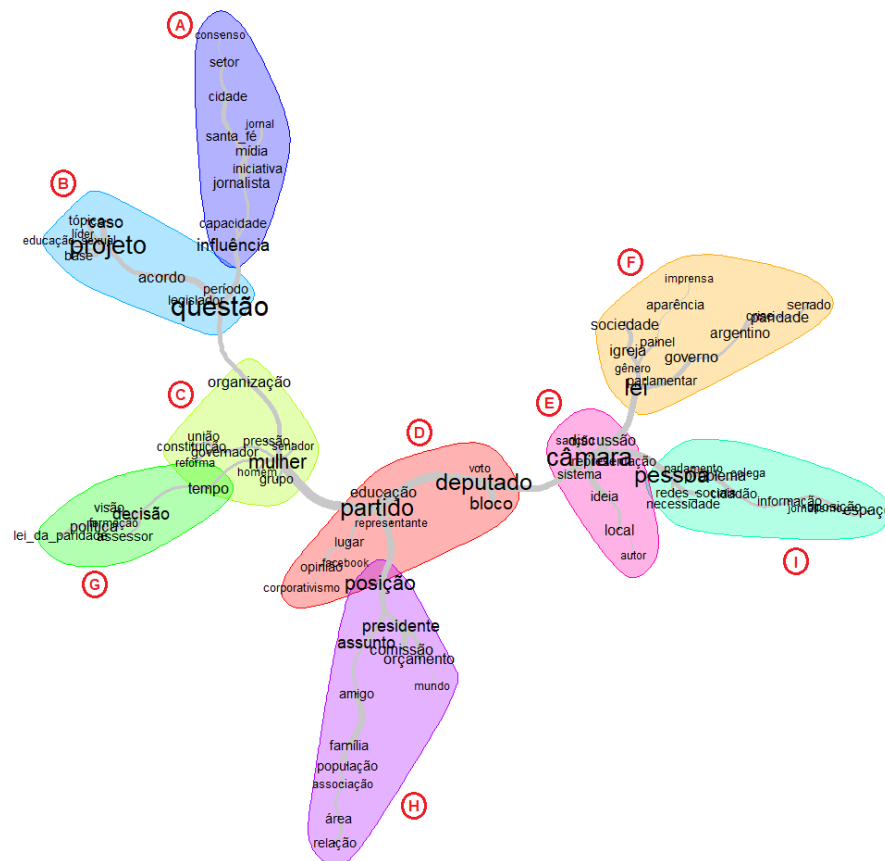
Figura 10. Conexão dos termos nas entrevistas dos brasileiros



A aplicação da mesma técnica com as entrevistas dos argentinos resultou em um diagrama bem diferente (Figura 11). O centro da discussão foi a atividade político-partidária. O halo D reúne os termos “partido”, “bloco”, “deputado” e “corporativismo”, que tem proximidade com “presidente” e “comissão” e, em menor grau, “amigo”, “família” e “população” (halo H). A estrutura partidária interage com o parlamento enquanto instituição ou arena do jogo políticos (halo E). A arena é ampliada com a participação das pessoas em espaços criados pelas redes sociais e

pelos jornais (halo I). Há ainda outros atores envolvidos na produção da lei (halo F): parlamentar, governo, igreja, sociedade e imprensa. O núcleo também interage com o processo decisório apoiado pelos assessores (halo G) e intermediado pela constituição (halo C). Por fim, a deliberação do projeto (B) ainda tem a influência da mídia tradicional (halo A)

Figura 11. Conexão dos termos nas entrevistas dos argentinos



A principal diferença entre as duas estruturas está no fato de que os políticos brasileiros priorizam a interação com a sociedade através dos vários atores individuais e com apoio das redes sociais virtuais. Enquanto isso, os entrevistados da argentina demonstraram maior atenção nos atores políticos. As redes sociais neste último caso assumem um papel mais discreto.

Prosseguindo com a análise comparativa, a Figura 12 consolida os influenciadores evidenciados em cada entrevista. Nela pode-se observar que os parlamentares são os únicos influenciadores presentes em todas as entrevistas com os brasileiros. Da mesma forma, os grupos de interesse e o ordenamento jurídico

foram apontados por todos os parlamentares argentinos entrevistados. Antes de entender com significativa a diferença de influenciadores necessários, é importante observar que os parlamentares não puderam ser considerados necessários por causa de um único entrevistado, o Parlamentar #1. Da mesma forma, o Parlamentar #13 impediu que os grupos de interesse fossem considerados necessários entre os brasileiros.

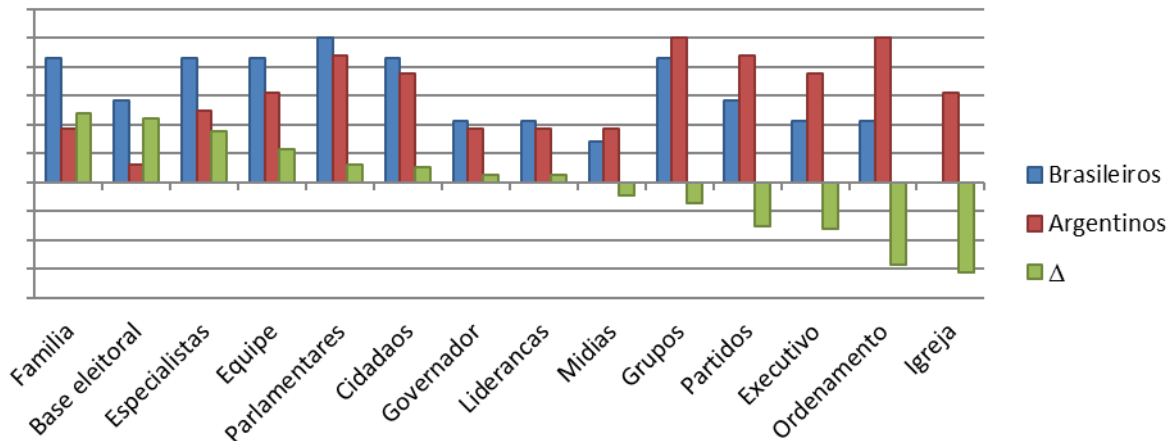
Figura 12. Influenciadores x entrevistados

Parlamentar	Família e amigos	Base eleitoral	Especialistas	Equipe de apoio	Parlamentares	Lideranças	Governador	Cidadãos	Grupos de interesse	Partidos	Executivo	Mídias tradicionais	Igreja	Ordenamento jurídico
Argentinos														
1		X	X	X				X	X		X			X
2	X		X		X		X	X	X	X	X		X	X
3					X			X	X	X				X
4				X	X	X	X		X	X	X		X	X
5	X		X	X	X	X			X	X	X	X	X	X
6	X		X	X	X			X	X	X	X	X	X	X
7					X	X		X	X	X			X	X
8				X	X		X	X	X	X	X	X		X
Brasileiros														
9	X	X		X	X			X	X	X	X	X		
10	X	X	X	X	X			X	X	X				
11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				X
12	X		X	X	X			X	X					X
13	X		X		X	X	X	X		X				
14	X	X	X	X	X		X		X		X			X
15			X	X	X	X		X	X		X	X		

Contabilizando a proporção em que os influenciadores foram evidenciados conforme a nacionalidade do entrevistado, chega-se à Figura 13. As informações no gráfico foram ordenadas conforme a diferença entre os países. Assim, os influenciadores mais à direita (Mídias tradicionais, Grupos de interesse, Partidos, Poder Executivo e Ordenamento jurídico) exercem a influência de forma mais ampla entre os legisladores argentinos, enquanto a ação dos demais influenciadores é

mais perceptível entre os brasileiros. No primeiro grupo estão os atores organizacionais e institucionais e no segundo estão os atores individuais.

Figura 13. Relevância dos influenciadores por nacionalidade



A expectativa quanto à existência de diferenças culturais que impactem na relação com os influenciadores foi uma das premissas subjacentes do presente trabalho. A literatura afirma que valores sociais e culturais influenciam o estilo de tomada de decisão e as decisões em si, que combinam com as características individuais e organizacionais. O conceito de cultura comum está vinculado às sociedades, mas os estudos têm substituído sociedade por país nas investigações comparativas entendendo que as nações formam conjuntos historicamente desenvolvidos (Hofstede et al., 2010; Podrug, 2011).

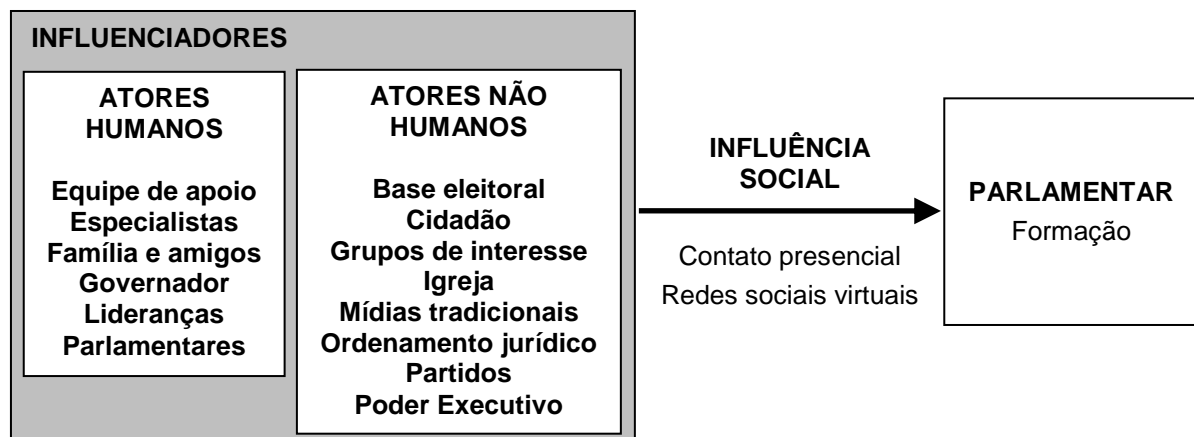
Cultura entendida como uma “programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outros” (Hofstede et al., 2010) que deriva do ambiente. Ela difere das características inerentes a todos os seres humanos, comuns à espécie, e dos aspectos da personalidade, vinculados ao indivíduo. Cada país construiu sua identidade, as características explícitas, seus valores, implícitos, e também suas instituições. Neste último grupo estão leis, regras e organizações necessárias para os diversos aspectos da sociedade.

As evidências sugerem que em regiões onde estão consolidadas as instituições e a identidade da população, as influências baseadas em tais instituições é mais presente. Contudo, regiões que estão solidificando suas organizações e regras sociais, a influência está apoiada principalmente em vínculos no nível do indivíduo.

4.3 Modelo revisado

O modelo da influência foi atualizado na Figura 14. Nele estão representados todos os influenciadores identificados, agrupados por tipo. Conforme análise apresentada anteriormente, a maioria dos atores tratados na literatura foi evidenciada nas entrevistas.

Figura 14. Modelo revisado



As declarações evidenciaram a importância das redes sociais virtuais, inclusive ameaçando o poder das mídias tradicionais, como canal de comunicação e não como ator no processo decisório dos parlamentares. A comunicação inseriu uma insegurança quanto à contraparte no relacionamento, ainda mais com a disseminação de perfis falsos de usuários ou de softwares que simulam o diálogo como se um indivíduo fosse. Nesse contexto, os usuários deixam de ter uma forma estável no espaço físico, exigência da ANT. A principal consequência para o estudo é o reconhecimento dos cidadãos e da base eleitoral como atores não humanos que interagem com os legisladores principalmente no espaço político.

Outro resultado alcançado em função do suporte da ANT foi o reconhecimento do ordenamento jurídico como um ator. O entendimento que atores não humanos podem ter a capacidade de agência e que o relacionamento entre os atores podem definir diferentes tipos de espaço, ampliam o foco de análise. Se esse suporte, a influência das constituições e regimentos passariam despercebidas na discussão.

Quanto à comparação entre os dois grupos que formaram a população da pesquisa, confirmou-se a expectativa subjacente de que haveria diferenças na relação com os influenciadores, mesmo se tratando de países com sistemas políticos parecidos e com vários aspectos históricos em comum. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se responde à questão de pesquisa, são geradas várias outras dúvidas quanto à extensão dessas diferenças. Dúvidas estas que necessitam de outros estudos para serem respondidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade descrever a contribuição dos influenciadores no processo decisório dos parlamentares regionais brasileiros e argentinos. Para tal foram identificados os influenciadores dos parlamentares, analisados os mecanismos da influência e comparados os parlamentares regionais brasileiros e argentinos quanto à interação com os influenciadores.

No que se refere à identificação dos influenciadores dos parlamentares foram evidenciadas as influências da família e dos amigos, dos especialistas, da equipe de apoio, dos colegas legisladores, das lideranças políticas e do chefe do Poder Executivo, no caso o governador, atores estes classificados como humanos. De forma similar identificou-se as ações dos atores não humanos grupos de interesse, partidos políticos, Poder Executivo e as mídias tradicionais, principalmente jornais e TV. Um resultado importante foi a classificação dos cidadãos e da base eleitoral como atores não humanos devido a variedade de canais de comunicação utilizados no relacionamento com os parlamentares. Não foi identificada nenhuma capacidade de influência das *fake news*. Também não se evidenciou diferenças no poder de influência do patrocinador da proposição em relação ao dos demais legisladores, sendo por isso agrupado neste último. Por fim, as redes sociais virtuais se mostraram importantes canais de comunicação, mas não são atores, não têm poder de influência.

Quanto aos mecanismos da influência, eles foram analisados sob dois aspectos: o espaço de relacionamento e os componentes da influência social utilizados. Em relação ao primeiro aspecto foi evidenciado que o ordenamento jurídico atua no espaço legal condicionando todos os demais atores. Ainda que o cidadão mantenha contato físico com o legislador em diversas ocasiões, tanto no parlamento quanto fora dele, utiliza principalmente o espaço político para exercício da influência. De forma distinta, as ações dos grupos de interesse no espaço físico são observadas pelos políticos.

Com relação aos componentes da influência, os atores com vínculo pessoal, a família e os amigos, utilizam as normas sociais, a conformidade e as *compliances* de validação social e afinidade. Os demais parlamentares, as lideranças políticas e o partido são os atores com maior diversidade de mecanismos. Eles utilizam as

normas sociais, a conformidade e as *compliances* de reciprocidade, validação social, consistência e afinidade. Os dois últimos influenciadores também empregam a autoridade. O governador é mais um ator presente no jogo político, porém com menos instrumentos evidenciados: conformidade normativa e *compliances* reciprocidade, validação social, consistência e autoridade. Os especialistas e a equipe de apoio utilizam a conformidade informacional, as mídias tradicionais empregam a conformidade normativa, e o Poder Executivo faz uso de ambas. Em relação ao cidadão, à base eleitoral e aos grupos de interesse, foi evidenciada a utilização dos dois modos de conformidade e as *compliances* de validação social, consistência e autoridade. A igreja também utiliza a conformidade e a validação social. Concluindo, o ordenamento jurídico emprega exclusivamente a *compliance* de autoridade. Apenas a *compliance* escassez não foi evidenciada. Uma possível explicação para este resultado esteja na falta de recursos que possa controlar a disponibilidade.

E no que tange à comparação dos parlamentares em função da nacionalidade os entrevistados argentinos demonstraram maior atenção às instituições. As organizações (igreja, Poder Executivo, partidos, grupos de interesse e mídias tradicionais) e o ordenamento jurídico têm maior destaque no processo decisório dos argentinos do que para os brasileiros. Enquanto isso os parlamentares brasileiros entrevistados deram maior destaque aos atores no nível individual: a família e amigos, a base eleitoral, os especialistas, a equipe de apoio, os parlamentares, o cidadão, o governador e as lideranças. Esta diferença foi associada à diferença de tempo na ocupação dos respectivos territórios.

Quanto às implicações teóricas da pesquisa, o suporte da Teoria da Influência Social tornou mais precisa a identificação da ocorrência de influências e permitiu comparar os influenciadores quanto aos componentes utilizados. O suporte da Teoria do Ator-Rede permitiu uma melhor caracterização dos influenciadores. O ordenamento jurídico só pôde ser reconhecido como agente porque a teoria admite a capacidade de agência também para os atores não humanos e a existência de vários espaços de interação. A teoria foi fundamental para que o cidadão fosse identificado como um ator não humano, com forma e relacionamento estáveis no espaço político, e não no espaço físico. Por sua vez, os grupos de interesse têm ações visíveis no espaço físico mesmo sendo não humanos. Em compensação, as

redes sociais virtuais têm relevante papel na atividade legislativa, mas elas são apenas um meio de comunicação, elas criam um espaço para que os atores interajam, mas elas mesmas não exercem influência.

Há também uma implicação do ponto de vista dos parlamentos. As políticas públicas deixaram de ser construídas exclusivamente dentro dos gabinetes e plenários e a separação de objetos e agentes é cada vez menos precisa. Estas questões combinadas com a crise de representação geram a necessidade das casas legislativas revisarem suas formas de trabalho e de comunicação com a sociedade. Os próprios legisladores são exemplos de adaptação às mudanças. A utilização das redes sociais virtuais é intensa e eles monitoram as alterações de perfis de usuários, reconhecendo que o ambiente está cada vez mais volátil.

As regiões onde estão situados os parlamentos que compuseram a população da pesquisa têm histórias bem distintas quanto à ocupação de seus territórios, característica na qual foram apoiadas as justificativas das diferenças encontradas. Contudo, há em comum a formação cultural do povo por serem países sul-americanos, ex-colônias de países ibéricos. Assim, um único traço cultural, a cultura latina, está na base dos relacionamentos estudados. Importante observar ainda que a CLDF acumula os papéis de câmara municipal e estadual. Esta característica pode ter inserido algum nível de viés.

Para a realização de estudos futuros, há algumas sugestões que podem ajudar a compor um melhor entendimento do processo de tomada de decisão dos parlamentares, em especial, quanto aos seus influenciadores. Um recorte longitudinal permitiria investigar as mudanças no decorrer do mandato. Comparar parlamentos de todas as esferas de poder trará à tona o efeito da distância parlamentar/cidadão permitindo assim, analisar como a geografia e o conteúdo são influenciados. A comparação de legisladores de países com culturas diferentes como os anglo-saxões, asiáticos, africanos ou do leste europeu, permitirá analisar o impacto da cultura no exercício da influência. Outro aspecto que pode impactar o fenômeno é o sistema político. Os dois países estudados são republicanos presidencialistas com sistema federativo. Os atores podem ter forças diferentes em monarquias, em sistemas parlamentaristas ou estados unitários. Por fim, a mensuração do grau de importância dos influenciadores levará discussão dos atores mais importantes em cada parlamento.

6 REFERÊNCIAS

- Abdel-Samad, M. (2017). Legislators' Need for Civil Society Expertise: Tunisian Civil Society Legislative Advocacy Opportunity. *Nonprofit Policy Forum*, 8(3). <https://doi.org/10.1515/npf-2016-0027>
- Angeyo, J. S., Jehopio, P., & Ochama, A. (2014). Logistic Retrogression Model for Evaluating the Influence of Environmental Factors on Legislative Data. *International Journal of Advanced Computer Research*, 4(3), 872–881.
- Anzia, S. F. (2019). Looking for Influence in All the Wrong Places: How Studying Subnational Policy Can Revive Research on Interest Groups. *The Journal of Politics*, 81(1), 343–351. <https://doi.org/10.1086/700726>
- Asdal, K., & Hobæk, B. (2016). Assembling the Whale: Parliaments in the Politics of Nature. *Science as Culture*, 25(1), 96–116. <https://doi.org/10.1080/09505431.2015.1093744>
- Balosin, M. A. (2016). *Lobbyists, Governments and Public Trust, Volume 3: Implementing the OECD Principles for Transparency and Integrity in Lobbying. Online Journal Modelling the New Europe* (Vol. 19).
- Balzacq, T., & Cavelty, M. D. (2016). A theory of actor-network for cyber-security. *European Journal of International Security*, 1(2), 176–198. <https://doi.org/10.1017/eis.2016.8>
- Banerjee, S. B., & Bonnefous, A.-M. (2011). Stakeholder management and sustainability strategies in the French nuclear industry. *Business Strategy and the Environment*, 20(2), 124–140. <https://doi.org/10.1002/bse.681>
- Baquero, M. (2015). Corruption , political culture and negative social capital in Brazil. *Revista Debates*, 9(2), 139–157.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Baskaran, T., Bhalotra, S., Min, B., & Uppal, Y. (2018). *Women Legislators and Economic Performance* (IZA DP No.). Bonn: IZA – Institute of Labor Economics. Retrieved from <http://ftp.iza.org/dp11596.pdf>
- Baugut, P., Fawzi, N., & Reinemann, C. (2017). Close, Dependent, and Out of Touch with the People? Investigating and Explaining Local Political Communication Cultures in a Multilevel Analysis. *The International Journal of Press/Politics*, 22(3), 357–379. <https://doi.org/10.1177/1940161217705470>
- Bellezza, S., Gino, F., & Keinan, A. (2014). The Red Sneakers Effect: Inferring Status and Competence from Signals of Nonconformity. *Journal of Consumer Research*, 41(1), 35–54. <https://doi.org/10.1086/674870>
- Bertrand, M., Luttmer, E. F. P., & Mullainathan, S. (2000). Network Effects and Welfare Cultures. *Quarterly Journal of Economics*, 115(3), 1019–1055. <https://doi.org/10.1162/003355300554971>
- Blanton, H., & Christie, C. (2003). Deviance Regulation: A Theory of Action and Identity. *Review of General Psychology*, 7(2), 115–149. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.7.2.115>
- Bobbio, N. (1995). *Teoria do ordenamento jurídico* (6a.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Botelho, J. M., & Cruz, V. A. G. da. (2013). *Metodologia científica*. Pearson Education do Brasil.
- Brasil. Constituição Federal (1988). Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasília. Lei Orgânica do Distrito Federal (1993). Brasília, Brasil. Retrieved from

- <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLei-1835!buscarLei.action>
- Brasília. (2015). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDAD-DF – 2015*. (CODEPLAN, Ed.). Brasília: CODEPLAN.
- Bruce, S. (2011). *Secularization: In Defence of an Unfashionable Theory*. Oxford University Press.
- Bruno, R. (2017). Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In R. Maluf & G. Flexor (Eds.), *Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas* (pp. 155–168). Rio de Janeiro: Editora E-papers. Retrieved from http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2018/04/MalufR-FlexorG-Questões-agrárias-e-agricolas_coletânea.pdf
- Bucher, S., & Nováková, Š. (2015). Territorial Aspects of Regional Identity and Respondents' Identification with the Region and Place: Case Study of Slovakia. *Eastern European Countryside*, 21(1), 81–109. <https://doi.org/10.1515/eec-2015-0005>
- Callon, M., Lascoumes, P., & Barthe, Y. (2009). *Acting in an Uncertain World: An Essay on Technical Democracy*. (W. E. Bijker, W. B. Carlson, & T. Pinch, Eds.). London.
- Cámara de Diputados. Reglamento Interno (1963). Retrieved from <https://diputadosantafe.gov.ar/web/files/upload/la-camara/REGLAMENTO-INTERNO.pdf>
- Cámara de Diputados. (2016). Proyecto 8505-D-2016. Retrieved December 3, 2019, from <https://www.hcdn.gob.ar/proyectos/textoCompleto.jsp?exp=8505-D-2016&tipo=LEY>
- Câmara dos Deputados. (2018). Projeto de Lei nº 11.025. Retrieved December 3, 2019, from <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2187188>
- Câmara dos Deputados. (2019). Bancada feminina quer ações para aumentar número de mulheres na política. Retrieved from <https://www.camara.leg.br/noticias/553335-BANCADA-FEMININA-QUER-ACOES-PARA-AUMENTAR-NUMERO-DE-MULHERES-NA-POLITICA>
- Canfield-Davis, K., & Jain, S. (2010). Legislative Decision-Making on Education Issues: A Qualitative Study. *The Qualitative Report*, 15(3), 600–629. Retrieved from <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR15-3/canfield.pdf>
- Canfield-Davis, K., Jain, S., Wattam, D., McMurtry, J., & Johnson, M. (2010). Factors of Influence on Legislative Decision Making: A Descriptive Study-Updated August 2009. *Journal of Legal, Ethical, and Regulatory Issues*, 13(2), 55–68. Retrieved from <http://proceedings.spiedigitallibrary.org/proceeding.aspx?doi=10.1117/12.562106>
- Cardwell, E., & Waterton, C. (2019). How to move beyond the dialogism of the 'Parliament of Things' and the 'Hybrid Forum' when rethinking participatory experiments with ANT? In A. Blok, I. Farias, & C. Roberts (Eds.), *The Routledge Companion to Actor-Network Theory* (p. 421). Routledge Taylor & Francis Group.
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, 15(4), 679–684.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: politics and power* (2nd ed.). Oxford University Press.

- Chang, E. H., Milkman, K. L., Chugh, D., & Akinola, M. (2019). Diversity Thresholds: How Social Norms, Visibility, and Scrutiny Relate to Group Composition. *Academy of Management Journal*, 62(1), 144–171. <https://doi.org/10.5465/amj.2017.0440>
- Chikoto-Schultz, G., & Uzochukwu, K. (2016). Governing Civil Society in Nigeria and Zimbabwe: A Question of Policy Process and Non-State Actors' Involvement. *Nonprofit Policy Forum*, 7(2), 137–170. <https://doi.org/10.1515/npf-2015-0051>
- Cialdini, R. B., Demaine, L. J., Sagarin, B. J., Barrett, D. W., Rhoads, K., & Winter, P. L. (2006). Managing social norms for persuasive impact. *Social Influence*, 1(1), 3–15. <https://doi.org/10.1080/15534510500181459>
- Cialdini, R. B., & Goldstein, N. J. (2004). Social Influence: Compliance and Conformity. *Annual Review of Psychology*, 55(1), 591–621. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.55.090902.142015>
- Cialdini, R. B., & Griskevicius, V. (2010). Social Influence. In R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Eds.), *Advanced social psychology: The state of the science* (p. 813). New York: Oxford University Press.
- Cialdini, R. B., Kallgren, C. A., & Reno, R. R. (1991). A Focus Theory of Normative Conduct: A Theoretical Refinement and Reevaluation of the Role of Norms in Human Behavior. In *Advances in experimental social psychology* (24th ed., Vol. 24, pp. 201–234). Academic Press. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60330-5](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60330-5)
- Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance. In *The Handbook of Social Psychology - Volume II* (4ed ed., pp. 151–192). New York: McGraw-Hill.
- CLDF. Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Pub. L. No. Resolução 218 (2005). Brasil. Retrieved from <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLei-81!buscarLeiAtualizada.action>
- CLDF. (2015). Deputados 2015-2018. Retrieved December 22, 2019, from <http://www.cl.df.gov.br/web/guest/deputados-2015-2018>
- CLDF. (2019). Deputados 2019-2022. Retrieved December 22, 2019, from <http://www.cl.df.gov.br/web/guest/deputados-2019-2022>
- Cloninger, S. (2009). Conceptual issues in personality theory. In P. J. Corr & G. Matthews (Eds.), *The Cambridge Handbook of Personality Psychology Personality* (pp. 3–26). Cambridge University Press.
- CODEPLAN. (2017). Informe Econômico. Retrieved January 5, 2020, from <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Informe-econômico-28-PIB.pdf>
- CODEPLAN. (2019). Mercado de Trabalho Distrito Federal - Agosto de 2019. Retrieved January 30, 2020, from <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Boletim-Especial-Empreendedorismo-PED-DF-2019.pdf>
- Coleman, S. (2018a). The Spatial Diffusion of Social Conformity in the United States and Russia: The Case of Voting Participation. *SSRN Electronic Journal*, 1–33. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3284794>
- Coleman, S. (2018b). Voting and conformity: Russia, 1993–2016. *Mathematical Social Sciences*, 94, 87–95. <https://doi.org/10.1016/j.mathsocsci.2017.10.005>
- Colombara, M. (2019). Gender geography in Argentina: a brief overview. *Gender, Place & Culture*, 26(7–9), 935–944. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2019.1573807>
- Corbetta, P. (2003). *Social research: Theory, methods and techniques*. SAGE

Publications.

- Dányi, E. (2019). Are parliaments still privileged sites for studying politics and liberal democracy? In A. Blok, I. Fariás, & C. Roberts (Eds.), *The Routledge Companion to Actor-Network Theory* (p. 421). Routledge Taylor & Francis Group.
- Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, Publishers.
- Dür, A. (2019). How interest groups influence public opinion: Arguments matter more than the sources. *European Journal of Political Research*, *58*(2), 514–535. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12298>
- Dynes, A. M., Hassell, H. J. G., & Miles, M. R. (2018). The Personality of the Politically Ambitious. *Political Behavior*, *41*(2), 309–336. <https://doi.org/10.1007/s11109-018-9452-x>
- Ercan, S. A., Hendriks, C. M., & Dryzek, J. S. (2019). Public deliberation in an era of communicative plenty. *Policy & Politics*, *47*(1), 19–36. <https://doi.org/10.1332/030557318X15200933925405>
- Esteve Del Valle, M., & Borge Bravo, R. (2018). Leaders or Brokers? Potential Influencers in Online Parliamentary Networks. *Policy & Internet*, *10*(1), 61–86. <https://doi.org/10.1002/poi3.150>
- Farhall, K., Carson, A., Wright, S., Gibbons, A., & Lukamto, W. (2019). Political Elites ' Use of Fake News Discourse Across Communications Platforms. *International Journal of Communication*, *13*, 4353–4375.
- Figueira, Á., & Oliveira, L. (2017). The current state of fake news: challenges and opportunities. *Procedia Computer Science*, *121*, 817–825. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2017.11.106>
- Frankel, R. M., & Devers, K. (2000). Qualitative Research: A Consumer's Guide. *Education for Health: Change in Learning & Practice*, *13*(1), 113–123. <https://doi.org/10.1080/135762800110664>
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman Publishing Inc.
- Freeman, R. E., Kujala, J., Sachs, S., & Stutz, C. (2017). Stakeholder Engagement: Practicing the Ideas of Stakeholder Theory. In R. E. Freeman, J. Kujala, & S. Sachs (Eds.), *Stakeholder Engagement: Clinical Research Cases* (Vol. 46, pp. 1–12). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62785-4_1
- Freitas, F. C. (2017). Reformando a reforma e reestruturando o discurso: a perspectiva dos deputados do PT nas reformas da previdência dos governos FHC e Lula. *Barbarói*, *2*(50), 39–69. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.9865>
- Gackowski, T. (2014). What Power Resides in the Mass Media? Typology of Media's Power - a Proposal. *Politické Vedy*, *17*(4), 109–141. Retrieved from <https://search.proquest.com/docview/1642149429?pq-origsite=gscholar>
- Gaumont, N., Panahi, M., & Chavalarias, D. (2018). Reconstruction of the socio-semantic dynamics of political activist Twitter networks—Method and application to the 2017 French presidential election. *PLOS ONE*, *13*(9), e0201879. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0201879>
- Gershon, I. (2010). Bruno Latour (1947–). In J. Simons (Ed.), *From Agamben To Žižek: Contemporary Critical Theorists* (pp. 161–176). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Giraldo-Luque, S., & Villegas-Simón, I. (2017). Uso de redes sociales por los parlamentos como medio de participación política. Estudio de caso

- latinoamericano y europeo. *El Profesional de La Información*, 26(3), 430. <https://doi.org/10.3145/epi.2017.may.09>
- Gonzalez-Gonzalez, J. M., & Ramirez, C. Z. (2016). Voluntary carbon disclosure by Spanish companies: an empirical analysis. *International Journal of Climate Change Strategies and Management*, 8(1), 57–79. <https://doi.org/10.1108/IJCCSM-09-2014-0114>
- Gründinger, W. (2017). *Drivers of Energy Transition. Drivers of Energy Transition*. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden. <https://doi.org/10.1007/978-3-658-17691-4>
- Guadagno, R. E. (2016). *Compliance: A Classic and Contemporary Review*. (S. G. Harkins, K. D. Williams, & J. Burger, Eds.), *The Oxford Handbook of Social Influence* (Vol. 1). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199859870.013.4>
- Hansen, S. W. (2015). Trusting Politicians and Institutions in a Multi-Level Setting. *International Congress of IIAS*, 1–22.
- Heiss, R., & Matthes, J. (2017). Who 'likes' populists? Characteristics of adolescents following right-wing populist actors on Facebook. *Information, Communication & Society*, 20(9), 1408–1424. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1328524>
- Henderson, J., & Brooks, J. (2016). Mediating the Electoral Connection: The Information Effects of Voter Signals on Legislative Behavior. *The Journal of Politics*, 78(3), 653–669. <https://doi.org/10.1086/685380>
- Hernández-Aguado, I., & Chilet-Rosell, E. (2018). Pathways of undue influence in health policy-making: a main actor's perspective. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 72(2), 154–159. <https://doi.org/10.1136/jech-2017-209677>
- Herrick, R. (2013). Listening and Representation. *State Politics & Policy Quarterly*, 13(1), 88–106. <https://doi.org/10.1177/1532440012456539>
- Hicks, D. L., Hicks, J. H., & Maldonado, B. (2016). Women as policy makers and donors: Female legislators and foreign aid. *European Journal of Political Economy*, 41(405), 46–60. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.10.007>
- Higgins, M. (1999). Meta-information, and time: Factors in human decision making. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(2), 132–139. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:2<132::AID-ASI4>3.0.CO;2-N](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:2<132::AID-ASI4>3.0.CO;2-N)
- Hofstede, G., Hofstede, G. J., & Minkov, M. (2010). *Cultures and Organizations Cultures and Organizations: Software of the Mind. Cultures and Organizations* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill. Retrieved from <http://books.google.de/books?id=wFW0AYqIM0AC>
- Hogg, M. A., & Vaughan, G. M. (2018). *Social Psychology* (8th ed.). Pearson Education Limited. Retrieved from <https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.5.748>
- House of Commons. (2019). *Disinformation and 'fake news': Final Report*. London. Retrieved from <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcomeds/1791/1791.pdf>
- Huckfeldt, R., & Sprague, J. (1987). Networks in Context: The Social Flow of Political Information. *American Political Science Review*, 81(4), 1197–1216. <https://doi.org/10.2307/1962585>
- Huckshorn, R. J. (1965). Decision-Making Stimuli in the State Legislative-Process. *Western Political Quarterly*, 18(1), 164–185. <https://doi.org/10.2307/445662>
- Huhtanen, T. (2015). Can Political Parties Evolve If the Political System Does Not? *European View*, 14(1), 59–67. <https://doi.org/10.1007/s12290-015-0344-8>

- IBGE. (2015). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - Indicadores. Retrieved January 22, 2018, from <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?&t=downloads>
- IBGE. (2020). Panorama. Retrieved January 30, 2020, from <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>
- IPEC. (2010). Población de 14 años y más ocupada por categoría ocupacional, según sexo y rama de actividad económica agrupada. Año 2010. Retrieved January 30, 2020, from https://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/225392/1180717/file/cP65-P_santa_fe.xls
- IPEC. (2019). *Santa Fe en Cifras*. Retrieved from <https://www.santafe.gov.ar/ms/ipec/wp-content/uploads/sites/24/2019/11/santa-fe-en-cifras-v2.pdf>
- Jacquet, V., & Reuchamps, M. (2018). Who wants to pay for deliberative democracy? The crowdfunders of the G1000 in Belgium. *European Political Science Review*, 10(1), 29–49. <https://doi.org/10.1017/S1755773916000163>
- Jenks, C. J. (2018). Recording and Transcribing Social Interaction. In *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection* (pp. 118–130). SAGE Publications Ltd.
- Jóhannsdóttir, V., & Einarsson, P. (2015). Gender Bias in the Media: The Case of Iceland. *Icelandic Review of Politics and Administration*, 11(2), 207–230. <https://doi.org/10.13177/irpa.a.2015.11.2.5>
- Jupp, V. (2006). *The Sage dictionary of social research methods*. SAGE Publications Ltd.
- Jurlina Alibegović, D., & Slijepčević, S. (2018). Attitudes towards Citizen Participation in the Local Decision-Making Process: A Comparative Analysis. *Drustvena Istrazivanja*, 27(1), 155–175. <https://doi.org/10.5559/di.27.1.08>
- Jütting, J. P., Morrisson, C., Dayton-Johnson, J., & Drechsler, D. (2008). Measuring Gender (In)Equality: The OECD Gender, Institutions and Development Data Base. *Journal of Human Development*, 9(1), 65–86. <https://doi.org/10.1080/14649880701811401>
- Keeling, S., Feeney, S., & Hogan, J. (2017). Transparency! Transparency? Comparing the new lobbying legislation in Ireland and the UK. *Interest Groups & Advocacy*, 6(2), 121–142. <https://doi.org/10.1057/s41309-017-0015-z>
- Kennedy, B. L., & Thornberg, R. (2018). Deduction, Induction, and Abduction. In U. Flick (Ed.), *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection* (pp. 49–64). SAGE Publications Ltd.
- Kenrick, D. T., Griskevicius, V., Sundie, J. M., Li, N. P., Li, Y. J., & Neuberg, S. L. (2009). Deep Rationality: The Evolutionary Economics of Decision Making. *Social Cognition*, 27(5), 764–785. <https://doi.org/10.1521/soco.2009.27.5.764>
- Kirschbaum, C. (2015). Shifts in control disciplines and rescaling as a response to network governance failure: the BCJ case, Brazil. *Policy & Politics*, 43(3), 443–458. <https://doi.org/10.1332/030557315X14362557123183>
- Komodromos, M. (2015). Social media and its role for Cypriot members of parliament in times of crisis. *The Cyprus Review*, 27(1), 217–232.
- Konijn, E. A., Utz, S., Tanis, M., & Barnes, S. B. (2008). How technology affects human interaction. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Mediated Interpersonal Communication* (pp. 3–13). New York. Retrieved from http://www.dbpia.co.kr/view/ar_view.asp?arid=955357
- Koseki, S. A. (2018). The geographic evolution of political cleavages in Switzerland:

- A network approach to assessing levels and dynamics of polarization between local populations. *PLOS ONE*, 13(11), e0208227. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0208227>
- Koslowsky, M., Schwarzwald, J., & Ashuri, S. (2001). On the Relationship between Subordinates' Compliance to Power Sources and Organisational Attitudes. *Applied Psychology*, 50(3), 455–476. <https://doi.org/10.1111/1464-0597.00067>
- Kratzke, N. (2017). The #BTW17 Twitter Dataset—Recorded Tweets of the Federal Election Campaigns of 2017 for the 19th German Bundestag. *Data*, 2(4), 34. <https://doi.org/10.3390/data2040034>
- Kujala, J., Lehtimäki, H., & Myllykangas, P. (2017). Value Co-creation in Stakeholder Relationships: A Case Study. In R. E. Freeman, J. Kujala, & S. Sachs (Eds.), *Stakeholder Engagement: Clinical Research Cases* (Vol. 46, pp. 15–30). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62785-4_2
- La Opinión. (2019). Susana Bertone juró en Diputados. Retrieved January 3, 2019, from <https://diariolaopinion.com.ar/contenido/242090/susana-bertone-juro-en-diputados>
- Latour, B. (1996). On actor-network theory: A few clarifications. *Soziale Welt*, 4(1996), 369–381. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/40878163>
- Latour, B. (2003). What if we Talked Politics a Little? *Contemporary Political Theory*, 2(2), 143–164. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpt.9300092>
- Latour, B. (2004). *Politics of Nature: How to Bring the Sciences into Democracy*. Harvard University Press.
- Lau, R. R. (2019). Decision Strategies in Politics. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics* (pp. 1–29). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.882>
- Lau, R. R., & Redlawsk, D. P. (2006). *How Voters Decide: Information Processing during Election Campaigns*. Cambridge Studies in Public Opinion and Political Psychology. Cambridge University Press. Retrieved from www.cambridge.org/9780521848596
- Law, J. (2002). Objects and Spaces. *Theory, Culture and Society*, 19, 91–105.
- Lawson, C., & Greene, K. F. (2014). Making Clientelism Work: How Norms of Reciprocity Increase Voter Compliance. *Comparative Politics*, 47(1), 61–85. <https://doi.org/10.5129/001041514813623173>
- Lee, S. Y., Oh, S., & Jung, S. (2018). Influence of scarcity claims on product evaluation: The role of reversibility of decision. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, 46(2), 281–292. <https://doi.org/10.2224/sbp.6576>
- Lesschaeve, C. (2017). Finding inequality in an unlikely place: Differences in policy congruence between social groups in Belgium. *Acta Politica*, 52(3), 361–383. <https://doi.org/10.1057/s41269-016-0033-x>
- Lima-Lopes, R. E. de, & Gabardo, M. (2019). Ni una menos: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 19(4), 801–824. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201914314>
- Linssen, R., Scheepers, P., Grotenhuis, M. Te, & Schmeets, H. (2018). Conventional and unconventional political participation in times of financial crisis in the Netherlands, 2002–2012. *Acta Politica*, 53(2), 283–304. <https://doi.org/10.1057/s41269-017-0051-3>
- Maboudi, T., & Nadi, G. P. (2016). Crowdsourcing the Egyptian Constitution. *Political Research Quarterly*, 69(4), 716–731. <https://doi.org/10.1177/1065912916658550>
- Machado, M. das D. C., & Burity, J. (2014). A Ascensão Política dos Pentecostais no

- Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *Dados*, 57(3), 601–631. <https://doi.org/10.1590/00115258201419>
- Mahmoodi, A., Nili, H., Mehring, C., & Bahrami, B. (2019). Distributed neural replay of decision confidence mediates informational conformity. *BioRxiv*, 1–28. <https://doi.org/10.1101/728428>
- Mahon, R. (2015). Articulating a Feminist Agenda Within the OECD: The Working Party on the Role of Women in the Economy. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 22(4), 585–609. <https://doi.org/10.1093/sp/jxv037>
- Maia, R. C. M., Laranjeira, M. D., & Mundim, P. S. (2017). The role of experts across two different arenas in a deliberative system. *Journal of Public Deliberation*, 13(1). Retrieved from <http://openurl.ingenta.com/content/xref?genre=article&issn=0305-5736&volume=43&issue=3&spage=443>
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas S. A. (5a ed.). Editora Atlas S.A.
- Mariano, R., & Gerardi, D. A. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, (120), 61–76. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p61-76>
- Meissner, R. (2015). *Interest Groups, Water Politics and Governance*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-21130-5>
- Meissner, R. (2016). *Hydropolitics, Interest Groups and Governance*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-38887-8>
- Mielcová, E. (2016). Spatial power indices with applications on real voting data from the Chamber of Deputies of the Czech Parliament. *Central European Journal of Operations Research*, 24(2), 407–420. <https://doi.org/10.1007/s10100-015-0406-7>
- Montuschi, E. (2017). Using science, making policy: what should we worry about? *European Journal for Philosophy of Science*, 7(1), 57–78. <https://doi.org/10.1007/s13194-016-0143-3>
- Morita, H. (2017). Corporate Law Reform and the Political Environment: An Empirical Analysis Employing Public-Comment Procedure Data in Japan. *Asian Journal of Law and Society*, 4(2), 309–328. <https://doi.org/10.1017/als.2017.11>
- Moussaïd, M., Kämmer, J. E., Analytis, P. P., & Neth, H. (2013). Social Influence and the Collective Dynamics of Opinion Formation. *PLoS ONE*, 8(11), e78433. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0078433>
- Mouter, N. (2017). Dutch politicians' use of cost–benefit analysis. *Transportation*, 44(5), 1127–1145. <https://doi.org/10.1007/s11116-016-9697-3>
- Muñoz-Cabrera, P., & Rangel, P. D. (2018). Gender Justice in Feminist Analysis of Public Policies in Argentina, Brazil and Chile. *Revista Estudos Feministas*, 26(3), 1–11. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n358565>
- Newell, B. R., Lagnado, D. A., & Shanks, D. R. (2007). *Straight Choices: The psychology of decision making*. Psychology Press. New York.
- Niessen, C. (2019). When citizen deliberation enters real politics: how politicians and stakeholders envision the place of a deliberative mini-public in political decision-making. *Policy Sciences*, 52(3), 481–503. <https://doi.org/10.1007/s11077-018-09346-8>
- Nurjannah, I., Mills, J., Park, T., & Usher, K. (2014). Conducting a Grounded Theory Study in a Language Other Than English. *SAGE Open*, 4(1), 215824401452892. <https://doi.org/10.1177/2158244014528920>

- OECD. (2009). *Lobbyists, Governments And Public Trust, Volume 1: Increasing Transparency Through Legislation* (Vol. 1).
- OECD. (2014). *Lobbyists, Governments and Public Trust, Volume 3: Implementing the OECD Principles for Transparency and Integrity in Lobbying*. <https://doi.org/10.1787/9789264214224-en>
- Parvin, P. (2018). Democracy Without Participation: A New Politics for a Disengaged Era. *Res Publica*, 24(1), 31–52. <https://doi.org/10.1007/s11158-017-9382-1>
- Patton, M. Q. (2014). *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice* (4th ed.). SAGE Publications, Inc.
- Payne, J. W., Bettman, J. R., & Johnson, E. J. (1988). Adaptive Strategy Selection in Decision Making. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 14(3), 534–552. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.14.3.534>
- Podrug, N. (2011). Influence of National Culture on Decision-Making Style. *South East European Journal of Economics and Business*, 6(1), 37–44. <https://doi.org/10.2478/v10033-011-0004-0>
- Poupart, J. (2012). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (3a ed., pp. 215–253). Petrópolis - RJ: Editora Vozes. Retrieved from <http://www.advances.umed.wroc.pl/en/article/2018/27/3/327/>
- Prandi, R., & Carneiro, J. (2018). EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(96). <https://doi.org/10.17666/339603/2018>
- Prandi, R., & Santos, R. W. dos. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, 29(2), 187–213. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>
- Prentice, D. A., & Miller, D. T. (1993). Pluralistic ignorance and alcohol use on campus: Some consequences of misperceiving the social norm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(2), 243–256. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.64.2.243>
- Reno, R. R., Cialdini, R. B., & Kallgren, C. A. (1993). The transsituational influence of social norms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(1), 104–112. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.64.1.104>
- Resch, K., & Enzenhofer, E. (2018). Collecting Data in Other Languages – Strategies for Cross-Language Research in Multilingual Societies. In *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection* (pp. 131–147). SAGE Publications Ltd.
- Riffe, D. (1988). Comparison of Media and other Sources of Information for Alabama Legislators. *Journalism Quarterly*, 65(1), 46–53. <https://doi.org/10.1177/107769908806500106>
- Rogers, C. R. (1959). A Theory of Therapy and Personality Change: As Developed in the Client-Centered Framework. In S. Koch (Ed.), *Psychology: A Study of a Science. Formulations of the Person and the Social Context* (Volume 3, pp. 184–256). McGraw-Hill.
- Rose, N., & Miller, P. (2010). Political power beyond the State: problematics of government. *The British Journal of Sociology*, 61(SUPPL. 1), 271–303. <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2009.01247.x>
- Rowlands, L. M., & Wielen, R. J. Vander. (2019). Time-dependent legislative behavior and election outcomes. *Party Politics*, (July), 135406881986805. <https://doi.org/10.1177/1354068819868059>

- Rueda de Prensa. (2019). Diputados: Susana Bertone reemplazará a Claudia Moyano. Retrieved January 3, 2019, from <http://ruedadeprensa.com.ar/2019/02/14/camara-de-diputados-susana-bertone-reemplazara-a-claudia-moyano/>
- Saaty, T. L. (1988). What is the analytic hierarchy process? *Mathematical Models for Decision Support*, *F48*, 109–121.
- Salinas, A. F., & Huertas, J. A. (2018). Análisis de la Toma de Decisiones en las Comisiones Económicas del Congreso Colombiano, Usando Análisis Estadístico de Datos Textuales. *Análisis Político*, *31*(92), 202–228. <https://doi.org/10.15446/anpol.v31n92.71108>
- Salviati, M. E. (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq*. Planaltina.
- Sánchez Medero, G., & Pastor Albaladejo, G. (2018). The Quality of Participatory Processes in the Urban Redevelopment Policy of Madrid City Council. *Lex Localis - Journal of Local Self-Government*, *16*(4), 841–872. [https://doi.org/10.4335/16.4.841-872\(2018\)](https://doi.org/10.4335/16.4.841-872(2018))
- Sandelowski, M. (1995). Sample size in qualitative research. *Research in Nursing & Health*, *18*(2), 179–183. <https://doi.org/10.1002/nur.4770180211>
- Santa Fé. Constitución Provincial (1962). Argentina. Retrieved from <http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/203482/986161/>
- Santa Fé. (2020). Gobierno de Santa Fe. Retrieved January 30, 2020, from <http://www.santafe.gov.ar/>
- Santos, M. L., Mancuso, W. P., Baird, M. F., & Resende, C. A. da S. (2017). *Lobbying no Brasil: Profissionalização, Estratégias e Influência. Texto Para Discussão*. Rio de Janeiro: IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrieved from http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2334mmmmmm.pdf
- Schreier, M. (2018). Sampling and Generalization. In U. Flick (Ed.), *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection* (pp. 84–98). SAGE Publications Ltd.
- Shapiro, S. P. (2005). Agency Theory. *Annual Review of Sociology*, *31*(1), 263–284. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.31.041304.122159>
- Sheffer, L., & Loewen, P. (2019). Electoral Confidence, Overconfidence, and Risky Behavior: Evidence from a Study with Elected Politicians. *Political Behavior*, *41*(1), 31–51. <https://doi.org/10.1007/s11109-017-9438-0>
- Shin, J., Jian, L., Driscoll, K., & Bar, F. (2018). The diffusion of misinformation on social media: Temporal pattern, message, and source. *Computers in Human Behavior*, *83*, 278–287. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2018.02.008>
- Shmargad, Y., & Klar, S. (2019). Using Online Experiments to Study Political Decision Making. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics* (pp. 1–21). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.924>
- Silva, R. C. da, & Ferreira, M. de A. (2012). Construindo o roteiro de entrevista na pesquisa em representações sociais: como, por que, para que. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, *16*(3), 607–612. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127723305026>
- Simons, M. (2017). The Parliament of Things and the Anthropocene. *Techné: Research in Philosophy and Technology*, *21*(2), 150–174. <https://doi.org/10.5840/techne201752464>
- Spyridou, L. P. (2015). Producing protest news: Representations of contentious collective actions in mainstream print media. *The Cyprus Review*, *27*(1), 71–105. Retrieved from <http://www.cyprusreview.org/index.php/cr/article/view/62>
- Stanley, E. A. (2018). War Duration and the Micro-Dynamics of Decision Making

- under Stress. *Polity*, 50(2), 178–200. <https://doi.org/10.1086/696359>
- Star, S. L., & Ruhleder, K. (1996). Steps Toward an Ecology of Infrastructure: Design and Access for Large Information Spaces. *Information Systems Research*, 7(1), 111–134. <https://doi.org/10.1287/isre.7.1.111>
- Stevens, D. (2019). Satisficing in Political Decision Making. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics* (pp. 1–25). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1020>
- Tabak, E. (2015). *Information cosmopolitics: an actor-network theory approach to information practices*. *Information Cosmopolitics*. Chandos Publishing. <https://doi.org/10.1016/b978-0-08-100121-9.00007-3>
- Tretyakova, O. V., Salimov, D. M., Sidorova, T. A., Ivanishcheva, O. N., & Pankratova, M. E. (2019). Regional Mass Media: From Self-Censorship to Mythmaking. *Amazonia Investiga*, 8(20), 559–567.
- Van Duyn, E., & Collier, J. (2019). Priming and Fake News: The Effects of Elite Discourse on Evaluations of News Media. *Mass Communication and Society*, 22(1), 29–48. <https://doi.org/10.1080/15205436.2018.1511807>
- Varone, F., Gava, R., Jourdain, C., Eichenberger, S., & Mach, A. (2018). Interest groups as multi-venue players. *Interest Groups & Advocacy*, 7(2), 173–195. <https://doi.org/10.1057/s41309-018-0036-2>
- Vinnell, L. J., Milfont, T. L., & McClure, J. (2019). Do Social Norms Affect Support for Earthquake-Strengthening Legislation? Comparing the Effects of Descriptive and Injunctive Norms. *Environment and Behavior*, 51(4), 376–400. <https://doi.org/10.1177/0013916517752435>
- Voltmer, K., & Sorensen, L. (2019). Media, Power, Citizenship: The Mediatization of Democratic Change. In *Media, Communication and the Struggle for Democratic Change* (pp. 35–58). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-16748-6_2
- Weaver, R. K. (2018). The Nays Have It: How Rampant Blame Generating Distorts American Policy and Politics. *Political Science Quarterly*, 133(2), 259–289. <https://doi.org/10.1002/polq.12771>
- Weaver, S. W., & Geske, T. G. (1997). Educational Policy Making in the State Legislature: Legislator as Policy Expert. *Educational Policy*, 11(3), 309–329. <https://doi.org/10.1177/0895904897011003003>
- Wilkinson, A., Drake, A., Scott-Taggart, A., Kendall, C., Stirbu, D., Fox, R., ... Whitehead, S. (2011). *Connecting citizens to parliament: how parliament can engage more effectively with hard to reach groups*. (A. Williamson, M. Korris, F. Fallon, & B. Allen, Eds.).
- Wlnter, T. (2015). Campbell Newman and the Weaknesses of the ‘Strong Leader.’ *Social Alternatives*, 34(3), 6–11.
- Wojcik, S. (2017). Why Legislative Networks? Analyzing Legislative Network Formation. *Political Science Research and Methods*, 1–18. <https://doi.org/10.1017/psrm.2017.37>
- Young, H. P. (2015). The Evolution of Social Norms. *Annual Review of Economics*, 7(1), 359–387. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080614-115322>
- Zorzal, G., & Carlos, E. (2017). Audiências públicas do Legislativo estadual: fatores endógenos e exógenos na análise da efetividade da participação. *Revista de Sociologia e Política*, 25(64), 23–46. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256402>

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista com os Deputados Distritais

Roteiro de Entrevista

Apresentação

Esta entrevista está sendo realizada no âmbito do curso de mestrado em programa de dupla titulação, Universidade de Brasília e Universidade Nacional do Litoral de Santa Fé, e visa identificar a estrutura de influenciadores que mais contribuíram para a definição dos posicionamentos de Deputados Distritais em Brasília e de Deputados Provinciais em Santa Fé - Argentina.

Projetos com muito debate

Para estudar a rede de apoio aos parlamentares, selecionei 3 projetos que suscitaram muita discussão.

1. Lembra do **PLC 122/2017, que instituiu o regime de previdência complementar do DF**? O(A) Sr(a). já tinha um posicionamento definido sobre a matéria no início da tramitação? Recebeu contribuições de outras pessoas? Quem? Elas concordavam ou discordavam de seu posicionamento inicial? Como recebeu as informações? A iniciativa para estes contatos partiu do(a) Sr(a). ou delas?
2. Lembra do **PELO 33/2015, que permitiria a reeleição da Mesa Diretora**? O(A) Sr(a). já tinha um posicionamento definido sobre a matéria no início da tramitação? Recebeu contribuições de outras pessoas? Quem? Elas concordavam ou discordavam de seu posicionamento inicial? Como recebeu as informações? A iniciativa para estes contatos partiu do(a) Sr(a). ou delas?
3. Lembra do **PL 1486/2017, que instituiu o IHBDF – Instituto do Hospital de Base**? O(A) Sr(a). já tinha um posicionamento definido sobre a matéria no início da tramitação? Recebeu contribuições de outras pessoas? Quem? Elas concordavam ou discordavam de seu posicionamento inicial? Como recebeu as informações? A iniciativa para estes contatos partiu do(a) Sr(a). ou delas?

Influenciadores

4. Lembra de parlamentares que fizeram considerações importantes durante os debates sobre esses projetos? Estes parlamentares ocupavam algum cargo na Casa? O partido/bloco que o(a) Sr(a). fazia parte à época fez alguma recomendação?

5. Acredita que as decisões foram influenciadas, em algum nível, pelo conjunto dos parlamentares? Havia corporativismo na Casa?
6. Os patrocinadores dos projetos tiveram influência direta nos resultados? Ou melhor, acredita que os resultados poderiam ter sido diferentes se os projetos tivessem outros patrocinadores?
7. O(A) Sr(a). considerou o impacto financeiro das propostas para definir seu posicionamento?
8. Os momentos em que esses projetos foram apresentados e discutidos tiveram efeito nos resultados? Acredita que projetos discutidos no início ou no fim da legislatura tenham maiores chances de serem aprovados ou não faz diferença o momento? E as Eleições de 2018 tiveram alguma influência?
9. Se lembra de servidores da Casa com papel de destaque na tramitação e discussão dos projetos?
10. Outros órgãos públicos se posicionaram sobre as matérias como Executivo, Tribunal de Contas e Ministério Público? De que forma estes posicionamentos chegaram ao Sr?
11. Esses projetos despertaram a atenção da sociedade? O(A) Sr(a). lembra de manifestações dos cidadãos individualmente ou em grupo? E de especialistas nas matérias? Como estas manifestações chegaram até o(a) Sr(a).?
12. Os posicionamentos do(a) Sr(a). foram influenciados por seus relacionamentos familiares, pessoais ou religiosos? E por sua base de eleitores?
13. Há preocupação em se verificar as fontes ou as próprias informações que chegam ao(a) Sr(a).? O(A) Sr(a). já recebeu informações imprecisas ou incorretas?

Agradecimentos!

Apêndice B – Roteiro de Entrevista com os Deputados Provinciais

Guido de Entrevista

Presentación

Esta entrevista está siendo realizada en el marco del curso de maestría en programa de doble titulación, Universidad de Brasilia y Universidad Nacional del Litoral - Santa Fe/Argentina, y busca identificar a las personas que más contribuyeron a la definición de los posicionamientos de Diputados Distritales en Brasilia y Brasil Diputados Provinciales en Santa Fe.

Proyectos con mucho debate

Para estudiar la red de apoyo a los parlamentarios, seleccioné 3 proyectos que suscitaron mucha discusión.

1. ¿Recuerda del **proyecto nº 35.404, Ley de la Paridad**? ¿Ya tenía un posicionamiento definido sobre la materia al inicio de la tramitación? ¿Recibió contribuciones de otras personas? ¿Estas informaciones reforzaron su posicionamiento inicial? ¿La iniciativa para estas personas partió de usted o de ellas?
2. ¿Recuerda del **proyecto nº 34.425, Reforma Constitucional para permitir la reelección del Gobernador**? ¿Ya tenía un posicionamiento definido sobre la materia al inicio de la tramitación? ¿Recibió contribuciones de otras personas? ¿Estas informaciones reforzaron su posicionamiento inicial? ¿La iniciativa para estas personas partió de usted o de ellas?
3. ¿Recuerda del **proyecto nº 34.703, Ley de Educación**? ¿Ya tenía un posicionamiento definido sobre la materia al inicio de la tramitación? ¿Recibió contribuciones de otras personas? ¿Estas informaciones reforzaron su posicionamiento inicial? ¿La iniciativa para estas personas partió de usted o de ellas?

Influentes

4. ¿Recuerda los parlamentarios que hicieron consideraciones importantes durante los debates sobre estos proyectos? ¿Estos parlamentarios ocuparon algún cargo en la Cámara? ¿El partido/bloque que usted formaba parte en la época hizo alguna recomendación?
5. ¿Cree que las decisiones fueron influenciadas en algún nivel por el conjunto de los parlamentarios? ¿Hay corporativismo en la Casa?

6. ¿Los patrocinadores de los proyectos tuvieron una influencia directa en los resultados? ¿O mejor, usted cree que los resultados podrían haber sido diferentes si los proyectos tenían otros patrocinadores?
7. ¿Ha considerado usted el impacto financiero de las propuestas para definir su posición?
8. ¿Los momentos en que esos proyectos fueron presentados y discutidos tuvieron efecto en los resultados? ¿Cree que las elecciones de 2019 pudieron haber influenciado su posicionamiento?
9. ¿Se acuerda de los servidores de la Casa con un papel destacado en la tramitación y discusión de los proyectos?
10. ¿Otros órganos públicos se posicionaron sobre las materias? ¿Ejecutivo? ¿Tribunal de Cuentas? ¿Ministerio Público? ... ¿De qué forma estas posiciones llegaron a usted? ¿Fueron importantes para su posicionamiento?
11. ¿Estos proyectos despertaron la atención de la sociedad? ¿Recuerda las manifestaciones individuales o en grupos? ¿De expertos en las materias? ¿Estas manifestaciones llegaron hasta a usted directamente o a través de intermediarios?
12. ¿Tus posicionamientos fueron influenciados por las relaciones familiares, personales o religiosas? ¿Y por su base de electores?
13. ¿Hay preocupación con las fuentes o las propias informaciones que llegan a usted? ¿Recibe informaciones imprecisas o incorrectas?

¡Gracias!